

GEOGRAFIA

em

Atos



GEOGRAFIA EM ATOS

*DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
UNESP – CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE*

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

© dos autores, 1998

Direitos desta edição:

Departamento de Geografia – FCT/UNESP/Presidente Prudente
Chefe do Departamento de Geografia: Jayro Gonçalves melo
Sub-Chefe do Departamento de Geografia: Eliseu Savério Sposito
Diretor da FCT: Messias Meneguetti Júnior
Vice-Diretor da FCT: Neri Alves

Conselho Do Departamento de Geografia:

Jayro Gonçalves Melo
Eliseu Savério Sposito
Octávio Freire
Wolmar Aparecida Carvalho
Miguel Gimenez Benidez
Francisco Carlos de Francisco
Sérgio Braz Magaldi
Raul Borges Guimarães
Maria Encarnação Beltrão Sposito
Anedmafer Matos Fernandes
Marcelino Andrade Gonçalves
Dirceu Evaldo dos Santos

Diagramação:

Antonio Thomaz Júnior

Capa:

Concepção original de Antonio Thomaz Júnior
Produção de Odirlei Silva Jesus

Editoração Eletrônica:

Edevaldo Donizeti dos Santos (Unesp/Marília)

Produção Gráfica:

Alípio Prado (Unesp/Marília)
Oswaldo José de Oliveira Rocha (Unesp/Marília)

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
UNESP – CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE

Geografia em Atos é um periódico dedicado à publicação de artigos, comunicações de pesquisas, resenhas e relatórios de Trabalho de Campo que envolvam estudantes de graduação e professores do Departamento de Geografia da FCT/UNESP. O objetivo é garantir oportunidades para que trabalhos de boa qualidade sejam veiculados e gerem debates críticos para a melhoria da pesquisa e da qualidade do ensino em Geografia.

Conselho Editorial

Antonio Nivaldo Hespanhol	Margarete C. de Costa Trindade Amorim
Antonio César Leal	Maria Encarnação Beltrão Sposito
Bernardo Mançano Fernandes	Miguel Gimenez Benites
Claudemira Azevedo Ito	Octávio Freire
Eda Maria Góes	Raul Borges Guimarães
Eliseu Savério Sposito	Rosângela Aparecida de M. Hespanhol
Francisco Carlos de Francisco	Sérgio Braz Magaldi
João Lima Sant'anna Neto	Wolmar Aparecida Carvalho
Manoel Carlos Toledo Franco de Godoy	

Direitos Autorais

Os direitos autorais dos artigos publicados pertencem à Revista *Geografia em Atos*. Fica autorizada a reprodução dos originais, mediante citação completa e créditos para os autores, conforme normas da ABNT.

Endereço para Envio dos Manuscritos

Manuscritos, assim como toda correspondência e solicitações de informação deverão ser encaminhados para a redação de *Geografia em Atos*. Consultar informações no final deste exemplar sobre normas para publicação.

Redação

A/C Comissão de Divulgação e Publicações do Departamento de Geografia/FCT/UNESP
Caixa Postal: 957 CEP. 19060-900 PRESIDENTE PRUDENTE - SP
Tel. (018) 221-5388, ramal: 251. FAX (018) 223-2227
E-mail: depgeo@prudente.unesp.br
[Http://www.prudente.unesp.br/geoatos/index.html](http://www.prudente.unesp.br/geoatos/index.html)

Editores

Antonio Thomaz Júnior
Jayro Gonçalves Melo

SUMÁRIO

Apresentação	i
Dinâmica Social e Gestão do Território. Reflexões a partir de uma Experiência de Trabalho de Campo <i>Flaviana Gasparoti Nunes et. al.</i>	1
A Comunicação Sindical Frente à Ofensiva Neoliberal <i>Marcelo Dornelis Carvalho e Antonio Thomaz Júnior</i>	15
A Comunidade Muçulmana em Guarulhos <i>Marcos Timóteo Rodrigues de Souza</i>	27
Revisitando as Relações Espaço-Economia a partir da Análise da Produção Científica Recente em Geografia Econômica <i>Flaviana Gasparoti Nunes e Sérgio Braz Magaldi</i>	49
Notas para uma Análise dos Paradigmas de Interpretação da Pesquisa Urbana Francesa e Latinoamericana Segundo Topalov e Jaramillo <i>Tânia Bovolato e Maria Encarnação Beltrão Sposito</i>	63
Notas Sobre a Produção da Geografia Urbana Brasileira Face aos Princípios Paradigmas da Pesquisa Urbana no Século XX <i>Aparecida Simoni Alves de Carvalho</i>	73
Por Uma História Ecológica da Paisagem <i>Messias Modesto dos Passos</i>	87
Construção de Referências de um Professor Pesquisador com o MST <i>Bernardo Mançano Fernandes</i>	111
Normas para Publicação	119

APRESENTAÇÃO

Comunicar e levar adiante o que se pensa e se produz em Geografia é o objetivo primeiro de *Geografia em Atos*. Esta Revista é resultado do esforço conjunto da Comissão de Publicação e Divulgação do Departamento de Geografia, comprometida com a construção de uma nova alternativa para a produção geográfica, que consorcia o esforço de professores e estudantes do curso de Geografia da FCT/UNESP.

O objetivo principal desta Revista é dialogar com a comunidade geográfica brasileira e com a sociedade organizada, assim como estimular a pesquisa e garantir a divulgação de seus resultados.

A nova linha editorial nasce com o compromisso de contribuir para o debate teórico, para o fortalecimento do intercâmbio de idéias e para a construção de linhas de interlocução com setores ainda não sintonizados com a Geografia brasileira. Aliás, atentos para as grandes marcas que se projetam neste final de século, em se tratando de comunicação, em breve *Geografia em Atos* será veiculada também na versão eletrônica. Ante a nova territorialidade que se anuncia, será uma forma de alcançar o ultramar e os mais recônditos lugares do globo.

A produção tem crescido significativamente no Departamento de Geografia, durante os últimos anos. Três razões podem ser consideradas para explicar o fenômeno. Primeiro porque o número de docentes titulados tem crescido, seja com título de mestre, seja com título de doutor e, recentemente, com título de livre-docente. Em segundo lugar, os órgãos de fomento à pesquisa têm contribuído com financiamentos e bolsas de estudo através de atendimento direto ao docente-pesquisador e através de parceria com a UNESP. Finalmente, núcleos de pesquisa têm nascido de iniciativas de docentes que não vêm na universidade uma repartição burocrática mas o *locus* da produção do saber. O compromisso com a formação dos alunos os tem levado a articular, em seus projetos, planos de orientação em iniciação científica e em pós-graduação. Este primeiro número da Revista comprova o fato pela afluência de textos em co-autoria orientador/orientando e textos de alunos sob a responsabilidade de seus orientadores.

DINÂMICA SOCIAL E GESTÃO DO TERRITÓRIO: REFLEXÕES A PARTIR DE UMA EXPERIÊNCIA DE TRABALHO DE CAMPO

Flaviana Gasparoti NUNES¹
Silvia Regina PEREIRA¹
Eloiza Cristiane TORRES¹
Cláudio José de SOUZA¹

Resumo: Este texto procura sintetizar as principais discussões e reflexões a partir das experiências vivenciadas no Grande Projeto de Trabalho de Campo realizado à Região Centro-Oeste por alunos e professores do 3º ano de Geografia no período de 18/06/96 a 03/07/96 que tinha como tema "Identificação e dinâmica dos agentes sociais no espaço da Região Centro-Oeste".

Palavras-chave: Região Centro-Oeste; agroindústria; exploração econômica da paisagem; gestão do território; agentes sociais.

1 INTRODUÇÃO

Este texto é produto do relatório da pesquisa realizada pelos autores acima, alunos então, do terceiro ano do curso de graduação em Geografia da FCT/UNESP/Presidente Prudente, na Região Centro-Oeste, no período de 18/06/1996 a 03/07/1996, como parte da atividade Grandes Projetos de Trabalho de Campo, sob a orientação dos Professores Antonio Thomaz Júnior, Antonio César Leal e Eliseu Savério Spósito.

¹ Estudantes do 4º ano do curso de graduação em Geografia, FCT/UNESP/Presidente Prudente. Endereço para Correspondência: Caixa Postal: 957; CEP. 19060-900. TEL. (018) 221-5388. FAX (018) 223-2227. E-Mail: depgeo@prudente.unesp.br

Tendo como tema central a “Identificação e Dinâmica dos Agentes Sociais no Espaço da Região Centro-Oeste” e embasado no eixo “Gestão do Território”, procuramos, nessa empreitada, apreender o movimento da *realidade*.

Esse exercício teve como pressupostos algumas questões que podem ser sintetizadas nos grandes temas apontados no projeto, a saber: agroindústria, exploração da força de trabalho, urbanização e exploração econômica da paisagem.

Quanto à agroindústria, pudemos visualizar diferenças, estabelecer comparações e discutir questões como: pequena e grande propriedade e suas relações com o mercado, a atuação do Estado, relações de trabalho, impactos da “modernização” e relação cidade-campo, tendo como referência as visitas às propriedades dos municípios de Itaporã (MS) e Primavera do Leste (MT) envolvendo vários produtos como avicultura, suinocultura, sericicultura, pecuária bovina, milho e soja.

A questão da exploração da força de trabalho teve como principal exemplo o caso da utilização da mão-de-obra indígena na agroindústria sucro-alcooleira no Mato Grosso do Sul. Neste sentido, tivemos a avaliação de duas entidades envolvidas: 1) do CIMI (Conselho Indigenista Missionário), que luta pela preservação e respeito às culturas indígenas, na tentativa de promover um diálogo intercultural entre raças e, 2) a FTI-MS (Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Mato Grosso do Sul), que afirma defender os direitos trabalhistas do índio da mesma forma que dos demais trabalhadores.

Tendo como exemplo a cidade de Campo Grande (MS), procuramos discutir e compreender a presença do Estado no processo de urbanização, principalmente tendo em vista sua importância estratégica para assegurar a posse e a integridade do território nacional.

A exploração econômica da paisagem foi discutida a partir das visitas a Corumbá (MS), Chapada de Guimarães (MT), Poconé e Poxoréo (MT). Nessas duas últimas cidades a ênfase maior foi dada à questão da mineração e suas conseqüências, visto que a exploração do subsolo apresenta fundamentalmente relações com a economia e tem como desdobramento a configuração da paisagem.

Todas essas grandes questões foram investigadas no intuito de identificar e compreender o conjunto de relações econômicas, sociais e políticas envolvidas e que se expressam na dinâmica da constituição e gestão do território da Região Centro-Oeste.

Desta forma, acreditamos que este Trabalho de Campo contribuiu muito para a ampliação de nossos conhecimentos, bem como para o entendimento de aspectos e processos que integram um todo maior - o próprio Brasil.

2 OCUPAÇÃO ECONÔMICA DO TERRITÓRIO

2.1 A agroindústria no Centro-Oeste

Entendendo a agroindústria a partir da perspectiva apontada por Kageyama (1987), na qual a transformação da agricultura acarretada pela modernização faz da indústria referência para agricultura, procuramos compreender como esse processo está presente e se territorializa na Região Centro-Oeste.

Para discutir essa questão, julgamos pertinente utilizar como referência as visitas realizadas a algumas propriedades dos municípios de Itaporã, na região de Dourados (MS) e Primavera do Leste (MT). A partir dessas visitas, algumas questões dentro do contexto agricultura-indústria podem ser discutidas.

Nos dias 19 e 20/06/96, o grupo do Trabalho de Campo visitou no município de Itaporã (MS) algumas pequenas propriedades agrícolas que desenvolvem atividades ligadas à agroindústria: avicultura, suinocultura e sericicultura, além do confinamento de gado de corte.

A avicultura foi conhecida na visita ao Sítio São Lucas. A propriedade possui 41,14 hectares e dedica-se quase totalmente à criação de frangos para abate, embora possua atividades complementares (piscicultura, agricultura). A implantação do aviário na propriedade foi feita em parceria com a Avipal e constituindo-se em um sistema integrado de produção e a mão-de-obra é essencialmente familiar, sendo que os recursos para investimento e construção dos barracões e infra-estrutura foram conseguidos através de financiamentos junto ao Banco do Brasil.

No Sítio Boa Vista conhecemos a sericicultura, atividade praticada há 2 anos pela família do Sr. Jaime F. de Souza. A propriedade possui 36,3 hectares e atualmente dedicam-se principalmente à criação do bicho-da-seda, sendo que apenas duas pessoas trabalham na atividade, sendo também mão-de-obra exclusivamente familiar. Quando os casulos já estão constituídos, são entregues a SSB (Sedas Shoei-Bratac S/A), que os compra para industrializá-los. Assim como a avicultura, os recursos para investimento foram conseguidos através de financiamentos junto ao Banco do Brasil.

Outra propriedade visitada, a Estância Cristina dedica-se entre outras atividades à suinocultura e possui uma área de 50 hectares. O Sr. Manoel, proprietário da Estância, ainda não conta com toda estrutura para a realização completa da suinocultura realizando apenas o processo de engorda desses animais e na “ponta” do processo está a Ceval, que os compra para o abate. O nível técnico utilizado não é muito avançado, mas o proprietário procura rebaixar custos e aumentar a produtividade verticalizando a produção. Isto é, ao mesmo tempo que planta o milho para engorda dos suínos, também utiliza os seus dejetos na área de pastagem onde realiza o confinamento de gado de corte. A mão-de-obra não é somente familiar, havendo nove funcionários assalariados para diferentes atividades.

A Fazenda Santa Luzia tem como principal atividade a pecuária de corte. A propriedade tem área de 1.573 hectares e possui cerca de 500 cabeças de gado confinado e 1.500 de forma extensiva. O confinamento traz vantagens, pois o gado engorda mais rápido além de a qualidade da carne ser superior, adequando-se às exigências do mercado. A mão-de-obra é assalariada e os funcionários residem com suas famílias na própria fazenda.

Já em Primavera do Leste (MT), o grupo constatou uma situação diferente. A região de Primavera do Leste, considerados os municípios circunvizinhos que centralizam a produção na cidade denominada “princesa da soja”, é responsável pela maior produção de grãos do Estado, que é o 3º maior produtor do país. Além disso, conta com rebanhos bovinos e suínos e já começam se instalar agroindústrias em seu distrito industrial (principalmente processadoras de derivados de milho). Também tivemos informações de que a cultura da uva de mesa é um apontamento que está sendo colocado por alguns produtores da região. Nesse caso, a produção seria destinada ao mercado do sul e sudeste do país nos meses em que outras áreas produtoras não entregam a uva no mercado.

Predominam as grandes propriedades e o grupo do Trabalho de Campo teve oportunidade de visitar uma das maiores do município, a Fazenda Santa Adriana II, que pertence ao grupo IBF (Indústria Brasileira de Filmes S/A). A fazenda conta com uma estrutura que inclui: sede, escola, alojamentos para funcionários, cantinas, casas, oficinas, armazéns, escritórios etc atuando desde 1988, quando o projeto SUDAM ofereceu incentivos aos empresários. A cultura inicial foi o café, porém não deu resultados. Atualmente, produz soja, mas estão também diversificando as atividades em função da baixa rentabilidade da soja (insumos e custos de transporte).

Dessa forma, tem um projeto de suinocultura e bovinocultura que já estão praticamente implantados. Além disso, produzem milho para ração dos suínos e

outros produtos da cesta básica. A mão-de-obra é exclusivamente assalariada e algumas famílias residem na própria fazenda.

A partir do que observamos e discutimos nas visitas realizadas, pode-se sintetizar em alguns pontos a questão da agroindústria no Centro-Oeste:

- as diferenças entre pequeno e grande produtor no que diz respeito à sua estrutura produtiva e mecanismos de integração com o mercado, na comercialização;
- o papel do Estado como agente dinamizador do processo de modernização da agricultura, mas uma modernização seletiva e concentradora, pois não acessível a todos;
- as diferentes relações de trabalho comparando-se as pequenas e grandes propriedades, demonstrando a diferencialidade presente no capitalismo que cria e recria relações não só capitalistas;
- a constante e crescente subordinação do produtor à indústria processadora que passa a ser a referência para a produção agropecuária, consolidando o processo de “caificação”;
- as diferentes facetas do progresso técnico na agricultura e a imposição do desenvolvimento das forças produtivas para que o produtor não fique à margem, ou mesmo não “quebre” ou não deixe de existir enquanto tal.

A experiência vivenciada nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul nos mostram a territorialização do processo de agroindustrialização, bem como suas diferentes expressões, o que nos leva a afirmar que não é um processo homogêneo e caracteriza-se a partir do conjunto de mediações existentes em cada lugar em específico.

2.2 Inserção e exploração da força de trabalho: o caso do índio

No intuito de estudar a exploração da força de trabalho no Mato Grosso do Sul, direcionamos tal questão para o caso indígena na região de Dourados e Campo Grande (MS).

Em Dourados (MS), no dia 19/06/96, o grupo do Trabalho de Campo visitou o CIMI (Conselho Indigenista Missionário), órgão ligado a CNBB, que defende a causa indígena e aceita a participação daqueles que estiverem de acordo com a filosofia do órgão. Através dessa postura, o CIMI acredita numa integração intercultural respeitando a cultura original, o saber religioso e tecnológico sem interferências. Os

integrantes do CIMI nos passaram as idéias gerais e plano de trabalho da entidade e fizeram um histórico da presença indígena em Dourados.

O território indígena foi sendo invadido e reduzindo-se cada vez mais. O que contribui para tal fato é que a maioria das terras não são demarcadas e quando possuem algum documento de posse, esses são muitas vezes mal definidos, não tendo tanta importância aos olhos dos brancos. Nesses conflitos ocorreram e ocorrem, ainda, muitas mortes e para os que sobreviveram, resta-lhes viver em pequenas extensões de terra ou se assalariarem ou apenas viverem como diaristas, sem carteira de trabalho assinada e direitos trabalhistas.

Diante da realidade em que se encontram, estão perdendo aos poucos suas características culturais, pois já não trabalham mais em suas terras e para subsistir têm que trabalhar nas lavouras de cana-de-açúcar e em alguns serviços nas cidades. Com essa descaracterização há o desaldeamento de muitos índios que passam a assumir posturas de brancos, não se identificando mais com a sua própria raça, costumes e cultura. Esses e outros fatores como o acesso a bebidas alcoólicas e descontentamentos, favorecem a desestruturação desse povo e leva muitas vezes ao suicídio. Aliás, fato muito comum e crescente entre os Kaiowás, no Mato Grosso do Sul.

Ainda no dia 19/06/96 visitamos a reserva de Panambizinho no município de Dourados (MS), onde pudemos verificar a real situação de seus habitantes. São índios guarani - kaiowá e somam um total de 415 índios, sendo a maioria crianças.

A reserva possui 60 hectares de acordo com o documento analisado, fornecido pelos próprios índios. Mas os chefes contestam tal delimitação, pois dizem que seu verdadeiro território abrange uma área bem maior. Apesar de não possuírem grande área, produzem milho e mandioca utilizados na alimentação juntamente com o arroz. Também produzem peças artesanais que são vendidas à beira das estradas, principalmente pelas crianças.

Apesar de todas as transformações, ainda preservam os rituais de dança e culto religioso com ornamentos e pintura. Vivem em comunidade, com organização democrática, só que a presença do Estado gera conflitos e contradições. Uma das formas de atuação do Estado foi a criação do SPI (Serviço de Proteção ao Índio) em 1910, transformado em FUNAI em 1967. Esses órgãos só têm no nome a função de protetores, pois o que realizam, antes de qualquer coisa está voltado aos interesses do Estado e dos fazendeiros.

O CIMI não concorda com as políticas de atuação da FUNAI não havendo uma relação entre eles, mesmo que defendam uma causa comum.

Para termos uma idéia da inserção do índio no mercado de trabalho, principalmente nas atividades ligadas à agroindústria canavieira no Mato Grosso do Sul, visitamos em Campo Grande no dia 20/06/96 a FTI-MS (Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Mato Grosso do Sul).

A partir da entrevista com o Sr. Ademar, diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias Químicas e Farmacêuticas e do Alcool de Rio Brilhante, percebemos como se dá a inserção do índio no mercado de trabalho nas usinas de açúcar e álcool nas atividades, tanto de corte como na própria planta fabril.

Os índios aldeados e desaldeados² possuem formas de trabalho e contratação diferentes. Os índios aldeados trabalham no corte da cana e são intermediados pela FUNAI que não permite que sejam registrados, tendo um contrato coletivo no qual a empresa deve adiantar uma parte do pagamento dos trabalhadores. A empresa deve garantir-lhes alimentação, alojamento (longe do branco e das bebidas alcoólicas) e o "tererê", que é tomado em intervalos de duas horas de serviço. Os índios aldeados recebem o mesmo preço por tonelada de cana que os brancos, só que trabalham menos horas. O Estado é o tutor desses índios e por não possuírem registro em carteira, as empresas contratantes ficam livres dos encargos sociais, aumentando suas porcentagens de lucro.

Já os índios desaldeados desempenham funções especializadas na planta fabril, além do corte. Estes têm suas condições de trabalhadores regulamentadas pelo Ministério do Trabalho como qualquer trabalhador.

O sindicato não tem por parte dos aldeados a parcela que lhe cabe, por lei, da contribuição sindical, por isso tem interesse de que os índios sejam registrados e assim se tornem associados do sindicato e contribuam com a porcentagem estabelecida. Representantes da Federação estão sempre tentando um acordo com a FUNAI na intenção de que mudem a forma de contratação dos índios.

Percebemos que o CIMI e a Federação têm posturas bastante divergentes em relação ao problema do índio no mercado de trabalho. O sindicato procura defender os direitos dos índios como de qualquer trabalhador, independente de suas particularidades étnicas e culturais. O CIMI, por sua vez procura lutar para que o índio não perca essas características e viva em harmonia na sociedade dos brancos, enfim, que haja um diálogo inter-cultural.

² Os aldeados são aqueles que possuem vínculos com sua aldeia e os desaldeados são aqueles que se desligaram de seu povo, de sua cultura, não sendo considerados mais índios.

2.3 A Urbanização e a Atuação do Estado

O início do processo de ocupação da região Centro-Oeste ocorreu há mais de 2 séculos, mas o processo de urbanização verificado nessa região, principalmente nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, se no século XIX e início do século XX pouco significou, comparável ao que ocorreu em outras áreas do país, se intensificou nos últimos 50 anos.

Mesmo com o investimento particular atuando para a ocupação recente do território, o poder público teve papel importantíssimo em tal empreitada, pois foi ele que iniciou e comandou (e ainda comanda, em parte) tal processo. Essa prática governamental torna-se evidente em cidades como Corumbá e Campo Grande (MS).

Quanto ao Estado e suas relações com o urbano, lembramos Castells (1977) que relaciona a intervenção do Estado na problemática urbana, salientando que as práticas políticas têm por objeto as relações de classe e objetivo, o Estado. Dessa forma, essas práticas se definem pela classe dominante sobretudo através das intervenções do aparato político-jurídico e pelas classes dominadas através da luta política de classes.

Assim, asseguram-se os interesses da classe social dominante, no conjunto da formação social e a reorganização do sistema de modo que se dê a reprodução estrutural do modo de produção dominante.

Em Campo Grande, temos o Estado como principal agente produtor da cidade e de certa forma, ocorre um conflito entre as três esferas do poder (municipal, estadual e federal). A esfera municipal fica em segundo plano, prevalecendo as decisões e intervenções da esfera estadual que se faz mais presente na produção do espaço urbano. A esfera federal tem um papel importante quanto à instituição dos militares no território na perspectiva da segurança nacional.

Porém, se o Estado se faz presente de algumas formas, exime-se em áreas básicas como a infra-estrutura, moradia, educação. Na cidade de Campo Grande onde o grupo do Trabalho de Campo procurou verificar a atuação do Estado no processo de urbanização, percebemos a ausência de uma política de planejamento para o crescimento da cidade. Um exemplo é a precariedade do saneamento básico não só na capital como em outros municípios (em Corumbá, por exemplo, nenhum bairro dispõe de rede de esgoto). Além disso, a cidade é palco de disputa das esferas do Poder Público, como já mencionamos, e o governo estadual até o momento sobressai-se nesta disputa através da realização de grandes obras com fins nitidamente eleitoreiros.

Em Campo Grande, a moradia é um problema grave e o Estado têm construído conjuntos habitacionais nas áreas periféricas da cidade, como por exemplo o conjunto habitacional Aero Rancho IV, por nós visitado no dia 22/06/96.

A partir destas observações pudemos constatar as diferenças quanto ao processo de formação das cidades mais antigas e das mais novas na região Centro-Oeste brasileira. Enquanto nas primeiras o Estado teve papel fundamental para consolidar sua formação, nas últimas é a iniciativa privada, representada por grandes complexos agroindustriais e produtores pecuários que, ao expandirem a fronteira agrícola, tornaram-se os grandes promotores do surgimento de novos núcleos urbanos.

2.4 Exploração econômica da paisagem

Quando propusemos em nosso projeto de Trabalho de Campo a investigação e compreensão da exploração econômica da paisagem através de sua "comercialização" sob diferentes formas, pensamos no turismo e extrativismo mineral. Este último tendo como exemplo Poconé (MT) e o turismo a partir das visitas à Chapada de Guimarães (MT) e Pantanal (MS).

Desta forma, procuramos compreender como se dá essa exploração no casos estudados, bem como identificar processos e relações envolvidas.

Quanto à concepção de paisagem, nos apoiamos naquela adotada por Leite (1983):

"O território se torna paisagem quando é descrito através de suas características fisiográficas e ambientais. A paisagem varia de acordo com essas características e também de acordo com o impacto histórico do homem sobre ela. Portanto, a paisagem é um reflexo dinâmico dos sistemas natural e social".

Percebemos, então, que a paisagem engloba não só o natural como também o social e que "por trás" de cada paisagem existem determinações de ordem social, econômica, política, cultural, etc.

2.4.1 Mineração em Poconé e Poxoréo

A partir das visitas a Poconé e Poxoréo, o grupo procurou investigar a mineração como uma forma de exploração econômica da paisagem.

A mineração constitui um dos ciclos fundamentais da economia brasileira no início do século XVIII, sendo que muitas cidades surgiram no roteiro das minas ou

em função das mesmas. O fato é que o "homem moderno" tornou-se ao longo dos anos muito dependente dos insumos provindos da mineração e a busca pelo conforto mostra que este tipo de degradação tende a crescer, se a exploração não levar em conta projetos de recuperação e fatores de interesse público.

No caso de Poconé, visitada por nós no dia 01/07/96, pudemos observar a exploração do ouro laterítico que exige a escavação profunda até que se encontre a jazida de ouro, formando grandes crateras que normalmente tornam-se lagoas artificiais.

Além desse fato, a utilização do mercúrio para amalgamação causa graves problemas à saúde da população local e dos garimpeiros, também poluindo os rios e alguns lençóis freáticos.

Quanto a Poxoréo, onde pudemos investigar no dia 28/06/96 a mineração de diamantes, o que mais ficou evidente foram as conseqüências ambientais e econômicas dessa atividade, visto que a cidade está em declínio como centro minerador.

Em visita a um garimpo em Poxoréo pudemos observar que os garimpeiros reconhecem ser necessária a recuperação do solo que vai sendo revolvido; entretanto, atribuem a responsabilidade ao governo ao invés de empregarem técnicas menos impactantes ou recursos para a conservação das áreas de extração.

Na exploração econômica da paisagem através da mineração, percebemos que a paisagem é concebida como um meio de obtenção de lucros sem levar em conta os efeitos prejudiciais ao meio-ambiente e à própria sociedade.

2.4.2 O turismo: Chapada de Guimarães e Pantanal

O turismo, outra forma de exploração econômica da paisagem, foi observado nas visitas à Chapada de Guimarães e Pantanal.

Percebemos que a Chapada de Guimarães além de sua importância geológica, geomorfológica e arqueológica apresenta a paisagem como fator econômico determinante. Dessa forma, as relações econômicas e conseqüentemente sociais e políticas naquela região giram em torno da paisagem da Chapada e sua exploração ou mesmo sua "comercialização".

O mesmo também ocorre na região do Pantanal, cuja paisagem é conhecida mundialmente como santuário ecológico, isso por possuir a fauna e flora mais ricas do planeta.

Sua diversidade natural pode ser explicada pela localização do Pantanal, entre os ambientes da floresta amazônica e da floresta atlântica, que ao inter-relacionarem produziram uma paisagem singular.

O aumento do fluxo turístico ao Pantanal, além de provocar crescimento da infra-estrutura necessária para o atendimento dos visitantes, tem contribuído para a ampliação das áreas de acesso rumo ao interior da região, comprometendo a integridade da paisagem natural.

Em visita à Corumbá (MS) no dia 24/06/96, pudemos notar como a exploração da paisagem do Pantanal está na base da economia da cidade. Em todos os cantos da cidade podem-se encontrar vários tipos de objetos ou "lembranças" como camisetas, bonés, brincos, cartões-postais, entre outros que se referem aos aspectos da paisagem local. Além disso, os passeios de barco no rio Paraguai, as pousadas, hotéis e restaurantes são também expressões da "comercialização" da paisagem, pois muitos comerciantes vivem dos lucros obtidos nesse tipo de negócio, visto que o Pantanal é visitado por milhares de pessoas anualmente.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, a partir das questões investigadas no Trabalho de Campo e dentro da perspectiva apontados no projeto em termos de tema e eixo temático, podemos dizer que as observações empíricas apoiadas nas pesquisas bibliográficas, além das próprias discussões ocorridas no grupo de Trabalho de Campó nos possibilitaram compreender a realidade que se materializava dentro de uma perspectiva geográfica, isto é, procuramos estabelecer uma relação constante entre teoria e prática.

Como um dos objetivos era a própria compreensão das determinações do eixo temático intitulado gestão do território, pudemos constatar que a gestão do território está diretamente ligada com as "relações de força" que permeiam a sociedade. A gestão do território, desta forma, implica controle por parte dos agentes sociais hegemônicos que compõem a sociedade. E ao lado dos setores hegemônicos, associa-se a figura do Estado que acaba por se personificar enquanto elemento hegemônico, sempre associado e legitimando os interesses dos grupos dominantes. Isso pode ser percebido através da atuação do Estado, por exemplo, no processo de "modernização" da agricultura e constituição dos CAI's no qual acabou por beneficiar apenas uma parcela dos atores envolvidos. Na experiência que tivemos na região de Dourados, percebe-se claramente como os pequenos produtores tiveram que se adequar às exigências do mercado diante desta "modernização".

Em vista disso, as questões investigadas nos mostraram alguns elementos para o entendimento desta dinâmica dos agentes sociais, bem como os mecanismos de gestão do território por parte dos agentes hegemônicos.

No processo de modernização da agricultura e constituição dos CAIs nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, constatamos as diferencialidades presentes que promovem uma heterogeneidade de espaços, pautada em relações contraditórias que compõem a sociedade capitalista.

Sendo assim, os processos mencionados não se manifestam e não se territorializam igualmente. Além disso, um dos agentes que se sobressai é o Estado, tanto na questão da modernização da agricultura como da urbanização como procuramos mostrar e na própria exploração da força de trabalho indígena e no turismo e extrativismo.

A exploração econômica da paisagem revelou também as várias facetas que pode conter. No entanto, percebemos que seja o Estado ou a iniciativa privada, o caráter econômico sempre prevalece, sendo a paisagem não só um recurso como também um meio de obtenção de lucros.

Todas essas questões mostram como os agentes sociais hegemônicos e o Estado fazem a gestão do território. E é a partir dessa gestão que se explica a configuração territorial, ou seja, os mecanismos de ordenamento e caracterização dos diferentes lugares e seus atores.

4 BIBLIOGRAFIA

- BAXTER, Michael. **Garimpeiros de Poxoréo**. Poxoréo: Prefeitura Municipal, 1975.
- CASTELLS, Manuel. **La cuestión urbana**. México: Siglo Veintiuno, 1977.
- COSTA, W. M. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.
- IBGE. **Geografia do Brasil: Região Centro-Oeste**. Rio de Janeiro: SERGRAF, 1977.
- KAGEYAMA, A. (org.) **O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais**. Campinas, 1987. Universidade de Campinas. (mimeog.)
- MANGOLIM, O. **Povos indígenas no Mato Grosso do Sul: viveremos por mais 500 anos**. Campo Grande: CIMI, 1993.
- MARTINE, G. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? **Lua Nova**. São Paulo, n. 23, março/1991.

OLIVEIRA, A.U. de. Agricultura e indústria no Brasil. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n. 58, p. 5-64, 1982.

THOMAZ JR, A. Em defesa da teoria no Trabalho de Campo. **Caderno Prudentino de Geografia**. Pres. Prudente, n. 13, p. 16-27, jun. 1991.

THOMAZ JR., A. **Por Trás dos Canaviais, os (Nós) da Cana. (Uma Contribuição ao Entendimento da Relação Capital x Trabalho e do Movimento Sindical dos Trabalhadores na Agroindústria Canavieira Paulista)**. São Paulo, 1996. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

VEIGA, M.; FERNANDES, F. R. Poconé: um campo de estudo de impacto ambiental do garimpo. **Jornal Folha do Estado**. Cuiabá, 29 e 30 de jun. 1996.

A COMUNICAÇÃO SINDICAL FRENTE À OFENSIVA NEOLIBERAL

Marcelo Dornelis CARVALHAL¹

Antonio THOMAZ JÚNIOR²

Resumo: A Comunicação sindical como parte integrante do conjunto das formações teóricas e política dos sindicatos, explicita o nível de articulação entre os dirigentes e os trabalhadores da base, funcionando como importante instrumento de análise da transformação da diferencialidade intrínseca do trabalho.

Palavras-Chave: sindicato, comunicação sindical, territorialização, neoliberalismo, centrais sindicais

1 INTRODUÇÃO

Inicialmente gostaríamos de ponderar, neste ensaio, questões referenciadas à reestruturação produtiva e associada à ofensiva no plano político ideológico, do ideário neoliberal, cujo rebatimento no mundo do trabalho é o cerne da "crise dos sindicatos", aqui buscando discuti-la concomitantemente à estrutura sindical brasileira³, no que se refere de forma direta...

¹ Estudante do 4º ano do Curso de Geografia da FCT/UNESP/Presidente Prudente, bolsista de Iniciação Científica junto ao CNPq/PIBIC, com o Projeto de Pesquisa: "Contribuição para a 'Leitura' Geográfica do Movimento Sindical em Presidente Prudente (SP), a partir da Imprensa Sindical", sob a orientação do Prof. Dr. Antonio Thomaz Júnior. Endereço para Correspondência: E-Mail ceмосi@prudente.unesp.br

² Professor do Departamento de Geografia, FCT/UNESP/Presidente Prudente; Coordenador do Centro de Memória, Documentação e Hemeroteca Sindical "Florestan Fernandes"/FCT/UNESP e, Coordenador do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT). Endereço para Correspondência: Departamento de Geografia; FCT/UNESP/Presidente Prudente; Caixa Postal: 957 - CEP. 19060-900. Tel. (018) 221-8388 - FAX (018) 223-2227. E-Mail: atjgeo@prudente.unesp.br

³ Esta discussão foi apresentada, inicialmente, no relatório parcial de pesquisa (PIBIC/CNPq), encaminhado em Janeiro de 1997, às páginas 6 e 7.

A dinâmica dessa “crise” inscreve-se mais diretamente no processo de consolidação das Centrais Sindicais e a conseqüente incorporação desta dinâmica no enfrentamento político-ideológico do movimento sindical, no qual, cada vez mais as Centrais Sindicais se destacam, na tentativa de hegemonizarem-se sobre os sindicatos.

Portanto, referenciam-se a este embate no movimento sindical, fundamentos teóricos e ideológicos que se consubstanciam em materialidades diferenciadas, cujas expressões exemplificam-se em práticas sindicais coerentes com estas fundamentações, das quais cabem destacar a existência, ou não, de diversas políticas de comunicação sindical.

Dessa forma, a comunicação sindical, enquanto referencial teórico que busca explicitar os mecanismos de inter-relação entre receptor e emissor de informações, no caso vinculadas aos sindicatos, situa-se no campo mais amplo das relações entre o dirigente sindical e os trabalhadores da base.

Os liames definidores dessa relação explicitam-se na verificação da imprensa sindical enquanto processo interativo ou mera transmissora de mensagens, advindo desta problemática a necessidade de buscarmos a apreensão nos trabalhadores da base, do que lhes foi “enviado” e qual o retorno de suas demandas para o dirigente sindical. A explicitação desta dinâmica ou a territorialidade dos conflitos capital x trabalho sobrepõem-se pois, às relações que o trabalho mantém entre si, advindo da composição diferencial daí desdobrando, a complexidade das posturas dos atores envolvidos e, em consequência, a expressão espacial das contradições⁴.

2 O PAPEL DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A OFENSIVA NEOLIBERAL NA CRISE DOS SINDICATOS: A COMUNICAÇÃO POR UM TRIZ.

A reestruturação produtiva enquanto elemento primordial das novas formas de gestão do trabalho tem sido alardeada por todos os cantos como a grande transformação da sociedade mundial neste final de milênio, com conseqüências funestas e arrebadoras para o mundo do trabalho e seus órgãos de representação, estando, portanto, no cerne da atual crise dos sindicatos.

⁴ Mais detalhes, ver: THOMAZ Jr., A. *Por Trás dos Canaviais, os (Nós) da Cana. (Uma Contribuição ao Entendimento da Relação Capital x Trabalho e do Movimento Sindical dos Trabalhadores na Agroindústria Canavieira Paulista)*. São Paulo, 1996. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

No entanto, se atentarmos para a tecnologia enquanto relação social, é possível vislumbrarmos as determinantes do processo de inovação tecnológica, nas relações próprias do modo de produção capitalista, ou seja, a inovação subordina-se à lógica da concorrência sendo impulsionada pela exploração com o objetivo de elevar a taxa de mais-valia e o controle do processo de trabalho pelo capital.

Ignorar esses aspectos significa subverter a própria racionalidade capitalista e identificar tecnologia com Capital. No entanto, ao assumirmos posição contrária significa concordar com a assertiva de KATZ, ao dizer que: “... a existência do Capital não é uma condição indispensável para o progresso tecnológico por uma simples razão: a valorização e a inovação conformam processos completamente distintos.”⁵ A inovação, portanto, estando vinculada às melhorias técnicas do processo de trabalho e o capital uma relação social baseada na acumulação de mais-valia.

Como lembrado por COGGIOLA “Considerar as novas tecnologias como determinantes, independentes do desenvolvimento (e da mudança) histórico-social, significa render-se diante da mais velha e abstrata mistificação ideológica do modo de produção capitalista, o ‘fetichismo do Capital’”⁶, onde todo trabalho aparece para o operário como tendo sido realizado pelo Capital, levando-nos a considerar o atual período como um período de máxima criatividade do capitalismo, não como um período de intensificação da superexploração da classe operária, como exemplificadas pelo aumento da precarização das relações de trabalho, exploração da mão-de-obra infantil e morte por estafa etc.

A esse respeito, BRAGA sinaliza algumas preocupações, tal como a adoção do economicismo como um traço permanente nas discussões sobre as transformações atuais, sem que se considere “... a ideologia do progresso técnico, isto é, a crença em que o desenvolvimento autônomo (portanto, não subordinado à complexa vigência das múltiplas contradições do real) das forças produtivas encerre as potencialidades últimas de resolução das crises e impasses históricos gestados pelo movimento das estruturas do Capital”⁷. O autor se põe, então, a rebater as teses que se ocupam da crise da sociedade do trabalho, na qual a classe operária e juntamente

⁵ KATZ, Claudio. O enfoque marxista da mudança tecnológica. In: KATZ, C. e COGGIOLA, O. *Neoliberalismo ou crise do Capital?* São Paulo: Xamã, 1995, p. 13.

⁶ COGGIOLA, Osvaldo. “Crise, novas tecnologias e classe operária. In: KATZ, C. e COGGIOLA, O. *Neoliberalismo ou crise do Capital?* São Paulo: Xamã, 1995, p. 121.

⁷ BRAGA, Ruy. Da ideologia do progresso técnico à crise da sociedade do trabalho. In: DIAS, E.F. e outros. *A ofensiva neoliberal: reestruturação produtiva e luta de classes*. Brasília: Sindicato dos Eletricitários de Brasília, 1996, p. 55.

o próprio conceito de trabalho, estariam sendo questionados por tendências que dizem respeito às transformações na esfera do trabalho.

Através do exposto é possível verificarmos que muito do que convencionou-se chamar de crise nos sindicatos, situa-se na órbita da crise de acumulação do modo de produção capitalista, cuja consubstanciação em termos práticos coaduna-se com a elaboração teórica do neoliberalismo, já que desloca do plano da luta de classes, para a crise do regime de acumulação. Se assim fosse, bastaria substituir o modelo fordista por um novo modelo - toyotismo, modelo sueco, etc. - e decretar o fim da sociedade do trabalho, no melhor estilo Fukuyama. De todo modo, põe-se em questão, uma leitura crítica do processo vivenciado pelo capital na condição histórica de diminuição constante da taxa de lucro.

Assim sendo, só é possível compreendermos a atual "crise nos sindicatos", se nos desvencilharmos do terreno estreito do econômico, avançando para a necessária compreensão do papel exercido pela ofensiva burguesa sobre o movimento organizado dos trabalhadores, assumindo nuances político-ideológicas, atingindo sua subjetividade, mas também com a intervenção direta nas condições materiais de existência do trabalhador. Obviamente que esta ofensiva encontrou no seio da classe trabalhadora e do movimento sindical, campo fértil para propagação, através da aceitação dos ditames neoliberais, promovendo a expansão dessa ideologia para outros setores do movimento sindical (são os exemplos das CGT's, da Força Sindical, da recente Central Social Democrata), e aproveitando-se das hesitações e lacunas teóricas existentes nos setores mais combativos do sindicalismo brasileiro.

Quando nos colocamos a estudar o neoliberalismo, é necessário deixar claro que se trata de um ideologia política e não apresenta substancialmente, em termos conceituais, nada de novo, "...Trata-se de uma velha ideologia que desempenha uma função política nova e, em parte, paradoxal: a de exaltar o mercado em benefício dos monopólios e contra os direitos sociais." ⁸, portanto até mesmo o prefixo "neo" está vinculado às determinações ideológicas para apresentar a exploração capitalista com uma nova roupagem.

É importante destacar que a ideologia neoliberal tem-se constituído, com eficiência, em instrumento de unificação da burguesia, no Brasil, destacadamente com a eleição de Collor, em 1989, que a despeito das divergências internas do bloco no poder que levaram à destituição do presidente responsável pela implantação

⁸ BOITO Jr., Armando. Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil. *Crítica Marxista*. São Paulo, v.1, n. 3, 1996, p. 80.

definitiva da pauta neoliberal no país, reconstituíram-se as frações desse bloco, acrescidas agora pela direitização em todo espectro político dos partidos nacionalmente expressivos, casos do PSDB (aliado ao PFL) e do PT, que teve esvaziado seu papel na resistência à ofensiva neoliberal em decorrência dos equívocos teóricos cometidos, principalmente pela corrente hegemônica (articulação) na condução política do partido.

Essa nova hegemonização ideológica no Brasil apresenta características que permitem a BOITO Jr. qualificá-la como regressiva "*na medida em que implica, numa inversão que tem intrigado a intelectualidade crítica, sacrifício das classes populares em proveito das classes e frações que integram o bloco no poder*"⁹.

Existe também uma aceitação por parte das classes populares de alguns aspectos da ideologia neoliberal, que permitem o enraizamento destas propostas, extremamente lesivas à classe trabalhadora como, por exemplo o antiestatismo apresentado em embalagem popular e a desigualdade entre os trabalhadores veiculadas através do nivelamento por baixo, apresentando os direitos sociais como privilégios, da mesma forma que se anuncia para a previdência social.

Essas desigualdades existiam antes da ofensiva neoliberal, foi a conjuntura dos anos 90 que lhes conferiu uma função política nova, jogando setores da classe trabalhadora contra si mesmos.

A despeito das transformações ocorridas no movimento sindical durante a década de 80, não se logrou a superação da estrutura sindical oficial e, por conseguinte, a constatação de que o peleguismo que graça com vitalidade no meio sindical não passa de uma obviedade, já que até mesmo os setores mais combativos do movimento sindical, enraizados no "novo sindicalismo", que se expressam primordialmente na Central Única dos Trabalhadores (CUT), não transformaram a luta reivindicativa do plano econômico, numa luta pela unidade e autonomia operária.

Porém, por todos os avanços alcançados, tanto organizativos, os enfrentamentos com o capital e os órgãos de repressão, as greves gerais etc, faz-se necessário asseverar que esses setores do sindicalismo brasileiro mantiveram-se, hegemonicamente, nas raízes da luta dentro da ordem e não contra a ordem, ou seja, por dentro do regramento jurídico-sindical imposto pelo Estado, porém aceito pelo movimento sindical¹⁰.

Esta constatação se revela de particular importância quando vislumbramos a partir do início da década de 90, o nascimento de uma central sindical

⁹ *Id. ibid.*, p. 81.

¹⁰ Mais detalhes, ver: THOMAZ Jr., A., 1996, *op. cit.* (capítulo 4).

(a Força Sindical) voltada à defesa explícita do neoliberalismo no Brasil, significando o reativamento "oficial" do peleguismo, em bases mais organizadas e mais ativas, no sentido de tecer a hegemonia neoliberal no seio da classe trabalhadora.

Temos, então, atualmente o enfrentamento de uma central pelega com uma central combativa no plano reivindicativo, que se articulam na esfera ideológica no embate ao neoliberalismo, porém com a resistência, ainda, bastante difusa e ineficiente da esquerda sindical brasileira. Essa disputa, longe de se situar unicamente nas cúpulas das centrais, enraizam-se nos sindicatos, onde muitas vezes acabam prevalecendo as disputas pelo poder e não propriamente uma disputa fundamentada no engajamento ideológico dos sindicalistas, permanecendo os trabalhadores da base alheios aos embates encarniçados das cúpulas dirigentes.

Apesar das semelhanças entre essas duas Centrais, é possível destacarmos as diferenças enquanto elementos definidores de práticas sindicais que se expressam territorialmente nas lutas¹¹, no desigual nível de articulação com o movimento operário e diferenças no tocante às políticas de comunicação.

Justifica-se, dessa forma, contextualizarmos o surgimento e consolidação das centrais sindicais em face de sua participação crescentemente mais ativa no cenário político nacional, principalmente tendo em vista o processo de hegemonização neoliberal em curso no Brasil¹².

Se no início da década de 80 a pressão do movimento popular fez sentir-se no plano de ação da recém-criada Central Única dos Trabalhadores (CUT), com um programa de ataque, no final da década em face de novas conjunturas necessitou-se a elaboração de uma tática defensiva. Nesse processo de revisão de táticas, a corrente Articulação Sindical (Artisind) implantou uma nova estratégia sindical que faz importantes concessões à ideologia e política neoliberal.

Com a chegada de Collor ao poder e com ele o neoliberalismo, fez-se necessário um recuo tático do movimento sindical, conforme observa BOITO Jr.: "E nesse recuo o sindicalismo deveria procurar ampliar suas alianças, explorando as contradições que viessem a surgir no seio das classes dominantes"¹³. Ao contrário, a corrente hegemônica na CUT, a Articulação Sindical, passou a defender o sindicalismo propositivo, com conseqüências funestas para todo o movimento sindical.

¹¹ Mais detalhes, ver: THOMAZ Jr., A. A Presença das Centrais Sindicais na Agroindústria. *Debate Sindical*. São Paulo, ano 10, n. 24, p.46-51, fev./mar./abr. 1997.

¹² Mais detalhes, ver: COSTA, S. *Tendências e Centrais Sindicais. O movimento sindical brasileiro de 1978 a 1994*. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi e Ed. Da Universidade Católica de Goiás, 1995.

¹³ BOITO Jr., A. 1996, *op. cit.*, p. 91.

Essa nova postura viria a consolidar-se nas câmaras setoriais, exemplos concretos do neocorporativismo legitimador da ideologia e política neoliberal, afastando qualquer possibilidade de unificação orgânica das diversas categorias de trabalhadores¹⁴. Nessa lógica corporativa, "...cada sindicato é levado a propor soluções para o problema do 'seu' setor e essas soluções, em pontos fundamentais colidem com os interesses e propostas dos sindicatos de trabalhadores de outros setores"¹⁵. Isso significa a unificação das metas das empresas às metas dos trabalhadores, cabendo aos sindicatos o papel de reivindicar menos para não prejudicar a competitividade das empresas, melhor do que acabar com os sindicatos é transformá-los em escolas de neoliberalismo¹⁶.

O neoliberalismo e os sindicatos são contraditórios, "contudo é através do sindicalismo neocorporativo que o neoliberalismo logra manter a ação reivindicativa dos trabalhadores dentro de limites compatíveis com a hegemonia neoliberal"¹⁷.

Chegamos ao ponto em que necessariamente temos de realizar a articulação entre o papel desempenhado pela estrutura sindical oficial, ao obstaculizar os avanços do movimento operário, com a ofensiva desencadeada pelo capital internacional contra os sindicatos, capitaneada pelo próprio governo brasileiro. Só a partir do entendimento do atrelamento inequívoco dos sindicatos aos aparelhos de Estado¹⁸, é que se torna possível vislumbrarmos a facilidade e rapidez com que saindo de uma posição bastante favorável - para os movimentos sociais de uma forma geral - e quase conquistando a presidência da república em 1989, assistimos ao processo de fragilização do movimento operário e mais especificamente do "novo sindicalismo" na década de 90.

Conforme já exposto o movimento sindical combativo não logrou, ou não buscou, superar o atrelamento dos sindicatos aos aparelhos de Estado. Isto é, em parte decorrente da fragilidade das posições acerca da autonomia do movimento sindical e da acomodação dos líderes sindicais à ordem vigente.

¹⁴ Mais detalhes, ver: THOMAZ Jr., A. Câmara Setorial Paulista Sucre-alcooleira. *Quinzena*. São Paulo, n.252, 15 de jun. 1997; n. 253, 30 de jun. 1997.

¹⁵ BOITO Jr., A. *op. cit.* p. 97.

¹⁶ Faço referência aqui a Lênin, para quem o objetivo dos sindicatos é justamente funcionarem como escolas de socialismo.

¹⁷ BOITO Jr. *Op. cit.* p. 100.

¹⁸ Para mais detalhes sobre esta questão, ver: BOITO Jr., A. *O sindicalismo de Estado no Brasil*. Campinas: Ed. da Unicamp, São Paulo: Hucitec, 1991.

Um sindicalismo que não dependa do reconhecimento oficial do Estado para manter-se financeiramente, que esteja livre da tarefa assistencialista e do corporativismo imposto pelo Capital (através da legislação trabalhista), obviamente terá maiores condições de desenvolver práticas e concepções que atuem em contraposição à hegemonia delineada pelo Capital para o conjunto da sociedade.

É justamente o oposto o que ocorre no sindicalismo brasileiro, minando a luta de classes, atuando a estrutura sindical no sentido de desarticular qualquer iniciativa prática de autonomia operária, daí que no processo histórico de constituição da CUT, a posição de manter a luta imediata no plano da conquista de entidades sindicais oficiais, significou o abandono efetivo da luta contra a ordem e o atrelamento desta Central (constituída inicialmente a mercê da estrutura oficial) à lógica de funcionamento das entidades sindicais oficiais¹⁹.

3 A COMUNICAÇÃO SINDICAL FRENTE A OFENSIVA NEOLIBERAL

Os aspectos delineados genericamente para o movimento sindical brasileiro no item anterior refletem-se no modelo de comunicação sindical praticado no Brasil. Por comunicação sindical entendemos as formas e relações de intercambiamento de informações e opiniões entre os trabalhadores da base e a cúpula dirigente sindical, das quais a imprensa sindical é uma das modalidades possíveis. É preciso deixar claro que o intercâmbio não significa igualdade de condições na troca. Ao contrário, pelo exposto, em muitas publicações sobre a Imprensa Sindical, constata-se que esta acaba atuando de forma muito semelhante à grande imprensa, ou seja, trata o trabalhador como consumidor de notícias pura e simplesmente.

Nesse sentido FERREIRA conclui, ao estudar historicamente os papéis desempenhados pela imprensa operária, que: "*Quanto ao modelo de comunicação praticado pela imprensa proletária, conclui-se, de modo provisório, que nas quatro primeiras fases estudadas as vanguardas criaram modelos próprios muito diferenciados daqueles praticados pelas classes hegemônicas, contudo, na fase mais recente - no novo sindicalismo - o modelo desenvolvido assemelha-se sobremaneira ao modelo da 'grande imprensa'*"²⁰, o que em outras palavras pode-se dizer semelhante à imprensa burguesa.

¹⁹ Comim realiza alguns apontamentos sobre a estrutura da CUT, onde chega a afirmar que é uma Central "gigante com pés de barro", já que toda a organização e estruturação da CUT está baseada na estrutura sindical oficial com seu sistema de contribuição compulsória.

²⁰ FERREIRA, M. N. A comunicação sindical frente ao neoliberalismo. In: FERREIRA, M. N. (org.) *O impasse da comunicação sindical: de processo interativo a transmissora de mensagens*. São Paulo: CEBELA, 1995. p. 34

A imprensa sindical tende, então, a explicitar as contradições e conflitos intrínsecos ao movimento sindical e no dizer de GERALDO "*A compreensão da comunicação sindical passa, portanto, pela compreensão da contradição, do jogo de poder, dos antagonismos presentes no dia-a-dia das ações sindicais, das formas de organização do movimento sindical, de suas vinculações com o Estado*"²¹, portanto o estudo da comunicação sindical prescinde do estudo do próprio movimento sindical, porém estando a ele sempre referenciado, já que o discurso não encobre o fundamento teórico das práticas sindicais.

O mesmo autor mais adiante afirma que: "*A comunicação sindical, estudada enquanto fenômeno indissociável da ação sindical, permite visualizar que o processo de comunicação em todos os seus níveis e a negociação em torno dele é a expressão concreta dos conflitos e das crises vivenciados pelo movimento sindical. Tentar entender a comunicação sem levar em conta as condições de produção do discurso, as forças que interagem implícita e explicitamente na sua produção e as forças ideológicas que sustentam esses discursos, significa refletir apenas sobre a maquiagem das relações sociais*"²².

É nesse sentido que procuramos situar a questão da comunicação sindical no bojo da constituição de instrumentos fornecedores de possibilidades à emancipação de classe, enquanto elemento intermediante da práxis sindical e operária, referenciados ao objetivo desta emancipação.

Desta forma, partilhamos da conclusão de GERALDO: "*Somente cumprirá o papel amplo de libertação, de conscientização e de mobilização permanente em torno dos objetivos de classe, portanto, na contramão das idéias de conciliação e despolitização das ações sindicais sintonizadas com o projeto neoliberal, no momento em que foram resgatados pelas lideranças sindicais, enquanto sujeitos ativos, seus interlocutores diretos: os trabalhadores*"²³.

Ao nos depararmos com o discurso presente na imprensa sindical, é possível apreendermos as matrizes teóricas dos dirigentes sindicais e o rebatimento disso na compreensão territorial, por exemplo, da contradição capital x trabalho. É, então, com os olhos voltados para o enraizamento territorial da compreensão sindical da imprensa sindical que evidenciaremos a "leitura" Geográfica da temática posta.

²¹ GERALDO, Sebastião. A globalização da economia e a comunicação sindical. In: FERREIRA, M. N. (org.) *O impasse da comunicação sindical: de processo interativo a transmissora de mensagens*. São Paulo: CEBELA, 1995. p. 36.

²² *Id. Ibid.* p. 58.

²³ *Op. cit.*, p. 59.

Faz-se necessário, portanto, buscar a identificação do nível e grau de interlocução com os trabalhadores, na tentativa de apreender o movimento sindicato-trabalhador-sindicato e o rebatimento das demandas dos trabalhadores em termos de prática sindical, além disso, evidenciar o papel formativo da imprensa sindical na construção das demandas específicas.

GIANNOTTI e SANTIAGO em livro recentemente publicado, sem preocuparem-se muito em quantificar todas as informações, baseando suas argumentações na experiência militante de ambos na área da comunicação sindical, trazem alguns elementos que contribuem para a elucidação do panorama geral da imprensa sindical no Brasil, cabendo destacar entre outros aspectos "...a falta de visão do que significa a comunicação na vida de uma entidade de classe"²⁴, bastando verificar que a despeito do grande volume de publicações sindicais, elas concentram-se em poucas entidades, ficando a maioria dos sindicatos sem nenhum tipo de publicação, portanto de comunicação direta com suas bases.

Isso significa dispormos de condições para entender o componente territorial do discurso da imprensa sindical, em quais medidas e abrangências nos é possível visualizar o ordenamento territorial da sociedade, visto pela janela da imprensa sindical, que se coloca com olhares específicos à temática capital x trabalho.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A identificação do discurso sindical através de sua imprensa revela a particularidade dos atores envolvidos, consciente ou inconscientemente, no embate capital x trabalho, cuja territorialidade reflete os diversos encaminhamentos da disputa por dentro do movimento sindical.

Tecendo considerações a respeito do enviesamento desse discurso, tendo em vista o enraizamento histórico da formação e consolidação dos sindicatos no Brasil, pode-se dispor de instrumental teórico para apreender as contradições do trabalho, não como absolutamente inerentes à classe trabalhadora, mas sim no somatório de suas hesitações e lacunas conceituais com a investidura ideológica do capital sobre a consciência e organização do operariado.

Sabendo-se que a comunicação sindical é um elemento fundamental na organização e mobilização dos trabalhadores, conhecendo-se em cada sindicato qual

²⁴ GIANNOTTI, V. e SANTIAGO, C. *Comunicação sindical: falando para milhões*. Petrópolis: Vozes, 1997.

o papel desempenhado por este instrumento, ou mesmo a ausência deste instrumento, permite verificarmos a própria concepção que os dirigentes sindicais têm de si, da categoria que representam e da classe social que "em tese", se inserem.

Obviamente que uma análise que se pautar apenas no discurso dos dirigentes sindicais, não pode ter por objetivo a apreensão de uma totalidade, que se reveste não só da relação discurso-ação, mas também do discurso oficial do sindicato e sua contraparte que é demandada pelos trabalhadores da categoria, ou seja, o discurso deve ser entendido como discurso.

A COMUNIDADE MUÇULMANA EM GUARULHOS

Marcos Timóteo Rodrigues de SOUSA¹

Resumo: O islamismo diferencia-se do cristianismo a partir da concepção de Deus, trino neste e indivisível naquele. Seus adeptos, os muçulmanos, estão presentes em várias cidades do Brasil. Com suas igrejas e associações filantrópicas no nível das relações sociais e suas mesquitas, cemitérios, escolas e clubes no nível da paisagem urbana, o islamismo produz espaços próprios. Tal fenômeno ocorre em Guarulhos, município da região metropolitana de São Paulo. Lá a comunidade muçulmana é expressiva. No entanto, as relações capitalistas de produção impõem condições de vida cotidiana conflitantes com o universo de valores islâmicos e o enfraquece enquanto observância rigorosa da doutrina.

Palavras-chave: islamismo, muçulmano, religião, Guarulhos.

Allah é uma palavra árabe e significa Deus. Mas há diferença de concepção se comparada com Θεός (Teós), do Novo Testamento. O cristão concebe Deus como trindade, de que participam Pai, Filho e Espírito Santo. Para o muçulmano, Deus é indivisível, é uma entidade única. Ele identifica em Maomé, o último profeta, e reconhece como antecessores os mesmos encontrados na Tora dos judeus ou no Velho Testamento da Bíblia aceita pelos cristãos, não obstante diferenças entre católicos e protestantes no que diz respeito a livros considerados apócrifos. Islam, por sua vez, é uma palavra árabe que significa paz, pureza, aceitação e compromisso. Como religião, o islamismo pressupõe completa aceitação dos ensinamentos do Alcorão e a crença em Allah.

¹ Estudante do 4º ano do Curso de Geografia, FCT/UNESP/Presidente Prudente e bolsista do PIBIC/CNPq, sob a orientação do Prof. Dr. Jayro Gonçalves Melo. Endereço para Correspondência: Departamento de Geografia, Caixa Postal: 957. CEP. 19060-900. E-Mail: depgeo@prudente.unesp.br

Os muçulmanos não aceitam a designação de maometanos para si, pois consideram Maomé apenas um mensageiro de Deus e não um ser divino a ser adorado. Para eles essa expressão é ofensiva. Nos rituais religiosos dizem sempre Allah e não Deus. A explicação é que o Alcorão foi revelado no idioma árabe. Consideram-no a última palavra revelada por Deus e a fonte básica para os ensinamentos islâmicos e suas leis. O Islam não se prende exclusivamente a ritualismos, mas dá grande ênfase às intenções e ações dos muçulmanos no cotidiano de suas vidas.

Há aproximadamente 800 mil muçulmanos hoje no Brasil, principalmente em São Paulo, Paraná e Brasília. Em 1955 havia apenas uma mesquita contra 45 em 1997. Destas, 16 estão em São Paulo. Vale lembrar que para falarmos em quantidade de muçulmanos no Brasil ou no mundo, referimo-nos às pessoas que nasceram em lares muçulmanas e também às convertidas ao islamismo. No Brasil, a comunidade muçulmana não se limita aos árabes como poderiam pensar aqueles que a vêem como exótica. Muitos brasileiros de outras origens étnicas, raciais e culturais têm procurado integrar-se à comunidade muçulmana, fazendo mesmo concorrência à Igreja Católica e seitas protestantes. Como sua atuação não se prende exclusivamente à observância de ritos em mesquitas, é possível localizar hoje sua presença em várias entidades de caráter assistencial. Erra, pois, quem pensa que o islamismo não é uma realidade significativa no Brasil, reputando-o a um movimento religioso distante no tempo e no espaço. O quadro abaixo comprova o que dissemos. São entidades cujo número já pode ter aumentado desde o momento em que se realizou a pesquisa.

Entidades Islâmicas no Brasil

Centro Cultural Beneficente Islâmico de Foz do Iguaçu PR
 Sociedade Beneficente Muçulmana de Londrina e Norte do Paraná PR
 Sociedade Beneficente Muçulmana de Curitiba PR
 Sociedade Beneficente Muçulmana de Cuiabá MT
 Sociedade Beneficente Árabe Muçulmana de Paranaguá PR
 Sociedade Beneficente Muçulmana de Mato Grosso do Sul MS
 Sociedade Beneficente Muçulmana de Guarapuava PR
 Sociedade Beneficente Muçulmana da Grande Dourados MS
 Sociedade Beneficente Muçulmana de Ponta Grossa PR
 Sociedade Comunidade Islâmica de Corumbá MT
 Sociedade Beneficente Muçulmana de Telêmaco Borba PR
 Sociedade Islâmica Abu Bakr Alsidk de São Bernardo do Campo SP
 Sociedade Beneficente Muçulmana de Maringá PR
 Associação Islâmica do Brasil - São Paulo SP
 Sociedade Beneficente Muçulmana de Jundiá SP
 Sociedade Beneficente Islâmica de Lajes SC
 Centro Islâmico de Campinas SP

Sociedade Beneficente Muçulmana do Rio de Janeiro RJ
 União Beneficente Islâmica de Barretos SP
 Sociedade Beneficente Muçulmana Alawita do Rio de Janeiro RJ
 Sociedade Beneficente Muçulmana de Colina SP
 Sociedade Beneficente Muçulmana de São Paulo SP
 Sociedade Árabe Muçulmana de Araçatuba SP
 Sociedade Cultural Islâmica de São Miguel Paulista SP
 Centro Islâmico de Brasília DF
 Federação das Associações Muçulmanas Santo Amaro SP
 Sociedade Beneficente Muçulmana de Anápolis GO
 Sociedade Beneficente Muçulmana de Goiás GO
 Sociedade Beneficente Muçulmana Alawita de São Paulo SP
 Sociedade Beneficente Muçulmana de Santos e Litoral Paulista SP
 Centro Afro-Brasileira de Estudos Islâmicos em Guarulhos SP
 Liga Cultural Árabe de Guarulhos
 Centro de Estudos e Divulgação do Islamismo em Suzano SP
 Conselho Superior de Assuntos Islâmicos no Brasil SP

Um dos marcos do islamismo no Brasil foi a construção da Mesquita Brasil, a mais antiga da América Latina. Sua pedra fundamental foi lançada no dia 10 de janeiro de 1942 em uma área de aproximadamente 600m² localizada na Avenida do Estado, 5.342, em São Paulo, capital. O primeiro ritual ocorreu no dia 16 de julho de 1950, e dele participaram as famílias Jundi, Ghazal, Agha, Khaznadar e Hafiz. Com o patrocínio das embaixadas do Egito, Síria, Líbano e Iraque, foi finalmente inaugurada no dia 10 de abril de 1953. O apoio financeiro dado por aqueles governos foi de um milhão e duzentos mil cruzeiros, moeda corrente no país naquela época. Abdallah Kamel, esse era o nome do primeiro "Sheik", saído do Supremo Congresso Islâmico do Cairo, Egito. São Paulo tornou-se então o maior pólo islâmico no Brasil. A Sociedade Beneficente Muçulmana de São Paulo é uma das mais estruturadas do país, e tem como presidente Ali Barakat e vice-presidente o Said El Hajj. Há também, naquela capital, o Hospital Islâmico Avicena, situado à Rua Padre Adelino, 901. Na área das comunicações, a comunidade muçulmana conta com o programa "A voz dos árabes no Brasil", transmitido todos os domingos das 17 às 19 horas pela rádio "Imprensa FM", com apresentação de Ahmad Abou Adille. Conta, também, com vários jornais e revistas, como o jornal mensal "AL Urubat", o jornal "Tribuna Islâmica", "Jornal Makka" e a "Revista Alvorada". Todas as sextas feiras, às 6 horas da manhã, Armando Hussein Saleh faz um programa na rede Globo de televisão dedicado aos muçulmanos. Na Câmara Municipal de São Paulo, a comunidade conta com um representante, o vereador Mohammad Mourad, do Partido Liberal, eleito pela segunda vez.

Atualmente, o segundo maior reduto islâmico no Brasil está em Foz do Iguaçu, Paraná. São 12 mil pessoas que vieram de países do Oriente Médio, como Líbano, Síria, Iraque e Palestina. A influência é tão grande que algumas lojas trazem os letreiros escritos em árabe e a cidade já conta com duas mesquitas e um clube de muçulmanos. Em Londrina, norte do Paraná, a comunidade também é expressiva, com uma mesquita e um cemitério islâmico. O Sheik de Londrina, Ahmad Saleh Mahairi, empenhado na difusão do Islam no Brasil, é autor de livros sobre sua história.

ALGUNS DADOS SOBRE GUARULHOS

Considerando que o presente artigo trata da comunidade muçulmana em Guarulhos, cidade integrante da região metropolitana de São Paulo, capital, procuraremos situá-la no tempo e no território.

Guarulhos, segundo os historiadores da cidade João Ranali, Adolfo de Vasconcelos e Gasparino Romão, foi fundada no dia oito de dezembro de 1560 pelo Padre Manuel de Paiva, na aldeia dos índios da tribo tupi, denominados guarus. O quadro abaixo oferece alguns dados sobre o município.

QUADRO 1 - DADOS DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS

ano de fundação do município	08 de dezembro de 1560
ano de emancipação política	24 de março de 1880
população (1991)	781.895 habitantes
área metropolitana)	334 Km ² (região
taxa de urbanização (1991)	98,73%
densidade demográfica (1991)	2.354,36 Hab/ Km ²
taxa geométrica de crescimento anual da população (1980/91)	3,60%
distância rodoviária da capital S.P. (marco zero)	15,0 Km
latitude S	23° 28' 12"
latitude N	46° 31' 35" ¹¹
altitude	759 metros

Fonte : Prefeitura Municipal de Guarulhos/1996

O município está localizado na região metropolitana de São Paulo, na verdade no cordão periférico da capital, que inclui o ABC e Osasco. A cidade é a segunda maior de São Paulo em população urbana e apresenta um dos maiores crescimentos populacionais do Estado.

Quanto à sua localização, Guarulhos tem a oeste a Serra da Cantareira; a leste nota-se a ondulação de colinas já densamente habitadas e, separando o município da capital, o Rio Tietê e a Via Dutra; ao sul estão a Rodovia Fernão Dias e o Rio Cabuçu de Cima, um pequeno afluente do Rio Tietê. Entre o centro e o norte está o Aeroporto Internacional de Cumbica, que divide espaço com os bairros que formam o pólo industrial da cidade. É o mais movimentado aeroporto internacional da América do Sul. Através dele São Paulo recebe anualmente 500 mil estrangeiros. Cumbica possui 14 milhões de m², por onde circulam 100 mil pessoas diariamente. Abriga 350 empresas, 3.150 vagas no estacionamento, e quase 700 táxis para atender a seus mais de 30 mil passageiros todos os dias.

Há, em Guarulhos, 1.509 indústrias, sendo a maior parte do ramo de vestuário (313 empresas) e do ramo de metalurgia e fundição (263 empresas). No setor comercial, há 9.353 estabelecimentos, prevalecendo o comércio de gêneros alimentícios, bebidas e fumo. Juntos, esses setores comerciais somam 3.944 lojas.

Para Pietá (1996), Guarulhos é hoje uma região industrializada devido à sua localização na rota do Rio de Janeiro-Minas Gerais. Além disso, as indústrias procuravam a região atraídas pelos terrenos mais baratos por ser periferia da capital.

No Censo de 1980 constatou-se que 71,26% da população local não haviam nascido no município, sendo que 43,62% tinham chegado à cidade após 1970. Algumas famílias enriqueceram com a industrialização, outras se beneficiaram do comércio, mas a grande maioria entra apenas com sua força de trabalho. A seguir uma série histórica da população do município.

QUADRO 2 - EVOLUÇÃO POPULACIONAL DE GUARULHOS

ANO	HABITANTES
1913	5.000
1923	6.000
1933	12.000
1942	15.000
1950	34.683
1960	101.828
1970	236.865
1980	532.724
1991	783.742

Fonte: Prefeitura Municipal de Guarulhos e Censo Demográfico do IBGE, 1991.

Guarulhos conta com 47 bairros que cobrem cerca de 172 dos 334 quilômetros quadrados da área total do município, dividido em quatro regiões administrativas. O restante são ainda áreas rurais, divididas boa parte em sítios, onde, em 1985, viviam 22% da população. Nem toda essa população se dedica a atividades rurais. A maior parte dela sobrevive de atividades urbanas. A partir da década de 80 a classe média intensificou sua transferência para a periferia da região metropolitana, buscando apartamentos e terrenos mais baratos. Quanto à elite guarulhense, reside basicamente em bairros seletos como Vila Rosália, Bosque Maia e Vila Galvão. Alguns empresários, no entanto, moram em bairros luxuosos da capital.

As indústrias estabelecidas ao longo da Via Dutra e no bairro de Cumbica, em sua maioria empregam operários que se deslocam de São Paulo. A industrialização em Guarulhos se intensificou durante o primeiro mandato de Getúlio Vargas, sobretudo na década de 40, quando se instalaram-se indústrias como a Forest, De maio, Gallo, Fracalanza, Microlite e Pérsico. No governo de Juscelino Kubitschek, ao abrirem-se as portas do país ao capital estrangeiro, Pfizer, Asea, Philips, Ray-o-Vac, Olivetti, Toddy e Manesmann também instalaram fábricas no município.

A COMUNIDADE E A ESPACIALIDADE ISLÂMICA EM GUARULHOS

Pois bem, Guarulhos destaca-se, também, pela comunidade muçulmana que a integra. O que há de específico na organização da comunidade muçulmana, é seu aspecto cultural-religioso, fator decisivo na produção do espaço islâmico na cidade. Decisivo, porque existem outras comunidades em Guarulhos, mas a grande diferença entre elas não está nas atividades econômicas e políticas e sim nas tradições culturais/religiosas.

Quando falamos em fator decisivo de produção do espaço e nos referimos ao aspecto cultural-religioso, queremos deixar claro que estamos colocando a realidade econômica brasileira à frente das ideologias islâmicas.

Fazendo uma analogia entre Guarulhos de hoje e Meca do ano 1 da hégira, poderíamos encontrar alguns aspectos similares. Em se tratando de comunidade islâmica, o aspecto similar mais visível está presente na ideologia cultural-religiosa. Mas, como será que o homem que construiu um espaço, há mil quatrocentos e dezessete anos atrás, em um lugar tão distante de Guarulhos, pôde, através do tempo, "impor" as mesmas ideologias a povos com realidades tão distintas? A analogia está nas tradições religiosas, preservadas, com algumas mudanças, no tempo e no espaço. Também o modo capitalista de produção desenvolveu-se até nossos dias, determinando e assimilando traços culturais, garantindo sua permanência e mudanças na história.

A discussão das relações entre o modo capitalista de produção e a reprodução cultural-religiosa é o ponto de partida para entendermos o espaço islâmico em Guarulhos.

O espaço geográfico que acontece no tempo é vivenciado agora. Temos então que explicá-lo neste exato momento, que na verdade, após escritas estas linhas, não será o mesmo momento. É necessário, pois, entender a dinâmica do fenômeno e contextualizá-lo da maneira mais fidedigna possível enquanto realidade. Portanto, o espaço islâmico não pode ser visto apenas com olhos voltados a um determinado território. Devemos interpretá-lo com a temporalidade e cotejá-lo com as outras realidades islâmicas no mundo.

A comunidade islâmica que analisamos e interpretamos não se projeta somente em Guarulhos, não está presa dentro de seu território. Sua produção se estende a toda região metropolitana de São Paulo, outros Estados brasileiros e mesmo ao exterior. Como se projetar em tantos lugares?

A materialidade do espaço geográfico nada mais é que a dimensão espacial das dinâmicas que o constroem. A noção de espaço pode ser compreendida

em vários aspectos. Por exemplo, a tradição das cinco orações diárias do Islam manifesta-se dentro da mesquita ou na casa de algum morador em Guarulhos. O espaço social está materializado em uma intenção islâmica, delimitada naquele lugar específico. Por outro lado, o comerciante islâmico em sua loja, compra e vende móveis dentro e fora de Guarulhos. Nesse caso, o espaço islâmico está dentro e fora dos limites territoriais da cidade. Portanto, o espaço islâmico de Guarulhos pode não ser de Guarulhos. Esse espaço não tem fronteiras, ele é parte de uma totalidade de relações políticas, econômicas, culturais etc. As pessoas que estão produzindo o espaço islâmico em Guarulhos, se estabeleceram nesse lugar não necessariamente por considerarem que Allah assim o quis. Não obstante tratar o Alcorão da divulgação da crença em Allah, esta questão pode ser encarada como missão ou não pelos vários imigrantes libaneses e sírios que deixaram a terra natal para construir suas vidas na Europa, nos Estados Unidos ou Brasil.

O movimento dessa comunidade é um reflexo das más condições de vida em seus países de origem, tanto políticas quanto econômicas. Portanto, se a divulgação da crença em Allah foi feita ou não por alguns muçulmanos aqui no Brasil, o importante é salientar que eles, muçulmanos, também conseguiram melhores condições econômicas. Graças ao capitalismo há muçulmanos em Guarulhos. Quer-se dizer, aqui, que o espaço não é somente condição geral de realização do processo de reprodução do capital. É também produto deste processo. Quando Maomé fundou o primeiro estado islâmico no início da Hégira na península arábica; quando o império Otomano comandou de 1453 à 1914 todo o povo islâmico; quando Nasser, o presidente do Egito na década de 50, nacionalizou o canal de Suez e lutou pela união dos povos árabes; quando o Aiatollah Khomeine comandou a revolução islâmica no Irã em 1979; e quando vemos o Hamas, grupo guerrilheiro, lutar pela causa palestina nos dias de hoje; será que estamos nos deparando com uma luta diária pela causa islâmica ou por uma sobrevivência econômica? Na verdade são os dois, pois no islamismo não há separação entre política e religião.

Voltando à realidade guarulhense, encontramos um outro espaço em um outro tempo. A paisagem da cidade de Guarulhos é diferente da paisagem de Bagdá, Argel, Beirute, Paris e Londrina. A comunidade muçulmana de Guarulhos é diferente da comunidade muçulmana de Trípoli, Jerusalém, Nova York e Santos. Porém, o Alcorão é o mesmo em Guarulhos, Meca, Damasco e São Paulo.

Pois bem, o Islam em Guarulhos é o resultado local de um processo histórico de expansão do islamismo no mundo. Santos (1985, p.22) diz que, "não se pode fazer uma interpretação válida dos sistemas locais na escala local. Eventos à escala mundial, sejam os de hoje ou os de ontem, contribuem mais para o entendimento

dos subespaços que os fenômenos locais. Estes últimos não são mais que o resultado, direto ou indireto, de forças cuja gestação ocorre à distância. Isto não impede aos subespaços de também estarem dotados de uma relativa autonomia, que procede do peso da inércia, isto é, das forças produzidas ou amalgamadas localmente, embora como resultado de influências externas, ativas em períodos precedentes".

Para Verrière (1991, p.74) fica "evidente que, se a aspiração para emigrar se manifesta numa população, como meio de escapar à miséria ou ter acesso a melhores oportunidades de promoção social, ela só poderá se realizar facilmente se existir a liberdade de deixar o território nacional". As primeiras famílias de muçulmanos que chegaram em Guarulhos, valeram-se das imigrações árabes no final do século XIX. A maioria dessas famílias primeiro assentou-se em São Paulo e depois foi para Guarulhos. As oportunidades de trabalho e residência em Guarulhos ocorreram em meados da década de 40. Em sua maioria, os primeiros muçulmanos que chegaram em São Paulo eram homens que, após um período de estabilização, mandavam buscar a família. Os solteiros encarregavam-se de consultar os familiares no Líbano para ter o consentimento do matrimônio, de preferência com libanesas. Desta maneira, as remessas de dinheiro dos emigrados para suas famílias ainda constituem uma apreciável fonte de divisas para seus países de origem.

Os imigrantes árabes muçulmanos se estabilizaram economicamente através do comércio, pois a arte de mascatear era sua única ferramenta de trabalho na época das primeiras imigrações. Há uma grande diferença entre eles e outros grupos de imigrantes, como por exemplo de italianos e japoneses que migraram para o Brasil com o objetivo de trabalhar nas lavouras cafeeiras. Guarulhos possui vários grupos de imigrantes. A maior colônia é a italiana. Há também japoneses, portugueses, espanhóis e uma minoria judaica. A comunidade de origem árabe, contudo, guarda uma característica singular, ao lado dos japoneses. O traço cultural que os destaca está na religião. Italianos, portugueses e espanhóis são católicos, portanto se adaptam facilmente no Brasil. Além do mais são de origem neolatina. Os imigrantes muçulmanos, no entanto, praticam uma religião desconhecida no Brasil e falam o árabe.

Os imigrantes libaneses e sírios, em sua maioria, eram refugiados dos conflitos do Império Otomano e da guerra civil libanesa. Para Ribeiro (1995) "os árabes são os imigrantes mais exitosos, integrando-se rapidamente na vida brasileira, participando das instituições políticas e alcançando posições de governo. Até esquecem de onde vieram e de sua vida miserável em seus países de origem. Cegos para o fato de que seu êxito se explica, em grande parte, pelo desgarramento que faz com que eles vejam e atuem sobre a sociedade local armados de preconceitos e incapazes de qualquer

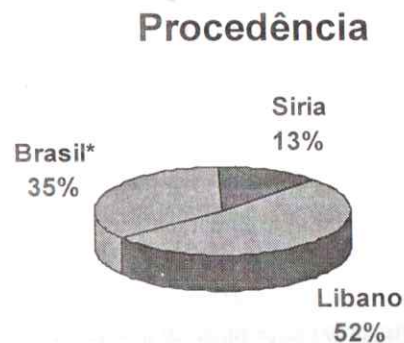
solidariedade, desligados de qualquer lealdade, de obrigações familiares e sociais, para só se concentrarem no esforço de enricar.” (Ribeiro, 1995:443)

Vale lembrar que os imigrantes árabes que chegaram ao Brasil são em sua maioria cristãos maronitas. Os muçulmanos se apresentam em minoria nesta comunidade árabe. Tratando da comunidade muçulmana, Abadalati (1989, p.70) diz que “de maneira geral, seria correto afirmar-se que o conceito islâmico de comunidade tem certas características únicas. Tais características únicas referem-se à fundação ou base da comunidade, à sua missão e finalidade histórica, ao seu estatuto em relação às outras comunidades, à sua identidade e continuidade”.

Desde a imigração, os muçulmanos se fixaram em São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso e Paraná. Em Guarulhos, a comunidade se estabelece definitivamente devido às boas condições de compra de terreno para construir moradia e comércio. Isso ocorre na década de 60, quando a cidade passava de uma simples periferia de São Paulo para integrar-se à região metropolitana da capital.

As primeiras famílias islâmicas que se fixaram em Guarulhos foram: Mazloun, Yassin, Dargham e Smaili. A comunidade possui atualmente cerca de 150 famílias, mas o número de praticantes restringe-se aos mais velhos e aos que lutam pela divulgação da religião. São famílias libanesas, sírias e de brasileiros convertidos. Atualmente, o número de brasileiros convertidos e de filhos de libaneses e sírios nascidos no Brasil aumenta em Guarulhos. Mas, no passado, os muçulmanos restringiam-se somente aos libaneses.

GRÁFICO 1



* Os brasileiros entrevistados são os convertidos e os filhos de árabes. Fonte: Pesquisa de Campo.

Não se tem o número exato de muçulmanos na região, pois não se sabe ao certo quem pratica de maneira correta o Islam. Portanto, sempre que nos referimos à quantidade de muçulmanos em Guarulhos, expressamos na verdade, o número de famílias. A Maioria das famílias islâmicas de Guarulhos é composta de muçulmanos sunitas, mas há uma minoria drusa. Os drusos fazem parte de uma pequena parcela de muçulmanos do Líbano e possuem uma doutrina religiosa pouco diferente dos sunitas. Tiveram como principal liderança política no Líbano, a família Jumblatt. Em Guarulhos, não foi possível entrevistá-los, pois o acesso às famílias foi principalmente na mesquita e os drusos não são freqüentadores assíduos. Entre os muçulmanos de Guarulhos não há muitas restrições quanto a sunitas, xiitas e drusos. Na maioria das vezes a comunidade nem toca no assunto.

QUADRO 3 - FAMÍLIAS ÁRABES EM GUARULHOS

Ala, Abade, Abbas, Abbud, Abdallah, Abdo, Abdouni, Abib, Abrahão, Abrami, Absy, Adabbo, Adib, Ahmad, Aydar, Al Kas, Al Sakka, Ala, Alouan, Ammar, Anssan, Aoude, Aoun, Arab, Arabian, Araújo, Arduini, Arib, Aschar, Assad, Assaf, Assalim, Assef, Auouagi, Aurabi, Awada, Ayache, Ayche, Ayoub, Azambuja, Aznar, Badani, Balluf, Bittar, Bumaruff, Cheahade, Chebat, Chedid, Dahouk, Dalchoum, Darghan, Daruix, Daud, Dualib, El Chemour, El Fakhi, El Ghorayeb, El Farrah, El Halab, El Helou, El Hindi, El Kadi, El Kadri, El Khouri, El Mouallen, El Semidi, El Skaf, Fakih, Farah, Fares, Farhan, Fayad, Ghassan, Ghazzaoni, Ghazzaoui, Ghorayeb, Haddad, Hadi, Hanna, Hassan, Hilal, Ibrahim, Jaoude, Jarouche, Jarouch, Kaari, Khatib, Majdoub, Malas, Mansour, Mazloun, Mohallen, Mohammad, Mouazzen, Mudallen, Nader, Naief, Naim, Nasr, Rachid, Rahal, Saab, Sabbagh, Saker, Samid, Serhal, Smaili, Yassin, Youssuf, Zarzur, Zoghbi, Zeitoune, Zeraibe.

Fonte: Pesquisa de Campo

Dentro do universo dessas famílias, encontramos sobrenomes que são tradicionalmente de origem cristã sírio-libanesa. Mas o apelo às tradições da etnia árabe leva algumas pessoas a se voltarem ao islamismo, muitas vezes por descrença no cristianismo atual. Contraditoriamente, em famílias de origem islâmica, o fenômeno se revela o oposto. Os avós e os pais muçulmanos sírio-libaneses não contam com o apoio em massa de seus descendentes mais jovens. Isto tudo nos leva a confirmar

diferença que existe entre etnia árabe e religião islâmica, isto é, nem todo muçulmano é árabe e nem todo árabe é muçulmano.

Para falarmos de brasileiros (convertidos) que adotaram o Islam como conduta político-religiosa, não nos referimos a famílias, pois na maioria dos casos são conversões individuais e não necessariamente de toda a família. Existem casos específicos, como por exemplo o Advogado Valter Gomes que, junto com sua esposa e quatro filhos, se converteu há aproximadamente dez anos, na mesma época em que surgiu o Centro Afro-Brasileiro de Estudos Islâmicos em Guarulhos (CABEIG), fundado em 1986. Seus fundadores, Valter Gomes e Reginaldo Fernando da Silva, começaram suas atividades pesquisando a origem dos negros malês. Cristãos de origem e profundos conhecedores da Bíblia, conseguiram relacionar a importância do Alcorão e do Islam em suas pesquisas. O advogado Valter Gomes é considerado "hajj", pois fez peregrinação a Meca em 1989. Por intermédio de verbas próprias e donativos do centro islâmico brasileiro de São Bernardo do Campo, construíram uma estrutura escolar com cursos de datilografia, teologia e história abertos à comunidade. No início de dezembro de 1996, lançaram o jornal intitulado "O Triunfo", através do qual difundem o islamismo e divulgam as atividades do centro de estudos. Anualmente, organizam palestras e atividades para discutir a inserção do islamismo no município. As palestras contam com o apoio de comunidades islâmicas de todo o país. Esses programas têm o aval da câmara de vereadores de Guarulhos que, por intermédio da vereadora do PSDB Dalyla Figueiredo, poderá incluir no calendário da cidade "A Semana Islâmica".

Por outro lado, libaneses, sírios e seus descendentes conseguem articular de maneira mais abrangente toda a comunidade. No entanto, encontram obstáculos decorrentes de divergências no setor empresarial.

A "Liga Cultural Árabe", fundada há aproximadamente 15 anos, é a principal organizadora da comunidade. Junto com a mesquita, o cemitério e as lojas de móveis, territorializam o islamismo na região central da cidade. Como diz Pereira (1995), "o lugar, por mais físico que possa parecer, é uma construção social, nas mais diferentes escalas em que isso possa ser afirmado, desde um processo de construção espacial direta, ou seja, da dimensão espacial dinâmica social, até o simples ato de se apropriar todo o planeta pelas diversas sociedades" (Pereira, 1995:70).

A Liga não é totalmente composta por árabes muçulmanos, pois seu objetivo, além de difundir a religião, é também prestar serviço aos empresários. Dentre as 1509 indústrias e 9353 estabelecimentos comerciais em Guarulhos, a comunidade muçulmana possui cerca de 150 estabelecimentos, em sua maioria no ramo comercial

de móveis, de colchões e de roupas. Em meio aos negócios financeiros e tradições étnicas, contudo, há uma preocupação com a divulgação do islamismo. Grande parte dessa divulgação é de responsabilidade dos associados da Liga de Guarulhos em conjunto com a Sociedade Beneficente Muçulmana de São Paulo. Os recursos financeiros da Liga Árabe originam-se da "zakat", que é a contribuição de 2,5% da renda anual a que se obriga o muçulmano, embora a porcentagem possa ser simbólica. Outra fonte de recursos está no exterior. Países islâmicos como Arábia Saudita, Líbano e Egito financiam cursos, palestras, material de divulgação e viagens. O clube islâmico, a mesquita e o cemitério são sustentados pelos associados da Liga, cujo presidente é atualmente o Senhor Ahmad Dib Mohammad Yassin que, por sinal, tem um irmão que é prefeito de uma cidade no Líbano. Tanto o cemitério como a mesquita foram construídos na década de 60, com participação fundamental e total da Sociedade Beneficente Muçulmana de São Paulo. Isto explica o fato de a maioria das famílias sepultadas no cemitério ser de São Paulo e não de Guarulhos.

Os muçulmanos são, em sua maioria, comerciantes. Isto se deve aos fatos históricos da imigração árabe. Há também um número significativo de profissionais liberais, empresários e assalariados.

GRÁFICO 2



Fonte: Pesquisa de campo

Imigrantes que tiveram a oportunidade de estudar, tanto no Brasil como no Líbano, atuam hoje como advogados e médicos. Os assalariados são, em sua maioria, brasileiros que, devido ao contato com comerciantes e empresários muçulmanos, se converteram. Para efeito de comparação com o restante da população guarulhense, os

muçulmanos árabes estão em uma situação econômica satisfatória. Com um maior poder de consumo (comerciantes, empresários e profissionais liberais), conseguem garantir um padrão de vida de nível mais elevado, com casa própria, eletrodomésticos modernos e automóveis.

Na mídia escrita, os muçulmanos contam com um jornal mensal intitulado "A Liga", sediado à Pça Getúlio Vargas, 130, Centro. Seu diretor-geral é Benn Maxwell Júnior, o diretor-assistente Mohammad Yassine e o jornalista responsável José Roberto Antônio. Participam também de outros jornais diários e revistas mensais como "Jornal Imprensa News", "Diário de Guarulhos", "Folha Metropolitana" e "Revista Siga".

- islamismo configura, também, a espacialidade urbana quanto aos nomes de ruas. Nomes que lembrem a presença muçulmana, considerando sempre que nem todo árabe é muçulmano e que nem todo muçulmano é árabe.

QUADRO N. 4

RUAS E AVENIDAS

Rua Angelina Zarzur
Rua Antônio Abude
Rua Antônio Nader
Avenida Ary Jorge Zeitune
Rua Bagdá
Rua Auad Abrahão
Rua Cezar Abrahão
Rua David Nasser
Rua Elias Rachid
Rua Estrela Hackmey Zeraibe
Rua Gamal Abdel Nasser
Rua Geralda Rachid
Rua Hanne El Khouri
Rua João Jamil Zarif
Rua Jorge Elias Mudallen
Rua Jorge Felipe Haddad
Avenida José Antônio Zeraibe
Rua Líbano
Rua Meca
Rua Mourad
Rua Naief Jamb
Rua Naim Hassan Rachid
Avenida Paquistão
Rua Professor Pedro Chebat
Rua Rahal
Rua Síria
Rua Muhidin Ibrahim Hauache
Rua Thoufic El Hourri Saad
Rua Turquia

BAIRROS

Vila Sirena
Jardim Barbosa
Vila Gopoúva
Cumbica
Jardim Arapongás
Jardim Santa Maria
Haroldo Veloso
Inoocop
Jardim Gracinda
Vila Zanardi
Gopouva
Vila Santana
Parque Continental
Jardim Kawamote
Jardim Ipanema
Macedo
Macedo
Jardim São Francisco
Jardim Arapongás
Vila Rio de Janeiro
Jardim Zimbardi
Parque Continental
Jardim Cumbica
Vila Capitão Rabelo
Jardim Flor da Montanha
Parque das Nações
Picanço
Jardim Maria de Lourdes
Jardim das Nações

Fonte : Pesquisa de Campo

Todas as sextas-feiras, em qualquer parte do mundo onde há muçulmanos, ocorre o "Al jumat", o dia sagrado do povo islâmico. Voltados à Meca, em torno do meio-dia os muçulmanos fazem suas orações. Em Guarulhos, na mesquita do cemitério, bairro do Picanço, o Sheik Nasr executa o "kutba", que é o discurso para os fiéis. Em outra mesquita, improvisada no clube islâmico, no bairro do Cocaia, o sheik Ahmad Katbi cumpre seu discurso a outro grupo de famílias. O clube islâmico está desativado para atividades esportivas e culturais. O terreno doado pela prefeitura em 1993 para construção de uma escola de menores carentes ainda não foi utilizado. O maior compromisso de alguns é com suas lojas de móveis, que com o passar do tempo melhoram suas estruturas, pois a cooperação entre os "irmãos" da comunidade árabe é inegável. Os estabelecimentos comerciais estão concentrados principalmente no centro da cidade. Outras empresas comerciais ficam em bairros próximos ao centro, como Vila Galvão, Tranquilidade, Bosque Maia, Vila Rosália e Cocaia. Nesses bairros está também concentrado o maior número de residências de muçulmanos. Procura-se residir o mais próximo possível do local de trabalho. Mas isto não é regra geral para a comunidade. Grande parte dos assalariados não possui automóvel e depende de ônibus para se deslocar na cidade para o trabalho e demais atividades. Há também assalariados que trabalham em São Paulo, apenas fixando residência em Guarulhos. Tais condições impedem maior contato entre islâmicos. Portanto, os muçulmanos que moram e trabalham em Guarulhos e que não são assalariados, têm mais facilidade de integração comunitária e possibilidade de maior envolvimento nas atividades islâmicas. Essa realidade, expressa no trabalho e nas tradições culturais, está materializada territorialmente nas residências, mesquita, centro de estudos, Liga e no comércio.

Para Santos (1996, p.124) "no sistema urbano há" (...) "tendência crescente à diferenciação e à complexificação. As cidades são cada vez mais diferentes uma das outras". Em São Paulo, há a rua 25 de março, no Parque Dom Pedro, reduto comercial de árabes comerciantes de tecidos. Em Foz do Iguaçu, existem bairros e lojas cujas características denunciam sua origem árabe muçulmana. Em Guarulhos, no entanto, não se percebe essa distinção paisagística. Tanto o comércio quanto as residências dos muçulmanos se misturam à paisagem da cidade sem qualquer traço de segregação.

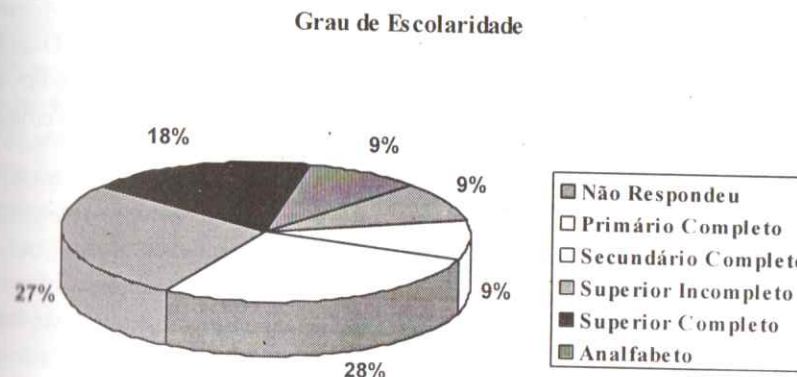
Os fatos históricos de ocupação territorial revelam a produção do espaço islâmico em cada região. A lógica da divisão territorial é dada pelo trabalho em escala nacional, que privilegia diferentemente cada fração do território a um dado momento de sua evolução. As minorias muçulmanas de Londrina, Paris e Nova York se diferenciam da minoria islâmica de Guarulhos por especificidades do contexto histórico da região.

Em Londres, há um grande número de muçulmanos imigrados do Paquistão, Índia e Bangladesh por causa da colonização inglesa naqueles países. Na Inglaterra, o número de mesquitas é muito grande e as tradições islâmicas são mais acentuadas do que no Brasil. Os imigrantes muçulmanos que se deslocaram para Londres à procura de trabalho também se preocuparam em preservar suas tradições religiosas, lingüísticas e de vestimenta.

Guarulhos não é uma cidade sagrada, muito menos uma cidade tradicionalmente artístico-cultural; Guarulhos é uma cidade da periferia da capital paulista e um pólo industrial com características urbanas voltadas à indústria e ao comércio.

A postura da comunidade islâmica de Guarulhos, frente aos acontecimentos mundiais que a envolve, é de simples reflexão. Os conflitos do passado e o surgimento de uma identidade islâmica com base nos grupos guerrilheiros, fazem com que a comunidade se situe e se comprometa com a "sharia" (lei islâmica). Algumas personalidades mais atuantes do islamismo local, investem na divulgação da religião. Os acontecimentos mundiais que envolvem o Islam são de suma importância para o esclarecimento de dúvidas a respeito da história da religião, mas o desconhecimento da língua árabe e da história do islamismo é comum para muitos muçulmanos. Os libaneses que vieram ao Brasil eram, em sua maioria, analfabetos (Gráfico 3). Os imigrantes foram importantes para a divulgação do Islam, no entanto tal divulgação ocorreu somente no interior da própria comunidade árabe. Agora, devido aos fatos mundiais de resgate ideológico da religião, a comunidade islâmica guarulhense se vê na obrigação de informar-se e estruturar-se melhor. São poucos, entretanto, os que repudiam o capitalismo para proclamar uma república islâmica como salvação.

Gráfico 3



Fonte: Pesquisa de Campo

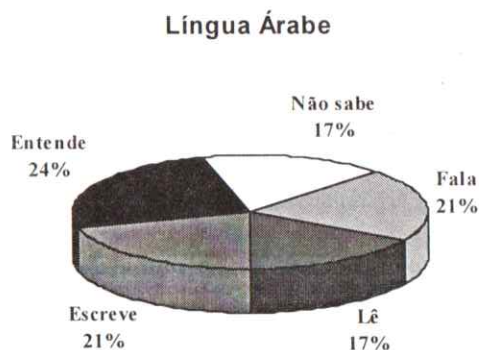
A integração dos muçulmanos com outras comunidades se dá principalmente no comércio. A "Liga Cultural Árabe" tem grande influência na Câmara Municipal de Guarulhos, apesar de não contar com vereadores que a represente. O ex-vice-prefeito, Moisés Zeraibe, filho de libaneses, tem grandes laços de amizade com associados da Liga. O atual prefeito, Néfi Tales, é descendente de libaneses e bem relacionado com personalidades muçulmanas. O ex-presidente da Associação Comercial e Industrial de Guarulhos, Darghan A. Darghan, dono da Sultan, loja de móveis e distribuidora Fiat e dono da Fábrica de Móveis São Bernardo, integra-se à realidade da região mais como empresário.

Em Guarulhos não há separação territorial entre muçulmanos e outras comunidades. A integração é pacífica. Muitas vezes, as edificações islâmicas passam despercebidas ao olhar da população não envolvida com o islamismo. Não há traços arquitetônicos islâmicos na urbanização, pois a arquitetura não é diferenciada. Para outras comunidades, o dono da loja de móveis é conhecido como "turco" e não libanês ou muçulmano.

A cultura islâmica é preservada por intermédio das mesquitas, sociedades beneficentes e principalmente pelas escolas de língua árabe. Escola e mesquita em

tese são inseparáveis, pois a tradição islâmica exige que as orações sejam proferidas em árabe. Em Guarulhos, contudo, o ofício de ensinar o árabe foi abolido tanto na CABEIG como na Liga Cultural Árabe. Há algum tempo, a senhora Kauçar Saleh Saker lecionava o idioma nas entidades islâmicas da região, para brasileiros e descendentes de árabes. Hoje a senhora Saker limita-se a dar aulas em casa. O senhor Radwan Moḥammad Jehani lecionava o árabe na Liga, atualmente não mais o faz. Isto significa que há falta de articulação entre as entidades na obtenção de respaldo cultural-religioso na cidade.

Gráfico 4



Fonte : Pesquisa de Campo

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para analisarmos os conflitos atuais que envolvem muçulmanos e o islamismo, devemos considerar vários aspectos. Um deles é econômico, pois a economia organiza e modela as instituições políticas e sociais.

Conflitos atuais entre muçulmanos e outras manifestações religiosas e culturais não devem ser generalizados como se dissessem respeito a todos os seguidores do islamismo. Há correntes internas radicais, moderadas e até indiferentes como pudemos notar. De outro lado, a ascensão do islamismo, se considerada a doutrina ao

pó da letra, é um óbice à integração do mercado segundo padrões culturais nos moldes dos países considerados desenvolvidos.

Atualmente, governos de países de tradição islâmica têm se distanciado dos princípios básicos da doutrina. Riquezas advindas da exploração do petróleo e privilégios conquistados por algumas monarquias tendem a fazer de seus titulares agentes mais do capital e menos do Islam. Um autor muçulmano chamado Maududi (1990, p.32), incomodado com o enfraquecimento do islamismo escreveu o seguinte: "Diferentes escritores e pensadores têm atribuído a substituição do Califado pela monarquia a diversas causas. Perece-me, entretanto, que esta mudança se deve ao fato de, com o passar do tempo, haver diminuído o número de muçulmanos com integral e adequado entendimento dos princípios do Islam; assim como também diminuíra a proporção de muçulmanos cujo caráter e conduta eram perfeitamente coerentes com a doutrina e preceitos da fé. Por outro lado, o número de muçulmanos que não compreendiam bem os princípios, havia crescido de tal maneira que não demorou a se tornar impraticável salvar a sociedade muçulmana dos efeitos danosos da ignorância, compreensão inadequada e fraqueza moral desse enorme contingente".

Mas isso não é tudo. A ação de alguns grupos tem feito difundir as idéias de terrorismo, fundamentalismo e radicalismo associadas ao islamismo, o que traz certo desconforto aos muçulmanos.

No que se refere a Guarulhos, o que observamos é que imperativos do mercado têm absorvido a comunidade muçulmana a padrões de comportamento mais compatíveis com a reprodução do capital. Lojas de móveis, de colchões e de roupas dão o toque à personalidade islâmica na cidade. São características nem um pouco ligadas ao terrorismo, fundamentalismo ou radicalismo. Há brasileiros convertidos que tentam seguir o islamismo, o que indica certo crescimento da comunidade muçulmana. No entanto encontram dificuldade em seguir a seita, uma vez que a comunidade árabe, que detém maior poder nessa área, é fechada e pratica minimamente a religião.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABDALATI, Hammudah. **O islam em foco**. São Paulo: CDIAL, 1989.
- ALCORÃO SAGRADO. Versão portuguesa diretamente do árabe por Samir El Hayek. São Paulo: Marsam, 1994.
- MAUDUDI, Alimam Abul A'la. **O Islam Hoje**. São Paulo: CDIAL, 1990.
- PIETÁ, Elói. **Revirando a história de Guarulhos**. São Paulo : Caja, 1996.

- RANALI, João. **Cronologia guarulhense, glórias, alegrias e tristezas de uma cidade.** São Paulo: Artes gráficas guaru, s/d.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido da colonização.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SANTOS, Milton. **Espaço e método.** São Paulo: Nobel, 1985
- SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1996.
- VERRIÈRE, Jacques. **As políticas de população.** Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1991.

GLOSSÁRIO

- aiatolá** (em árabe, "versículo de Deus") - Religioso muçulmano xiíta de alta hierarquia.
- Alcorão** (em árabe *al-quràn*, "a leitura") - Livro Sagrado dos muçulmanos que contém a doutrina islâmica. Foi inspirado ao Profeta Mohammad, que o atribuiu ao próprio Deus. Escrito em árabe, compõe-se de 114 capítulos, ou suratas, contendo dogmas e preceitos morais. Juntamente com a tradição, o Alcorão é o fundamento da civilização muçulmana, a única fonte reconhecida do direito, da moral, da administração etc.
- Al Salat** - cinco orações diárias em árabe, com o fiel voltado para Meca. São elas: Al Fajr (alvorada), Al Zohr (meio-dia), Al Assr (tarde), Al Maghreb (crepúsculo), Al Icha (noite). Tais orações consistem em uma das cinco "tarefas" a serem cumpridas pelo muçulmano.
- Califa** (em árabe, "o sucessor") - Soberano muçulmano, sucessor de Mohammad investido de poder espiritual e temporal.
- Fatwa** (palavra árabe) - Sentença de morte proferida contra um inimigo do islamismo.
- Fedayin** (do árabe *fedai*, "o que sacrifica") - Guerrilheiros palestinos.
- Hajj** (palavra árabe) - Muçulmano que já fez uma peregrinação a Meca. Como uma das cinco "tarefas" a serem cumpridas pelo muçulmano, é também a peregrinação a Kaaba, na cidade de Makka, Arábia Saudita. Não é obrigatória para quem não tem condições de fazer a viagem.
- Higra** (em árabe, "fuga") - Fuga de Mohammad de Meca para Medina, no ano 622 d.C., que marca o início da era islâmica.
- Imã** (em árabe, "guia") - Título outrora dado a Ali, sucessor de Mohammad, e depois aos sucessores de Ali. Modernamente, é o chefe das orações numa mesquita, ou um dirigente da comunidade muçulmana.
- Islam** - 1. Religião ensinada por Mohammad, que prega a existência de um só Deus, chamado Allah, e baseia-se nos ensinamentos do Alcorão. 2. Conjunto dos povos que professam esta religião, e a civilização que os caracteriza.
- Islâmico** - Relativo à religião muçulmana.
- Islamismo** - 1. Religião muçulmana, o mesmo que islam. 2. Movimento político e religioso que prega a expansão do islam.
- Ismaelita** - 1. Descendentes de Ismael, filho de Abraão e sua escrava Agar, que Mohammad considerou como tronco de sua árvore genealógica. 2. Seita muçulmana xiíta constituída no século VIII.
- Jihad** (em árabe, "o esforço supremo") - Guerra santa realizada para difundir ou defender o islamismo.

Mohammad - Fundador do islamismo, nascido em Meca (570-632 d.c.). Após refletir durante quinze anos sobre uma reforma religiosa e social da nação árabe, converteu numerosos discípulos. Ganhou, porém, muitos adversários, sendo obrigado a empreender uma fuga (chamada higrira) para Medina em 622, data que marca o início da era muçulmana. Estourou uma guerra, que Mohammad venceu. Em 629 Mohammad fez uma peregrinação solene a Meca, que foi tomada em 630. As tribos recalcitrantes acabam se submetendo à nova religião, e foi fundado o islamismo.

Maometano - O que segue a religião de Maomé (Mohammad); o mesmo que muçulmano.

Muçulmano - (do árabe *muslim*, "fidel, entregue ao islam).

Ramadan - Jejum no nono mês do calendário lunar muçulmano, para controlar os "exageros" da vida material.

Shahada - declaração de fé no Deus único. Um das cinco "tarefas" a serem cumpridas pelo muçulmano.

Sharia - Conjunto de leis islâmicas.

Sheik (em árabe, "velho") - Homem respeitado por seus conhecimentos, ou chefe de uma tribo.

Suna (em árabe, "lei, regra tradicional") - Ortodoxia muçulmana, segundo a tradição que relata as palavras e atos de Mohammad.

Sunitas - Muçulmanos ortodoxos que seguem a suna e a autoridade dos quatro primeiros califas, por oposição aos xiitas, que seguem apenas os descendentes de Ali, genro de Mohammad.

Ulemá (em árabe, "sábio") - Teólogo islâmico conhecedor da lei.

Xiita (do árabe *xia*, "partido") - Muçulmanos partidários de Ali, primo e genro de Mohammad, que sustentam, em oposição aos sunitas, só serem autênticas as tradições do Profeta transmitidas através de membros da sua família.

Zakat - contribuição anual de 2,5% da renda para o patrimônio muçulmano e suas instituições beneficentes.

REVISITANDO AS RELAÇÕES ESPAÇO-ECONOMIA A PARTIR DA ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA RECENTE EM GEOGRAFIA ECONÔMICA

Flaviana Gasparotti NUNES¹

Sérgio Braz MAGALDI²

Resumo: Este artigo apresenta de maneira sistematizada os resultados de dois anos de uma pesquisa que procurou avaliar o elenco de temas, conteúdos específicos, referenciais teóricos, principais conceitos e respectivas bibliografias utilizadas pelos autores dos Manuais Gerais de Geografia Econômica editados em português desde os anos 50, além de um conjunto significativo de contribuições científicas publicadas em quatro dos principais periódicos da Geografia brasileira entre 1970 e 1990. Portanto, este trabalho procura contribuir, primeiro, na identificação, e, posteriormente, com base no mapeamento realizado, na análise e na avaliação crítica da pauta científica da produção geográfica que têm nos fatos e fenômenos de natureza econômica os seus elementos e conteúdos norteadores de investigação. Além disso, o trabalho buscou estruturar o "espaço" ocupado pela disciplina Geografia Econômica hoje no Brasil, procurando discutir, a partir daí, os próprios objetivos, finalidades e limitações/fragilidades daquela área/disciplina. Não obstante, entendemos que esta avaliação constitui-se senão de forma parcial, uma vez que não se analisaram todas as possíveis fontes escritas. Este "mapeamento" procura, portanto, contribuir na discussão dos rumos e caminhos da reflexão teórico-metodológica em Geografia que se pratica hoje no Brasil, chamando a atenção para as relações entre dinâmica econômica e espaço geográfico.

Palavras-chave: Geografia econômica; espaço; atividades econômicas; fontes bibliográficas; métodos de análise.

¹ Aluna do 4o. ano do curso de Geografia da F.C.T./Unesp, Pres. Prudente. Bolsista do programa PIBIC, convênio Unesp/CNPQ, no período 1995/1997.

² Professor Assistente do Departamento de Geografia da F.C.T./UNESP, doutorando do curso de Pós-Graduação em Geografia da FFLCH/USP. Endereço para Correspondência: Departamento de Geografia, FCT/UNESP, Caixa Postal: 957, CEP 19.060-900, Pres. Prudente (SP), Tel. (018) 221-5388, FAX (018) 223-2227. E-mail: magaldi@prudenet.com.br. É necessário observar todavia, que a minha contribuição pessoal neste artigo limita-se a este primeiro item (Introdução).

Mohammad - Fundador do islamismo, nascido em Meca (570-632 d.c.). Após refletir durante quinze anos sobre uma reforma religiosa e social da nação árabe, converteu numerosos discípulos. Ganhou, porém, muitos adversários, sendo obrigado a empreender uma fuga (chamada higrira) para Medina em 622, data que marca o início da era muçulmana. Estourou uma guerra, que Mohammad venceu. Em 629 Mohammad fez uma peregrinação solene a Meca, que foi tomada em 630. As tribos recalcitrantes acabam se submetendo à nova religião e foi fundado o islamismo.

Maometano - O que segue a religião de Maomé (Mohammad); o mesmo que muçulmano.

Muçulmano - (do árabe *muslim*, "fiel, entregue ao islam").

Ramadan - Jejum no nono mês do calendário lunar muçulmano, para controlar os "exageros da vida material.

Shahada - declaração de fé no Deus único. Um das cinco "tarefas" a serem cumpridas pelo muçulmano.

Sharia - Conjunto de leis islâmicas.

Sheik (em árabe, "velho") - Homem respeitado por seus conhecimentos, ou chefe de uma tribo.

Suna (em árabe, "lei, regra tradicional") - Ortodoxia muçulmana, segundo a tradição que relata as palavras e atos de Mohammad.

Sunitas - Muçulmanos ortodoxos que seguem a suna e a autoridade dos quatro primeiros califas, por oposição aos xiitas, que seguem apenas os descendentes de Ali, genro de Mohammad.

Ulemá (em árabe, "sábio") - Teólogo islâmico conhecedor da lei.

Xiita (do árabe *xia*, "partido") - Muçulmanos partidários de Ali, primo e genro de Mohammad, que sustentam, em oposição aos sunitas, só serem autênticas as tradições do Profeta transmitidas através de membros da sua família.

Zakat - contribuição anual de 2,5% da renda para o patrimônio muçulmano e suas instituições beneficentes.

REVISITANDO AS RELAÇÕES ESPAÇO-ECONOMIA A PARTIR DA ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA RECENTE EM GEOGRAFIA ECONÔMICA

Flaviana Gasparotti NUNES¹

Sérgio Braz MAGALDI²

Resumo: Este artigo apresenta de maneira sistematizada os resultados de dois anos de uma pesquisa que procurou avaliar o elenco de temas, conteúdos específicos, referenciais teóricos, principais conceitos e respectivas bibliografias utilizadas pelos autores dos Manuais Gerais de Geografia Econômica editados em português desde os anos 50, além de um conjunto significativo de contribuições científicas publicadas em quatro dos principais periódicos da Geografia brasileira entre 1970 e 1990. Portanto, este trabalho procura contribuir, primeiro, na identificação, e, posteriormente, com base no mapeamento realizado, na análise e na avaliação crítica da pauta científica da produção geográfica que têm nos fatos e fenômenos de natureza econômica os seus elementos e conteúdos norteadores de investigação. Além disso, o trabalho buscou estruturar o "espaço" ocupado pela disciplina Geografia Econômica hoje no Brasil, procurando discutir, a partir daí, os próprios objetivos, finalidades e limitações/fragilidades daquela área/disciplina. Não obstante, entendemos que esta avaliação constitui-se senão de forma parcial, uma vez que não se analisaram todas as possíveis fontes escritas. Este "mapeamento" procura, portanto, contribuir na discussão dos rumos e caminhos da reflexão teórico-metodológica em Geografia que se pratica hoje no Brasil, chamando a atenção para as relações entre dinâmica econômica e espaço geográfico.

Palavras-chave: Geografia econômica; espaço; atividades econômicas; fontes bibliográficas; métodos de análise.

¹ Aluna do 4o. ano do curso de Geografia da F.C.T./Unesp, Pres. Prudente. Bolsista do programa PIBIC, convênio Unesp/CNPQ, no período 1995/1997.

² Professor Assistente do Departamento de Geografia da F.C.T./UNESP, doutorando do curso de Pós-Graduação em Geografia da FFLCH/USP. Endereço para Correspondência: Departamento de Geografia, FCT/UNESP, Caixa Postal: 957, CEP 19.060-900, Pres. Prudente (SP). Tel. (018) 221-5388; FAX (018) 223-2227. E-mail: magaldi@prudenet.com.br. É necessário observar todavia, que a minha contribuição pessoal neste artigo limita-se a este primeiro item (Introdução). Embora tenha tomado parte, como orientador, de todo o processo de pesquisa que o originou, os méritos sobre a qualidade dos resultados apresentados devem ser tributados exclusivamente à Flaviana G. Nunes.

1 INTRODUÇÃO

Por ocasião do “3o. Seminário sobre Conhecimento Geográfico”, tivemos oportunidade de pontuar durante a mesa-redonda “Sistemas Produtivos e Território”, aquilo que nos tem parecido válido e pertinente como balizamentos para a construção de uma pauta de temas que objetive articular: *dinâmica econômica, lugar e espaço geográfico*.

Nesse sentido, vimos fundamentando nossa intervenção a partir da sistematização que procuramos empreender sobre parte da produção científica, assim como do acompanhamento dos debates que se realizam em torno das análises e interpretações sobre o momento presente do capitalismo (em diferentes escalas), pautando-nos sempre numa perspectiva transdisciplinar. Partimos da inquietação sobre a natureza, causas, características e desdobramentos das dinâmicas de desenvolvimento e transformação dos processos de acumulação/realização (suas bases materiais, territoriais, sociais, etc.) num horizonte histórico circunscrito às últimas três décadas. Para tanto, é necessário contemplar a interlocução e o intercâmbio de idéias, conceitos, categorias, formulações teórico-metodológicas, estruturas explicativas, avaliações de conjuntura, cenários e tendências, entre o que vem sendo produzido recentemente por geógrafos, economistas e cientistas sociais. As matrizes para que tal debate seja sistematizado, estão sendo balizadas fundamentalmente: pelos aportes da chamada abordagem da regulação; pelas formulações centradas na noção estrutural de dinâmica econômica, cujos principais representantes no Brasil estão sediados no Instituto de Economia da Unicamp (Campinas/SP); pelas recentes contribuições em língua inglesa, da chamada *new economic geography* (U.K., EUA e Austrália); e, do ponto de vista de uma leitura da ciência política, as teses do prof. Francisco de Oliveira acerca dos fundos públicos e do anti-valor.

É nesse contexto que se insere a pesquisa recém-concluída por Flaviana Gasparotti Nunes³, emergindo como resultado bastante consistente de um dos eixos de investigação que temos procurado consolidar no interior do Grupo Acadêmico do qual fazemos parte (GAsPERR), e que, neste caso específico, procurou se voltar para a análise e “mapeamento” de uma parte significativa da produção científica recente em geografia, voltada para aquilo que ela define como a “leitura” do econômico realizada por geógrafos.

³ Trabalho apresentado como relatório final de Iniciação científica - programa PIBIC, convênio Unesp/CNPQ, intitulado: *Geografia e Economia: fronteiras e convergências - um estudo da produção científica na área de geografia econômica*, P. Prudente, 1997, sob minha orientação.

É necessário sublinhar o fato de que o trabalho empreendido por Flaviana não se erigiu a partir de uma compreensão previamente tipificada dos limites e objetos que, em tese, conformariam o espaço da geografia econômica nos dias de hoje. A hipótese sobre a validade da construção de um arcabouço que venha a corresponder efetivamente ao “rótulo” geografia econômica, vai se constituindo ao longo de uma cuidadosa leitura dos livros-texto (manuais gerais de geografia econômica) e de uma grande quantidade de artigos científicos dos mais importantes periódicos da geografia brasileira, publicados ao longo dos anos 70 e 80, em que a autora procura verificar, com rigor e precisão, os limites e origens dos principais conceitos utilizados e os referenciais teóricos e bibliográficos nos quais se pautaram os geógrafos nos seus ensaios, estudos e investigações sobre a espacialidade dos fatos e processos econômicos, particularmente no território brasileiro.

Portanto, das perguntas que temos procurado lançar como norteadoras deste debate, a primeira interrogação que nos parece pertinente estabelecer, diz respeito aos conteúdos e respectivos limites (verticais e horizontais) dos temas e formulações originalmente formulados pelas ciências econômicas, que agregariam - em maior ou menor grau - qualidades mais significativas na “densificação” e problematização das pautas de pesquisa em geografia hoje, quer numa perspectiva de contribuição para as análises e explicações das singularidades e particularidades dos lugares, quer no desvendamento de processos de estruturação espacial de caráter mais totalizante, quer ainda, na articulação de tais perspectivas e “horizontes”.

Não se trata, portanto, de uma “monografia”, ou de um “estudo de caso” sobre alguma particularidade ou fenômeno da realidade econômica brasileira e suas respectivas características espaciais. O que só vem reforçar, na minha avaliação, as virtudes desta proposta de investigação.

A produção geográfica acerca da realidade econômico-espacial destes dias de fim de século parece estar diante de uma encruzilhada teórico-metodológica. As dinâmicas que engendram a transição e as passagens para um novo regime de acumulação, e a discussão subjacente sobre se realmente ocorre um reordenamento produtivo-financeiro tal, que nos permita falar em um novo regime e um novo modo de regulação (pós-fordismo, acumulação flexível, toyotismo, etc. - envolvendo inclusive aí, uma discussão sobre a base conceitual e nocional necessária ao entendimento deste novo momento), tendo em vista - fundamentalmente para nós geógrafos - os desdobramentos espaciais destes processos, entre tantas outras questões

relevantes⁴, tudo isso, nos impele ao desafio de nos reinstrumentalizar e rediscutir referenciais, conceitos e procedimentos de análise.

Até que ponto, e em que medida, a previsão marxiana da aniquilação (ou supressão) do espaço pelo tempo está carregada de verdade, na análise deste momento presente da dinâmica capitalista? Quais os significados e desdobramentos geográficos dos processos de controle, "gerenciamento" ou mesmo, do "fim" das distâncias? Quais as implicações para o espaço, do processo de autonomização do capital constante, "fluidificando" o trabalho como categoria central de medida do processo de valorização? O que temos a dizer a respeito das propriedades expansivas (territorialmente desiguais) do progresso tecnológico, ou sobre as alterações que têm requalificado a contradição entre rigidez e possibilidades de circulação do capital? Redes e território constituem-se nos melhores conceitos/mediações na investigação da espacialidade dos fenômenos, processos e relações econômicas?

Tendo em vista tais interrogações, no horizonte do "campo" de investigação sobre a relação dinâmica econômica - espacialidade econômica, é que este estudo⁵ se insere, constituindo-se, portanto, em mais uma contribuição para a consolidação de uma linha investigativa que, no contexto de um grupo acadêmico, coloca-se de forma equilibrada e madura, aberta à internalização de novas abordagens, pautas e agendas que julgamos necessárias no reordenamento dos marcos de qualidade do debate e da produção científica em geografia econômica, sem deixar de lado, ao mesmo tempo, um "olhar" crítico sobre os temas e textos pesquisados.

2 GEOGRAFIA E INTERDISCIPLINARIDADE: FRONTEIRAS E CONVERGÊNCIAS

Nas Ciências Sociais muito se discute sobre as relações entre diferentes ciências, as contribuições que uma pode trazer para outra, ou mesmo questões comuns que podem ser entendidas levando em conta variáveis e pontos de vista de vários campos do conhecimento.

Na Geografia, desde a Escola Francesa, uma de suas principais matrizes, é possível identificar suas relações com a Economia. Independente da perspectiva

⁴ Poderíamos lembrar, por exemplo: as transformações nas dinâmicas financeiras: o novo arcabouço político-econômico da dependência; os novos mecanismos de financiamento público da acumulação capitalista no contexto da crise do padrão de regulação dos Estados nacionais; os processos de mudança nos diferentes contextos nacionais e regionais em termos de estruturas demográficas, sociais e relações de trabalho, para citarmos apenas algumas.

⁵ Sublinho a importância desse estudo realizado por Flaviana G. Nunes como passo necessário e importante no seu processo de formação como pesquisadora.

metodológica adotada, questões e fenômenos de natureza econômica eram e são tratados pela Geografia.

A Geografia Econômica nasceu a partir dos desdobramentos dessa escola, especificamente de orientação lablachiana que tornou majoritária a perspectiva da Geografia Regional. Com a grande quantidade de estudos regionais, iniciaram-se as especializações que tentavam uma reunião de certos elementos levantados em tais estudos, como o agrícola, o urbano, etc. (MORAES, 1986)⁶. Dentre estas especializações tem-se a Geografia Econômica que inicialmente privilegiou como objeto de análise o reconhecimento da vida econômica regional e suas formas espaciais correspondentes através de fenômenos que se manifestavam em escalas maiores, sendo facilmente identificáveis nas observações empíricas, cujas lógicas internas eram explicadas pela interdependência funcional dos elementos e fatores. Dessa forma, a Geografia Econômica aparece como uma área de convergência entre as duas ciências.

Na perspectiva de aprofundar os estudos relacionados à Geografia Econômica, procuramos fazer algumas considerações visando a avaliação deste campo da Geografia a partir de parte de sua produção científica tentando contribuir na construção de um perfil temático e teórico atualizado da Geografia Econômica⁷.

Para isso, falaremos das características identificadas a partir da análise de duas fontes bibliográficas (Manuais e artigos de periódicos especializados de Geografia) para em seguida, tentar apresentar um perfil da Geografia Econômica, seus objetivos, finalidades e limitações. Sendo assim, o perfil a ser constituído, de forma parcial, pois não foram investigadas todas as fontes bibliográficas, está baseado nos subsídios oferecidos pela análise dos Manuais e artigos de periódicos.

3 A GEOGRAFIA ECONÔMICA DOS MANUAIS

A primeira fonte bibliográfica analisada constituiu-se de Manuais de Geografia Econômica publicados entre as décadas de 1950 e 1980. Para esta análise foi desenvolvido um roteiro contemplando: organização da obra; temas e assuntos abordados; utilização de recursos gráficos, cartográficos e estatísticos; nível de aprofundamento dos conteúdos e qualidade das fontes bibliográficas utilizadas.

⁶ MORAES, A. C. R. de. *Geografia - pequena história crítica*. São Paulo: Hucitec, 1986.

⁷ As idéias aqui expressas tomam por base o relatório de pesquisa de Iniciação Científica concluído em julho/1997. Esta pesquisa intitula-se: *Geografia e Economia: fronteiras e convergência - um estudo da produção científica na área de Geografia Econômica*, P. Prudente, Unesp, 1997. A orientação coube ao prof. Sérgio Braz Magaldi e teve apoio de uma bolsa de Iniciação Científica (CNPq).

Portanto, as análises pautaram-se nos seguintes critérios: estruturação do(s) objeto(s), referências teóricas, categorias e conceitos utilizados, além dos procedimentos de análise empregados.

Nos Manuais, observamos que em termos de objeto(s) predominam os três campos temáticos apontados por George (1978:93) como constitutivos de uma Geografia Econômica analítico-descritiva. São eles: Geografia Agrícola, Geografia Industrial, Geografia dos Transportes e Comércio. A própria obra de George contempla esses campos mesmo que sua abordagem traga algumas novidades em relação ao que ele chama de clássico que seria na verdade a ênfase na análise e descrição dos campos temáticos já destacados por ele.

Traduzido para o português em 1961, o manual Geografia Econômica de Pierre George, dado o seu caráter pioneiro já destacado anteriormente, parece ter sido "modelo" para os autores nacionais. Daí as semelhanças encontradas entre essas obras e a de George.

Tendo como base os três campos temáticos apontados, compõem o universo de assuntos dos manuais brasileiros os seguintes temas:

- estrutura e dinâmica populacional;
- fontes de energia;
- produção de minérios (Indústria extrativa);
- produção agropecuária: produtos alimentícios, matérias-primas vegetais e animais;
- atividades industriais e suas características;
- comércio e transportes.

Ressaltamos que estes assuntos que constituem cada um dos campos temáticos são apresentados de forma isolada, sem uma articulação ou relacionamento entre eles.

Em relação às abordagens utilizadas no tratamento destes temas observamos a predominância de algumas características tais como:

- a) **Descrição:** a perspectiva descritiva como aspecto mais importante do corpo de conhecimentos a serviço da Geografia Econômica;
- b) **Base histórica:** fundamentação histórica dos objetos e temas de referência da Geografia Econômica tratados de forma superficial, precária e insuficiente;

- c) **Problematização: perspectiva estática** - ausência e/ou insuficiência de relações no tratamento dos objetos da Geografia Econômica.

Quando falamos em base histórica nos referimos à enumeração de dados históricos, ou seja, os autores utilizam-se de breves históricos acerca do fato ou tema a ser discutido. Em grande parte os recursos históricos são utilizados como simples enumeração de dados e fatos, poucas vezes como reveladores ou desencadeadores de estruturas atuais.

Remetendo-nos às próprias teorias ou paradigmas estáticos da Economia⁸ marcados pelo equilíbrio, harmonia e ausência de conflitos, reconhecemos esta característica a partir da observação de que na verdade os Manuais fazem uma espécie de mapeamento das atividades econômicas em nível mundial, ou seja, indicam a localização dos fatos econômicos na superfície do globo.

Vejamos o que George (1978:94) ressalta:

"(...) a Geografia Econômica global encontrou seu lugar numa síntese das condições de existência de grupos de estruturas homogêneas" (países industriais, países subdesenvolvidos, países cujo desenvolvimento está bloqueado, etc.) ou síntese das características de uma porção do espaço, Estado, subcontinente, continente."

Poderíamos, então, dizer que a Geografia Econômica dos Manuais ainda está muito ligada às orientações clássicas, com estudos mais gerais articulando escalas continentais ou nacionais ou mesmo "grupos homogêneos" como chama George. Com o predomínio do caráter descritivo, não priorizam discussões amplas e aprofundadas e mostram um grande distanciamento em relação às questões da teoria econômica.

A partir dessas características percebemos que o mapeamento das atividades econômicas é feito identificando a qualidade geográfica apenas ao aspecto da localização territorial, havendo assim, um distanciamento em relação às situações e processos que determinam a(s) lógica(s) dos fenômenos espacializáveis como a origem, estrutura dos capitais e seus movimentos, as relações capital-trabalho, entre outras.

⁸ Sobre este assunto ver Shwartz, Gilson. *Decifre a Economia*. São Paulo, Saraiva, 1991.

⁹ Grifo nosso. Por esta expressão utilizada por P. George podemos perceber a preocupação voltada para a explicação do que se repete, daquilo que tem um aspecto homogêneo, em detrimento das diferencialidades, e da explicação das suas causas, processos, mecanismos e contradições.

Diante disso, acreditamos que os Manuais apresentam limitações na qualidade de obras da Geografia Econômica. Apontamos como forma de superação destas limitações, a promoção de um maior inter-relacionamento entre os temas; a utilização e explicitação do funcionamento e dinâmicas de determinados processos da economia tais como determinações de preços e relações entre custo e preço; discussões conceituais envolvendo: capital, relações capital-trabalho, macro e microeconomia e a própria atuação do Estado; tratamento dos assuntos no plano das contradições do capitalismo e das relações sociais, políticas e econômicas envolvidas nestas, pois o caráter instável e contraditório do capitalismo é insuficientemente analisado quanto aos desdobramentos territoriais. Isso implica não apenas apontar as diferenças que se justificam não só pela aparência.

De um modo geral, as alternativas acima poderiam ser identificadas ou resumidas pelos elementos e conceitos explicativos do paradigma dinâmico da economia que como aponta Schwartz (1991:99) necessariamente desemboca na análise da história, do Estado e da política.

4 OS ARTIGOS DOS PERIÓDICOS

A segunda fonte de investigação constituiu-se de artigos de quatro periódicos especializados de Geografia publicados entre 1970 e 1990. Os periódicos selecionados foram os seguintes: Caderno Prudentino de Geografia, Boletim Paulista de Geografia, Revista de Geografia da UNESP e Revista Brasileira de Geografia.

Para a seleção dos artigos foram estabelecidos critérios como o tema, recorte e abordagem teórico-metodológica e para a análise, dois níveis de investigação (horizontal e vertical) partindo da identificação de temas, autores, referências bibliográficas e palavras-chave dos artigos até sua contextualização, interpretação e constituição de um mapa teórico-metodológico.

Neste caso, percebemos que a principal diferença entre os periódicos relaciona-se com a forma de tratamento dos temas e o nível de aprofundamento dos artigos. Daí associarmos o perfil editorial do periódico ao tipo de tratamento dado aos artigos ou mesmo em relação às temáticas abordadas.

Desta forma, nos artigos da Revista Brasileira de Geografia - principalmente da década de 1970 - parece predominar um tratamento analítico-descritivo em que o aprofundamento teórico e a discussão de questões estão centrados na maior ou menor eficácia na utilização de modelos e métodos de quantificação.

Já na década de 1980, o tratamento modifica-se estando presentes nos artigos analisados, preocupações de caráter mais social e político. Há uma maior coesão em termos de temas e metodologias de forma a mostrar um ecletismo, diferente do período anterior.

A postura presente nos artigos da Revista Brasileira de Geografia está intimamente ligada ao caráter pragmático de subsídio político relacionado à ideologia do desenvolvimentismo e à prática da burocracia administrativa durante os anos 1970, principalmente, tendo em vista o comprometimento político em relação ao Estado que o IBGE sempre manteve.

Por isso, percebemos que predominam temas ligados à questão do planejamento e desenvolvimento econômico sem que sejam discutidas as causas do "atraso" da economia. Os artigos veiculam através dos temas e da forma como são tratados, a ideologia do Estado.

Também devemos lembrar que a utilização de classificações, modelos matemáticos e dados estatísticos fundamentam grande parte das discussões mostrando esse caráter pragmático dos estudos da Geografia Econômica - que também se revela em outras áreas/campos da Geografia.

Através das referências bibliográficas desses artigos notamos com frequência autores como Brian Berry, F. Perroux, J. Friedman, H. Richardson, W. Isard, entre outros ligados às abordagens sistêmicas e modelísticas. Brian Berry, por exemplo, propõe o uso de modelos de representação e explicação no trato dos temas geográficos¹⁰. Isard e Friedman também vinculam-se a esta abordagem no trato da questão regional sendo citados por autores como Chorley e Haggett¹¹.

Já nos artigos da década de 1980, o referencial bibliográfico modifica-se de acordo com a própria mudança nas temáticas. Desta forma, J. Graziano, O. Valverde, J.S. Martins, A. Kageyama e M.C.D'Incao aparecem com frequência.

Comparando ou "cruzando" as referências bibliográficas dos periódicos analisados, notamos que essa mudança não ocorre, por exemplo, com o Boletim Paulista de Geografia. Os autores mais frequentes neste periódico aparecem em ambos os momentos (décadas de 70 e 80) não havendo uma mudança significativa como na Revista Brasileira de Geografia. Por exemplo, nos artigos das décadas de 1970 e 1980 observam-se com frequência referências a autores como K. Marx, Lenin, A. Lipietz, P. Singer, C. Furtado, M. Santos, D. Harvey e P. Monbeig.

¹⁰ Citado por Moraes, A.C.R. de. Op. cit. pág.103.

¹¹ Modelos Integrados em Geografia. Rio de Janeiro: Edusp, 1974.

Quanto aos periódicos Boletim Paulista de Geografia, Caderno Prudentino de Geografia e Revista de Geografia da UNESP podemos aproximá-los de certa forma, em relação ao tratamento dispensado em seus artigos. Como pudemos demonstrar, os artigos destes periódicos, em grande parte procuram não ficar restritos à apresentação, localização, descrição do assunto havendo levantamento e discussão de questões de natureza econômica em relação ao espaço. Sendo assim, pelas próprias referências bibliográficas dos artigos, pelo tratamento dado aos temas abordados, percebemos que se aproximam de uma abordagem teórico-metodológica que procura levar em conta as contradições, relações e dinâmicas dos processos econômicos¹² e não apenas a descrição e funcionalidade.

Neste sentido, os artigos desses periódicos e também alguns da Revista Brasileira de Geografia - da década de 1980 principalmente - a nosso ver procuram dar espacialidade aos fatos econômicos na medida em que estabelecem relações, levam em consideração processos e mecanismos que produzem as diferentes formas espaciais.

5 ENSAIANDO UM PERFIL DA GEOGRAFIA ECONÔMICA A PARTIR DOS ELEMENTOS IDENTIFICADOS

Tendo em vista o conjunto de reflexões realizadas, poderíamos colocar alguns pontos ou balizamentos no sentido de encaminhar para um entendimento ou definição de Geografia Econômica como contribuição à sua atualização.

A Geografia Econômica sustenta-se primeiramente por apresentar uma característica básica: a precedência do fato/evento econômico na determinação dos processos e relações que produzem as diferentes formas espaciais.

A questão está no **“como é esse enfoque”** e, antes, **“o que na Geografia pode-se entender como fato/evento econômico?”** Apesar das insuficiências e limitações encontradas nos Manuais, notamos que suas contribuições em termos de temas não devem ser negligenciadas. No entanto, o enfoque, em geral, está pautado num ponto de vista estático como se verificou.

De um modo geral, poderíamos dizer que esse enfoque econômico no trabalho geográfico é a espacialidade (e não somente a territorialização¹³) dos

fatos econômicos que estão inseridos numa totalidade na qual têm-se também fatores sociais, políticos, culturais e éticos envolvidos.

Mais do que uma Economia Política do espaço, a Geografia Econômica realiza a leitura do espaço tendo como pontos de partida e de chegada a espacialidade do econômico. Para tanto, utiliza-se das contribuições da Economia Política. Neste caso, o espaço não é palco e sim produto e condição para o desenvolvimento das forças produtivas e suas relações determinantes/conseqüentes.

Nesse sentido, deve-se ressaltar a importância do “geográfico” em processos histórico-estruturais como os de aprofundamento e complexificação da divisão do trabalho e da reprodução ampliada do capital, além do comparecimento não neutro do território nos processos de (re)estruturação de mercados ou de reconfiguração de objetos, métodos e processos associados à produção e às novas formas de organização, controle e regulação do trabalho envolvendo agentes tais como firmas, corporações, ramos e indústrias, sindicatos, entre outros. (Magaldi, 1996)

A Geografia Econômica, portanto, não considera as paisagens econômicas numa perspectiva estática (como faziam os autores ligados à Geografia Clássica), mas busca as relações e os cruzamentos que as diferentes instâncias mantêm através dos agentes, instituições, governos e mercados, em diferentes níveis e escalas.

A partir disso, percebe-se que o espaço a ser considerado é essencialmente o espaço para reprodução do capital, na medida em que a constituição do espaço em sentido amplo tem como princípio básico a dinâmica do sistema capitalista e suas diversas variáveis.

De uma forma geral, poder-se-ia dizer que o objetivo/finalidade da Geografia Econômica diria respeito ao espaço e às suas relações com a dinâmica reprodução do capital, a compreensão da especificidade econômica numa ótica dinâmica (Geografia Econômica dinâmica).

Sendo assim, para contemplar objetivo tão abrangente, a própria estruturação dos objetos e métodos deve ter como premissa a incorporação de uma abordagem que privilegie as contradições da realidade econômica capitalista propiciando melhores condições para os cruzamentos e mediações entre espaço e economia.

A partir das aparências das estruturas e configurações espaciais que são resultado da utilização desta abordagem, pode-se buscar as lógicas que as presidem de forma a revelar os conteúdos dinâmicos que produzem o espaço capitalista da atual etapa histórica.

¹² Esta constatação tem por base as reflexões realizadas no Capítulo 1 de nosso relatório sobre os paradigmas estático e dinâmico da economia, a qual nos serviu como referencial neste trabalho.

¹³ Quando falamos em territorialização estamos nos referindo ao ordenamento/distribuição dos fenômenos no território sem levar em conta os processos e relações envolvidas.

Neste sentido, poderíamos apontar alguns temas que integrariam/comporiam o temário da Geografia Econômica no sentido de contribuir para sua atualização:

- organização industrial tendo em vista a atual conjuntura em termos de estruturação do paradigma produtivo/tecnológico por muitos autores chamado de pós-fordismo;
- a localização dessas indústrias a partir da criação de fluxos pela circulação de informações;
- a competitividade gerando mudanças na organização do sistema produtivo nos seus diversos ramos;
- a informação e seu papel na atividade produtiva;
- a circulação do capital e suas diferentes formas face ao processo de globalização;
- as relações capital/trabalho nesta conjuntura;
- a reestruturação dos setores tradicionais da economia tendo em vista a expansão do terciário.

Esses são apenas alguns temas que poderiam integrar e (re)estruturar o temário da Geografia Econômica, pois seus mecanismos, processos e variáveis são indispensáveis à explicação da configuração espacial atual, bem como das mudanças em termos de divisão e organização do trabalho.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As idéias aqui apresentadas representam apenas o início de uma reflexão bem mais ampla. Isso porque a Geografia Econômica encontra-se diante do desafio de romper com a tendência de se transformar em simples classificação e enumeração de fatos e dados estatísticos fugindo aos problemas e evitando a reconstrução dos processos.

Desta forma, necessita-se de uma revisão temática e de abordagens que pudessem contribuir para sua atualização.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Manoel C. **Geografia econômica**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1983.
- BARRE, Raymond. **Manual de economia política**. V. I. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1968.
- BOLETIM PAULISTA DE GEOGRAFIA**. São Paulo, n. 46 - 54, 56 - 73, 1971 - 1994.
- BRITBACH, Aurea C.M. **Estudo sobre o conceito de região**. Porto Alegre: FEE, 1988 (Série Teses, n. 13).
- CADERNO PRUDENTINO DE GEOGRAFIA**. Presidente Prudente: AGB, nºs 1-15, 1982-1993.
- CHISHOLM, Michael. **Geografia y economia**. Barcelona: Oikos-tau, 1968.
- CHORLEY, Richard J., HAGGETT, Peter. **Modelos integrados em Geografia**. Rio de Janeiro: Edusp, 1974.
- ESTALL, R.C.; BUCHANAN, R.O. **Atividade industrial e Geografia Econômica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.
- FARIA, Luiz A.E.; CONCEIÇÃO, O.A.C.C.; BELLO, Terezinha S.B. (Org.). **Desvendando a espuma - reflexões sobre crise, regulação e capitalismo brasileiro**. Porto Alegre: FEE, 1989.
- GALBRAITH, John K. - **O Pensamento econômico em perspectiva - uma história crítica**. São Paulo: Pioneira/Edusp, 1989.
- GEORGE, Pierre. **Geografia econômica**. 4ª ed. São Paulo: Difel, 1983.
- HUNT, E.K. **História do pensamento econômico**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1982.
- HUNT, E.K.; SHERMAN, H.J. **História do pensamento econômico**. Petrópolis: Vozes, 1982.
- JONES, Clarence F.; DARKENWALD, G.G. **Geografia econômica**. 3ª ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1955.
- LERNER, Icael. **Geografia econômica general**. Buenos Aires: Ciencias Economicas, 1957.
- LIPIETZ, Alain. O local e o global: personalidade regional ou inter-regionalidade?. **Espaço & Debates**. São Paulo, n. 38, 1994.
- _____. O pós-fordismo e seu espaço. **Espaço & Debates**. São Paulo, n. 25, 1988.
- LOBO, R. Haddock. **Geografia econômica**. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 1974.
- LUCCI, Elian A. **Geografia econômica**. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 1978.
- MAGALDI, Sérgio B. Geografia Econômica: revendo temas e conceitos. In: MELO, Jayro G. (org.). **Região, cidade e poder**. Pres. Prudente: GASPER, 1996.
- MANNERS, G. **Geografia da energia**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- MATTOSO, Jorge. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Página Aberta/Scritta, 1995.
- MORAES, A.C.R. de. **Geografia : pequena história crítica**. São Paulo: Hucitec, 1986.
- NAPOLEONI, Cláudio. **Curso de economia política**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- _____. **O pensamento econômico do século XX**. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

- OLIVEIRA, A. U. De. O econômico na obra Geografia Econômica de Pierre George: lementos para uma discussão. In: MOREIRA, Ruy (org). **Geografia: teoria e crítica**. Petrópolis: Vozes, 1982, p 23-32.
- PARETO, Vilfredo. **Manual de economia política**. Buenos Aires: Atalaya, 1945.
- PATERSON, J.H. **Terra, trabalho e recursos - uma introdução à Geografia Econômica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- REPETTO, Luís G. **Geografía económica general**. 2ª ed. Buenos Aires: Kapeluz, 1959.
- REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro, n. 3, ano 32; n 3. ano 50, 1970 - 1988.
- REVISTA DE GEOGRAFIA da UNESP. São Paulo, n. 1-10, 1982-1991.
- ROSSETTI, José. **Introdução à economia**. São Paulo: Atlas, 1988.
- SCHIMIDT, Walther. **Geografía económica**. 5ª ed. Barcelona: Labor, 1955.
- SCHWARTZ, Gilson. **Decifre a economia**. São Paulo: Saraiva, 1991.
- SINGER, Paul. **Curso de introdução à economia política**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1975.
- SPOSITO, Eliseu S. Fluxos e localização industrial. In: MELO, Jayro G. (org.). **Região, cidade e poder**. Pres. Prudente: GASPERR, 1996.
- TORRES, Antonio P., SAENZ, Alfredo. **Geografía económica**. Barcelona: Ramon Sopena, 1972.

NOTAS PARA UMA ANÁLISE DOS PARADIGMAS DE INTERPRETAÇÃO DA PESQUISA URBANA FRANCESA E LATINO-AMERICANA SEGUNDO TOPALOV E JARAMILLO¹

Tânia BOVOLATO²

Maria Encarnação Beltrão SPOSITO³

Resumo: A pesquisa urbana, realizada por profissionais de diferentes formações (urbanistas, geógrafos, sociólogos, antropólogos), tem conhecido uma "crise" paradigmática, nos últimos anos, assim como outras áreas da pesquisa no campo das ciências sociais. Podemos avaliar esse momento como resultado do declínio da importância das pesquisas urbanas com base em referenciais marxistas, por razões de diferentes ordens, que permitiram a emergência e convivência, ainda que conflituosa, de diferentes propostas paradigmáticas. Nenhuma delas apresentou, ainda, uma leitura teórico-metodologicamente capaz de contemplar na análise as peculiaridades dos diferentes lugares, as diferenças entre formações econômico-espaciais e, no mesmo tempo, a articulação dessas escalas com as determinações de âmbito mundial. Nossa proposta é a de realizar uma sucinta análise dos paradigmas de interpretação da pesquisa urbana na França e na América Latina, com base nos seguintes autores - Jaramillo e Topalov - tendo em vista a qualidade de seus trabalhos, expressos pela consistência e capacidade de síntese. Essas características permitem-nos fazer uma avaliação coerente sobre diferentes formas de análise da pesquisa urbana. Assim, é importante ressaltar que pretendemos fazer uma breve análise desse processo, o que a nosso ver, poderá contribuir para a compreensão dos avanços e limitações da produção realizada entre os anos sessenta e oitenta, na perspectiva de compreensão das possibilidades para esse campo de investigação nos anos noventa.

Palavras-chave: pesquisa urbana; Geografia urbana; França - pesquisa urbana; América Latina - pesquisa urbana.

¹ A reflexão apresentada neste texto resulta das leituras e debates realizados no GASPERR - Grupo Acadêmico "Produção do espaço e redefinições regionais", entre os bolsistas do projeto integrado de pesquisa "Multi(poli)centralidade urbana: Bauru, Presidente Prudente e São José do Rio Preto", realizado com o apoio do CNPq, sob a orientação de Maria Encarnação Beltrão Sposito.

² A reflexão apresentada neste texto resulta das leituras e debates realizados no GASPERR - Grupo Acadêmico "Produção do espaço e redefinições regionais", entre os bolsistas do projeto integrado de pesquisa "Multi(poli)centralidade urbana: Bauru, Presidente Prudente e São José do Rio Preto", realizado com o apoio do CNPq, sob a orientação de Maria Encarnação Beltrão Sposito. Estudante do 4º ano do Curso de Graduação em Geografia - FCT/UNESP. Endereço para Correspondência: Departamento de Geografia; Caixa Postal: 957. CEP. 19060-900. E-Mail: depgeo@prudente.unesp.br

³ Professora do Departamento de Geografia - FCT/UNESP. Endereço para Correspondência: Caixa Postal: 957. CEP. 19060-900. Tel. (018) 221-5388; FAX (018) 223-2227. E-Mail: beltrao@prudente.unesp.br

Nosso ponto de partida para a produção deste texto é a constatação da diminuição das pesquisas urbanas com base em referenciais marxistas, as quais predominaram durante os anos setenta, na França, e que continuaram a ter importância, durante os anos oitenta, em países latino-americanos, dentre eles o Brasil.

Esse declínio do número de pesquisa é muitas vezes interpretado como a crise da pesquisa urbana crítica ou marxista radical e estimula uma reflexão acerca da história recente desse campo de investigação, na perspectiva de compreender sua evolução e a natureza de suas mudanças.

Para a recuperação sucinta dessa história, trabalharemos com os autores já enunciados no título deste texto, a partir de dois artigos⁴ que, pela consistência e capacidade de síntese, permitem-nos fazer uma avaliação desse processo.

Partiremos do que Topalov considerou como crise da pesquisa urbana crítica. Para ele, essa crise manifesta-se em três níveis: - o objeto da pesquisa urbana se dissipa; - suas instituições se esfacelam; - seus conceitos se esgotam.⁵

As novas formas de assentamento humano redesenham-se territorialmente. As manchas urbanas, cada vez mais extensas e conectadas entre si, passam a ser denominadas de regiões urbanas e as distinções entre o urbano e o rural diminuem, quer se considere suas territorialidades, quer se observe seus papéis, quer se analise as práticas sociais que lhes eram próprias. Assim, o delineamento do próprio objeto da pesquisa urbana encontra-se menos claro.

As transformações que marcam o fim do século XX, por sua vez, tornam progressivamente frágeis as instituições engendradas na Modernidade. A idéia de que vivemos sob a fugacidade de valores e idéias que se impõem e se dissipam rapidamente, o que alguns autores vem caracterizando como a Pós-Modernidade, evidenciam a fragilidade das instituições contemporâneas, tanto aquelas atreladas ao Estado, como as que representam as diferentes formas de organização da Sociedade Civil. As cidades como materialização de transformações de caráter mais amplo, expressam as repercussões desse processo em suas formas de estruturação e articulação.

⁴ TOPALOV, Cristian. Fazer a história da pesquisa urbana: a experiência francesa desde 1965. *Espaço & Debates*. São Paulo, n. 23, p. 5-30, 1988.

JARAMILLO, Samuel. El desenvolvimiento de la discusión sobre la urbanización latinoamericana: hacia un nuevo paradigma de interpretación. In: JARAMILLO, Samuel. *Urbanización Latinoamericana*. Bogotá: Escala, 1993, p. 9-44.

⁵ Topalov (1988, p. 5).

A decorrência direta dessas duas dinâmicas é a superação dos conceitos construídos a partir de escopos teórico-metodológicos, engendrados em outros contextos históricos.

Assim, a reflexão sobre as abordagens da pesquisa urbana recente pode permitir um debate, a partir do qual emergem propostas de novos paradigmas de análise. Essa reconstrução teórico-conceitual é ainda mais importante para os países latino-americanos em fase de crescimento econômico, em cujas cidades as disparidades sócio-econômicas, que resultam das formas de crescimento adotadas, evidenciam-se de forma contundente.

Para pontuarmos melhor a discussão, faremos uma breve sistematização de correntes teóricas e abordagens da geografia urbana da escola francesa e de suas tendências latino-americanas.

A França, na década de sessenta, foi marcada pela gestão tecnocrata do desenvolvimento urbano. Esse quadro político-administrativo foi instalado no período do crescimento capitalista da economia, em que ocorreu um impulso maior no setor imobiliário e do capital financeiro, o que criou condições para a emergência de propostas de planejamento voltadas para o desenvolvimento, no sentido econômico desse termo.

Nesse contexto, o Estado pediu apoio aos intelectuais, que passaram a atender as demandas de pesquisas fortemente voltadas à compreensão dos processos econômicos, deixando em um segundo plano os interesses de ordem social.

Ainda que na França, o estreitamento das relações entre o aparato de Estado e os intelectuais, no que tange à pesquisa urbana, tenha se dado a partir da década de 60, nos Estados Unidos, desde a década de vinte, com o desenvolvimento da Escola de Chicago, pesquisas foram realizadas a partir de relações entre a Universidade e a Sociedade Civil. Ainda que nessas pesquisas os interesses da classe patronal tivessem um lugar de destaque, elas também se voltaram à compreensão do mundo do trabalho e das profissões.

É justamente com base nos paradigmas da Escola de Chicago, que os pesquisadores franceses dos anos 60 vão desenvolver suas investigações e estruturar novas correntes teóricas inspiradas na Ecologia Urbana, através da importação de uma metodologia analítica de forte base matemática. Elaboraram-se modelos de mercado fundiário e imobiliário baseados na teoria do *Filtering up* e modelos globais de desenvolvimento.

Os planejadores passaram a orientar seus planos, tomando como pressuposto a relação entre o comportamento do homem e as características físicas do espaço urbano, minimizando a importância da análise e compreensão das tensões sociais.

Quando nos voltamos à análise dos países latino-americanos, desde os anos cinquenta, é possível observar uma forte adesão à Teoria da Marginalidade nas pesquisas urbanas, como expressão de uma extensão espacial das teses positivistas das correntes da sociologia urbana norte-americana.

A tese central deste corpo teórico conserva os princípios básicos de sua escola de origem, tomando como referência a afirmação da existência de *Urbes* na América Latina com barreiras culturais que bloqueiam a passagem do tradicional para o moderno. Caracteriza-se, também, pelo reforço da importância do papel da intervenção do Estado visando o desenvolvimento econômico.

Jaramillo⁶ refere-se a duas versões da Teoria da Marginalidade. A primeira, chamada 'de direita', fortemente baseada no determinismo ecológico, propunha a eliminação dos resquícios de ruralidade nas cidades, como condição para uma verdadeira integração dos grupos a uma sociedade moderna, do tipo urbano.

Para a segunda vertente, denominada 'de esquerda', as razões que explicam a existência de grupos marginais no interior das cidades são encontradas nas ações das classes dominantes e do Estado e a superação dessa condição de marginalidade estaria na modernização, via educação profissional e ampliação dos canais de participação política.

É, portanto, a partir de contextos diferentes, que no decorrer dos anos setenta, na França, onde a nova dinâmica eclodiu primeiramente, e na América Latina, onde a nova tendência expressou-se com maior evidência nos anos oitenta, que se observa o auge do pensamento marxista, como paradigma predominante na orientação da pesquisa urbana.

Essa manifestação tem forte relação com o quadro social, político e econômico mundial e, especialmente, aquele dos países onde essa dinâmica se evidenciou com maior relevância.

É importante lembrar, para o caso francês, a importância do movimento de 1968, que permitiu uma crítica generalizada à sociedade francesa e, sobretudo, às

⁶ Jaramillo (1993, p. 17-18)

formas de organização da Universidade e de suas frentes de pesquisa, aí incluso suas relações com o Estado.

Para compreender a emergência de tendências de mesma base na América Latina na segunda metade da década de setenta, é preciso considerar o esforço da Sociedade Civil em promover a retomada da democracia em diferentes países que haviam vivido ou ainda estavam sob regimes militares.

Nos dois casos, a forte articulação das organizações de esquerda teve seu papel no processo de redefinição política, o que se refletiu na reorientação teórico-metodológica das investigações.

As pesquisas urbanas de base marxista, dominantes nos anos 70 e 80, colocaram a cidade como local estratégico da ação estatal e da emergência dos conflitos sociais. Assim, as políticas urbanas tornaram-se o objeto principal das investigações, num período em que a ação estatal começava a mostrar sua incapacidade de atender às diferentes demandas sociais no interior das cidades, face à crise da economia mundial, que começou a se desenhar mundialmente, em 1973, e atingiu níveis elevados, nos anos oitenta, em países latino-americanos fortemente assolados por processos inflacionários e aumento de suas dívidas externas.

Na França, a análise crítica das políticas urbanas era fundamental para os pesquisadores, durante os anos setenta, que engajados ou identificados com grupos político-partidários que tinham como bandeira o socialismo, interessavam-se em mostrar que os problemas que se evidenciavam nas cidades, decorriam de uma política de Estado não comprometida com a diminuição das disparidades sócio-econômicas.

Na América Latina, ainda no decorrer da mesma década, temos a emergência da Teoria da Urbanização Dependente, como resultado do esforço de construir uma leitura teórico-metodológica capaz de explicar as especificidades desse sub-continente.

O novo paradigma criticava a leitura preconizada pela Teoria da Marginalidade, asseverando que o processo de urbanização latino-americano não poderia ser compreendido como uma dinâmica que se encontrava em etapa anterior àquela vivenciada pelos países centrais. Ao contrário, esse processo só poderia ser compreendido se a reprodução capitalista fosse analisada em seus diferentes planos - econômico, político, jurídico, social e ideológico.

Em que pese, as críticas ao caráter estruturalista dessa proposta, sua busca de fundamentos teórico-metodológicos marxistas, a partir da decisão de não importar os modelos explicativos produzidos pelos intelectuais do centro do sistema,

foram fundamentais para a emergência de um amplo debate acerca da dinâmica de urbanização e da materialização, na escala das cidades, das relações econômicas estabelecidas no nível internacional e das políticas urbanas implantadas pelo poder público desses países.

Esses planos de análise estavam diretamente associados às dinâmicas consideradas como centrais pelos elaboradores dessa teoria, que se baseava na idéia de que há uma dominação dos países centrais sobre os periféricos, gerando uma espécie de "colonialismo externo", que se reproduz no interior dos países latino-americanos, a partir das práticas políticas de suas elites.

Alguns autores avaliam que, em grande parte, os enfoques emergentes nos anos 80 tiveram como ponto de partida a proposta de superação da Teoria da Urbanização Dependente. Dentre essas iniciativas podemos inserir o que Jaramillo denominou de crítica singeriana, ao destacar a importância dos textos do economista Paul Singer para a redefinição da pesquisa urbana latino-americana.

O ponto de partida de Singer foi o questionamento da idéia de que todas as explicações apresentadas pela Teoria da Urbanização Dependente tinham como base central a atribuição da responsabilidade ao capital imperialista, quando se tratava de explicar a natureza da urbanização latino-americana.

Singer chama atenção para a necessidade de estudarmos as formações sociais latino-americanas, como condição para compreender seu caráter essencialmente capitalista. Esse prisma de análise diminui a importância das determinantes externas e critica a posição política subjacente à Teoria da Urbanização Dependente, posição essa segundo a qual o caminho para a superação dos problemas latino-americanos passaria pelo desenvolvimento capitalista autônomo⁷, visto que esses problemas decorriam do forte grau de dependência dessas economias.

A crítica singeriana estava comprometida com a necessidade de evidenciar essa visão e mostrar que as forças políticas e econômicas dominantes no interior da América Latina tinham, essencialmente, interesses capitalistas e a análise de suas ações permitiria compreender a natureza dos problemas urbanos.

Paralelamente, na França dos anos oitenta, surgem novos objetos de pesquisa urbana. As atenções deixam de focar as relações entre o Estado e a Sociedade Civil, na perspectiva de criticar a incapacidade do primeiro em atender as demandas sociais.

⁷ Jaramillo (1993, p. 25-28).

À medida em que os interesses se voltam mais para a análise das dinâmicas que interessam a compreensão das condições e limitações que se impõem à reprodução social, no sentido amplo deste conceito, a pesquisa urbana se esfacela em múltiplas frentes de investigação e em diferentes enfoques teórico-metodológicos.

Essa multiplicidade decorre em parte do fim da supremacia das pesquisas voltadas à compreensão dos fenômenos macro-sociais. Multiplicaram-se as investigações que passaram a priorizar a análise do local, do micro-social e do cotidiano.

Do ponto de vista teórico-metodológico, os paradigmas também se multiplicaram. Aparecem e se ampliam as pesquisas urbanas baseadas em autores interessados numa releitura do quadro analítico herdado do marxismo clássico, à luz da realidade contemporânea, dentre os quais se destaca Henri Lefèbvre. Há, também, os pesquisadores que redescobrem a Escola de Chicago, sobretudo quando se propõem a uma nova compreensão das dinâmicas de estruturação dos espaços internos das cidades. Embora em número menor, é, ainda, necessário fazer referência às pesquisas baseadas nos pressupostos fenomenológicos, a partir dos quais as cidades podem ser analisadas, a partir das formas como os indivíduos percebem e vivenciam seus espaços.

Na América Latina, essa multiplicação de enfoques e objetos de pesquisa começou a ganhar alguma importância nos anos 90, pois durante os anos 80 permaneceu dominante a leitura marxista da realidade urbana, ainda que se considere a diversidade de enfoques e as nuances teórico-conceituais que os diferenciam.

Para ilustrar essa tendência, é importante destacar que pesquisadores da América Latina, como Jaramillo, apresentam novas formas de análise da pesquisa urbana. Esse autor propõe uma análise da dinâmica espacial do capitalismo avançado a partir da afirmação de que as grandes cidades metropolitanas se diferenciam das pré-metropolitanas por dissolver, aparentemente, a oposição campo-cidade. Para esse autor, o que define a região metropolitana é a difusão espacial das atividades, funções e grupos, e sua interdependência em relação a uma dinâmica social.

Por outro lado, essa dinâmica independe de continuidade territorial do espaço metropolitano e é resultado de trocas estruturais globais dos países centrais quando ingressam em um estado do capitalismo monopolista, transformando as regras de distribuição espacial. As dinâmicas e mudanças experimentadas pelo capitalismo geram redefinições profundas bem como emergem e se expressam em espacialidades múltiplas.

Para compreender a dinâmica espacial do capitalismo monopolista periférico, Jaramillo propõe uma análise voltada para a compreensão do crescimento

das atividades terciárias, da proletarização peculiar de seus habitantes, dos reflexos do impacto populacional da reprodução da força de trabalho e das discrepâncias das condições de vida entre pequenas e grandes cidades, derivadas do movimento do capital que concentra setores diversos e mais modernos nas principais cidades.

Assim, Jaramillo pretende contribuir para explicar o acentuado crescimento demográfico e funcional das cidades latino-americanas.

A nosso ver, esse autor evidencia várias determinantes que devem ser consideradas em uma proposta de análise que possa se constituir num novo paradigma de interpretação. Mas, por outro lado, desconsidera as especificidades dos países latino-americanos, determinadas por seu cotidiano, sua cultura, suas dimensões territoriais e seus padrões de desenvolvimento econômico. Se é possível estabelecer identidades entre as dinâmicas de urbanização de países como Venezuela e Colômbia, por exemplo, há diferenças fundamentais entre esses países e o Brasil ou o Uruguai.

Assim, a preocupação de Singer, criticada em parte por Jaramillo, deve a nosso ver ser valorizada. É preciso que se considerem as diferentes formações sociais no interior da América Latina, ainda que se tenha como meta compreender as dinâmicas gerais que marcam a sua urbanização.

Atualmente, no Brasil, a pesquisa urbana demonstra dificuldades em capitalizar os resultados de dez anos de pesquisa marxista. Ainda que esse paradigma tenha perdido importância, concordamos com Topalov (1988), quando afirma que sua superação se baseia no exame crítico dos resultados obtidos pelos pesquisadores estruturalistas e marxistas, ultrapassando seus limites sem negar os conhecimentos adquiridos.

As tentativas de busca de novos paradigmas não atingiram, ainda, o nível de consistência teórico-conceitual atingido nos anos 80. Quanto mais tentamos trabalhar com análises globais, caímos na necessidade de analisar o local, pois há especificidades derivadas do cotidiano e da cultura de cada sociedade.

Por outro lado, quando a análise privilegia como ponto de partida a escala local, são grandes as dificuldades à contribuição para uma compreensão mais ampla do processo de urbanização, de sorte a avaliar as relações entre esse processo, no sentido amplo do termo, e as dinâmicas que se desenvolvem de múltiplas formas nas cidades.

Há que se considerar, de qualquer forma, que características próprias derivadas de uma representação espacial e influência ideológica se materializam no

espaço e direcionam as relações sociais de produção, gestando a atual conjuntura social.

Reforçar um paradigma analítico, que metodologicamente proponha a observação de traços peculiares aos territórios diferentes, poderia gerar uma visão panóptica, que levaria a conclusões generalizadas ou até mesmo errôneas.

A nosso ver, o grande desafio que se nos coloca é aquele de trabalhar com as relações entre o mundial e o local, não esquecendo que há outras escalas, como a do Estado-nação, em que se tomam decisões de ordem política e se definem valores ideológicos, os quais terão rebatimento sobre a sociedade, o território e as relações que entre eles se estabelecem.

NOTAS SOBRE A PRODUÇÃO DA GEOGRAFIA URBANA BRASILEIRA FACE AOS PRINCIPAIS PARADIGMAS DA PESQUISA URBANA NO SÉCULO XX¹

Aparecida Simoni Alves de CARVALHO²

Resumo: Este artigo destaca a importância do debate acerca da geografia e suas metodologias. É fundamental discorrer sobre os paradigmas que ao longo do século XX vêm orientando a produção da geografia urbana. Entre eles, a Teoria Ecológica e a Teoria Econômica Política Marxista desempenharam papéis importantes no desenvolvimento e avanço da ciência. A geografia urbana brasileira caracteriza-se por uma rica e extensa produção, que se iniciou com o método das monografias urbanas empregado por Pierre Monbeig, e desde então, vem contribuindo com teorias que ajudam na compreensão da cidade e a sociedade.

Palavras-chave: Base paradigmática, pesquisa urbana, teoria ecológica, teoria econômica marxista.

Com o objetivo de refletir sobre a pesquisa urbana no Brasil, apresentamos neste artigo algumas reflexões acerca de dois importantes paradigmas que orientaram a pesquisa urbana no século XX. A análise das contribuições teóricas apresentadas por essas duas grandes correntes de pensamento devem ser consideradas vis-à-vis às suas limitações, para que possamos avaliar a evolução dessas pesquisas no Brasil, bem como as perspectivas que se redesenham.

¹ A reflexão apresentada neste texto é resultado das leituras e debates realizados no GAsPERR - Grupo Acadêmico "Produção do Espaço e Redefinições Regionais", entre os bolsistas do projeto integrado de pesquisa "Multi(poli)centralidade urbana: Bauru, Presidente Prudente e São José do Rio Preto", realizado com o apoio do CNPq, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Encarnação Beltrão Sposito.

² Aluna do Curso de Bacharelado em Geografia - FCT/UNESP. Endereço para Correspondência: Rua Antonio Nunes, 46 - Vila São Francisco. Pirapozinho (SP) - CEP. 19200-000, Tel.: 241-2691. E-Mail: depgeo@prudente.unesp.br

A exposição que faremos a seguir sobre esses dois paradigmas está apoiada na obra de Gottdiener - *A Produção Social do Espaço Urbano*.

Sabemos do limite a que nos submetemos ao trabalhar com a visão de apenas um autor, contudo, ressaltamos que a intenção aqui não é de confrontar idéias de diferentes abordagens, mas sim de reunir as principais características destes paradigmas, no que acreditamos Gottdiener o fez com grande propriedade.

1 UMA BREVE ANÁLISE DA TEORIA ECOLÓGICA: LIMITAÇÕES DE UMA ABORDAGEM

A análise oferecida pela teoria ecológica para explicar a produção do espaço urbano foi por muitas vezes, simplista, óbvia e equivocada, não contribuindo muito para o entendimento da produção do espaço atual: complexo e dinâmico. Mesmo assim, faremos uma retomada das principais idéias que fundamentaram essa abordagem e destacaremos as críticas mais comuns da produção científica apresentada pela teoria ecológica.

Pela perspectiva analítica da abordagem ecológica, a cidade apresentava-se como um ser natural que segue as influências e determinações de um organismo, daí sua própria denominação de Teoria Ecológica, o que pressupõe a busca de princípios científicos caros às ciências naturais e a adoção de um ideal de equilíbrio.

Para refletir sobre esse enfoque da análise urbana utilizaremos algumas idéias levantadas por Gottdiener em "*A Produção Social do Espaço Urbano*".

A questão da produção do espaço urbano revelou-se num importante objeto de estudo das ciências urbanas, como a sociologia, a geografia e economia. Estas ciências, segundo Gottdiener, representam uma abordagem convencional, por apoiarem suas análises num paradigma ultrapassado - a Teoria Ecológica.

Nos Estados Unidos, a Ecologia Urbana teve duas fases: a da Escola de Chicago e a do pós-Segunda Guerra Mundial.

No que se refere à sua primeira fase, três foram os teóricos principais: Robert E. Park, Ernest W. Burgess e Roderick D. Mackenzie. E na segunda fase, Gottdiener destaca Amos Hawley. As idéias defendidas por tais teóricos serão discutidas oportunamente a seguir.

Segundo Gottdiener, a ecologia urbana da Escola de Chicago construiu uma teoria baseada "*em fatores behavioristas ou sociobiogênicos para explicar os padrões espaciais*". A segunda fase, por outro lado, está ligada a "*uma visão sistêmica*".

daqueles ajustamentos da sociedade ao meio ambiente que são uma consequência de forças sociais básicas, como a competição econômica" (1993:37).

Explicitadas as especificidades desses dois momentos, destacaremos algumas questões apresentadas por Gottdiener no tocante ao conteúdo teórico da abordagem ecológica.

O darwinismo social e, sobretudo, a analogia biológica, sem dúvida se tornaram a base de apoio da teoria ecológica para esta abordagem: "*A cidade oferece um mercado para os talentos especiais do indivíduo. A competição pessoal tende a escolher para cada tarefa especial o indivíduo mais adequado a cumpri-la*". (Park, Burgess e Mckenzie apud Gottdiener, 1993:38)

Como numa seleção natural, os indivíduos na sociedade também são naturalmente escolhidos, e portanto, seria "justo" a sobrevivência do indivíduo mais apto, como no reino animal a espécie mais forte sobreviveria. Enfim, assim como na natureza, o que impera no espaço urbano é a lei do mais forte.

Na análise de Gottdiener, essa postura representa o laissez-faire, pois o quadro econômico apresenta-se num "*ciclo de competição, entre população de organismos vivos, por localização espacial*", tal argumento darwiniano foi utilizado para justificar a diferente espacialização dos grupos étnicos pela cidade.

Os teóricos da abordagem ecológica defendiam a idéia de que a analogia biológica era realmente eficaz e, assim, procuravam associar aspectos da vida sócio-espacial às células e aos tecidos dos organismos vivos.

Seguindo os princípios darwinianos, outra asserção aplicada foi a do darwinianismo social, segundo o qual a competição econômica determinava a formação sócio-espacial. Então, o comportamento humano estava regulado por leis naturais, de aptidão e competência. E, portanto, justificava-se o melhor desempenho de alguns indivíduos sobre outros, como resultado da competição natural entre os indivíduos.

Gottdiener assinala que coube a Mckenzie e Park explicar a distribuição espacial da cidade através de uma formulação ecológica - a localização espacial da competição biogênica pela terra.

Burgess, por sua vez, seguindo a linha ecológica, tentou produzir uma teoria do espaço identificada com os princípios teóricos da Escola de Chicago. Segundo o autor, o modelo da forma urbana se configurava em três áreas: o centro, o slum e o commuter, o que representava a competição entre os grupos sociais e as forças econômicas, pois numa escala hierárquica, as localizações centrais apareciam como as mais importantes.

Como lembra Gottdiener (1933:42): "*Burgess, revelava que a diferenciação interna da área de terra urbana representava um gradiente de patologia social do centro para a periferia*", ou seja, os problemas sociais "*se aglomeravam em zonas situadas ao longo da dimensão radial da cidade (...) a incidência de patologia social diminuía à medida que aumentavam o número de proprietários de casa própria e o status de família nuclear*". Deste modo, a localização central significava dominação espacial. Mas, não explicava, por exemplo, qual era o limite desta dominação.

Gottdiener ressalta também que, tal abordagem ao empregar categorias da realidade empírica a uma unidade abstrata da organização ecológica, levava a uma limitação teórica, que implicava na falta de clareza de suas idéias. Também apoiaram-se numa abordagem unilateral, que não considerava a base multifatorial da organização social. E por último, a Escola de Chicago manteve-se limitada, em seu nível analítico, quando deixou de questionar os aspectos mais importantes da formação social do espaço.

Na segunda fase da ecologia urbana, destaca-se Amos Hawley, que se manteve fiel aos propósitos da Escola de Chicago, "*na medida em que propunha uma teoria do crescimento metropolitano que explicasse a forma urbana (...) a origem e desenvolvimento do espaço de assentamento da comunidade através da ação de forças biogênicas abstratas, internas à própria comunidade*". (Gottdiener, 1993: 45-46)

O mesmo autor aponta algumas limitações da abordagem determinista tecnológica de Hawley, que deu uma excessiva importância aos meios de transporte e comunicações para explicar a diferenciação espacial e funcional da cidade, deixando de lado outras questões importantes como: o conflito social, os interesses que atuam no espaço, a influência dos programas e políticas de governo, a natureza variável da organização econômica e a produção de desenvolvimento espacial desigual, entre outras questões de igual importância ao estudo da estrutura urbana do espaço de assentamento.

Uma vez identificadas as limitações da Teoria Ecológica e a fim de cotejar os dois paradigmas aqui trabalhados, ou seja, a Teoria Ecológica e a Teoria Econômica Política Marxista, passaremos para o próximo item, no qual discutiremos a Teoria Econômica Política Marxista, que tentou dar uma nova e mais completa análise aos estudos urbanos. Tal abordagem veio suplantando as limitações impostas pela Teoria Ecológica, como veremos a seguir.

2 ECONOMIA POLÍTICA MARXISTA E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Como já salientamos anteriormente, a análise urbana marxista desenvolveu-se devido ao vácuo deixado pela Teoria Ecológica e por outras abordagens de origem igualmente convencionais e ultrapassadas, que não contribuíram para a superação das injustiças sociais, cada vez mais evidentes, principalmente, nas regiões metropolitanas. Da mesma maneira, foi pequena a contribuição da Teoria Ecológica para a explicação das novas formas urbanas, face à ausência de uma leitura dialética do espaço urbano, em que a dimensão de processo pudesse se sobrepor à de organização, derivada das leis e princípios que explicam os organismos vivos.

A análise marxista veio, assim, responder às questões deixadas pela Teoria Ecológica e levantar novas problemáticas para a pesquisa urbana.

Gottdiener (1993) ao analisar as pesquisas interessando à compreensão da produção do espaço nos Estados Unidos, pelos teóricos defensores da Economia Política Marxista destaca duas frentes: a do conflito de classes e a da acumulação de capital.

O marco para a análise econômica marxista é a década de 70, quando os marxistas dos Estados Unidos voltaram a atenção para o estudo do espaço urbano, num esforço de análise da sociedade moderna.

A abordagem do conflito de classes tem como seus teóricos: David Gordon, Michael Storper e Richard Walker.

Seguindo a abordagem do conflito de classes, Gordon defendia a idéia de que a descentralização da indústria servia para o controle social, ou seja, isolava-se a força de trabalho para evitar as inquietações e agitações coletivas, evitando assim, o confronto entre as classes. Com tal argumento, o autor, por um lado, explicava a dispersão das atividades pela cidade, e por outro, justificava sua crítica ao insistente determinismo tecnológico das abordagens convencionais.

Storper e Walker defendiam a importância da mão-de-obra e da força de trabalho nas decisões sobre a localização industrial. Tal análise pode ser dividida em dois fatores: os que afetam as mudanças na oferta de trabalho e os que afetam a demanda.

A importância da força de trabalho decorre das "*qualidades incomparáveis da força de trabalho como insumo de produção, um aspecto que a análise convencional não pode reconhecer devido a suas limitações ideológicas*" e no que se refere à demanda de trabalho os autores "*sugerem que as indústrias se localizem onde a oferta de trabalho se ajuste melhor a sua demanda*" (Gottdiener, 1993:86). Ou seja,

no processo de produção industrial toma-se o cuidado de escolher a demanda trabalhadora menos problemática socialmente. Daí a necessidade de uma prévia análise locacional antes da instalação definitiva da empresa, que evidentemente, procura identificar as especificidades regionais mais adequadas ao seu perfil empresarial.

Seguindo uma análise marxista, Storper e Walker contribuíram, e de certa forma, complementaram a Teoria Ecológica ao "*articular as contradições e conflitos entre as forças de produção e as relações capitalistas de produção e reprodução*", no entanto, negligenciaram "*aspectos da hegemonia capitalista que administram a reprodução do trabalho a partir do sistema maior de organização sócio-espacial, isto é, de fora da fábrica*" (Gottdiener, 1993:89).

Como estes autores partem de uma abordagem econômica marxista, esperava-se que realizassem uma análise mais completa. Com razão, Gottdiener os critica devido sua visão unidimensional, ou seja, os autores mantiveram-se atrelados a uma análise interna das fábricas, como se as relações de emprego e de produção fossem apenas dentro da indústria e não se determinassem em contextos mais amplos das relações capitalistas.

Utilizando-se da abordagem econômica marxista da acumulação de capital para explicar as transformações espaciais, David Harvey, de um lado, enfoca o papel do capital financeiro e do Estado para a constituição da forma urbana, e de outro, Allen J. Scott, apoiado na teoria do "nexo da terra urbana" através da abordagem Neo-Ricardiana, busca um maior entendimento das relações capitalistas e sua natureza contraditória. Gottdiener, lembra que esta característica de Scott fez com que sua obra se aproximasse mais de Karl Marx do que a obra de Harvey.

Se por um lado, a obra de Harvey é limitada pela falta de especificação da relação entre espaço e Estado, por outro lado, consegue "*demonstrar como o esforço para acumular capital através da realização de mais-valia e de sua confrontação com o trabalho na luta de classes criou tanto uma estrutura social complexa com frações 'dentro' da classe capitalista quanto um relacionamento variável entre trabalho, capitalistas e o Estado*" (Gottdiener, 1993:95).

Harvey também contribuiu para o entendimento do espaço construído, situando-o no sistema de produção capitalista. Gottdiener explica que Harvey vinculou "*a luta de classes a aspectos mais fundamentais do desejo que tem o capital de socializar a força de trabalho industrial, de administrar o consumo coletivo e de buscar medidas intervencionistas keynesianas. (...) o meio urbano tornou-se um lugar criado para estimular o consumo e manter um alto nível de demanda efetiva dentro de um quadro*

sobrecarregado de dívidas" (1993:100). Nesse espaço urbano, a classe capitalista intervém através do Estado para evitar as crises de subconsumo.

Scott, por sua vez, levanta a teoria do nexos da terra urbana, segundo a qual a iniciativa privada controla o desenvolvimento da terra urbana e o Estado intervém para compensar a natureza irracional dos processos de mercado.

Ainda para Scott, a desigualdade do desenvolvimento urbano é algo interno ao processo de produção capitalista. Tal análise é limitada por sua concepção de Estado em nível de planejamento urbano. Isto, segundo Gottdiener, foi um erro fatal, pois nos Estados Unidos a atuação do Estado "*é mais uma questão de 'política pública e de regulação indireta do que de planejamento, embora, ao nível local, haja algum controle do uso da terra*". (1993:111)

Não poderíamos encerrar este item do artigo, sem antes registrar algumas críticas desenvolvidas por Gottdiener à Teoria Econômica Marxista nos Estados Unidos. Uma delas decorre do seu caráter funcionalista.

Ao empreenderem uma interpretação marxista do processo de produção urbana em substituição à ideologia ecológica, seus teóricos esbarraram num "funcionalismo endêmico". Isto quer dizer que trilharam os mesmos caminhos da abordagem ecológica, quando se fundamentaram em explicações predominantemente econômicas, compreendendo "*as causas por seus efeitos*". Tal fato pode ser relacionado ao discurso marxista pautado na asserção de que havia uma "conspiração" dos capitalistas contra a classe trabalhadora.

Enfim, limitavam-se ao raciocínio econômico que previa o crescimento econômico como tema básico para a análise do espaço urbano, então, mantinham-se presos a uma ideologia economicista.

Ainda, segundo Gottdiener, a abordagem marxista, embora tenha superado a análise convencional no tocante ao papel desempenhado pelo Estado na sociedade, foi imprecisa e deficiente, comprometendo o estudo dos fenômenos políticos no espaço urbano.

A Economia Política Marxista, mesmo com todos esses problemas, conseguiu promover uma análise mais verdadeira dos processos urbanos, principalmente em termos mais globais. Como Gottdiener lembra, isso foi mediado pela análise do processo de acumulação de capital e pelo conflito de classes.

Através da concentração de força de trabalho e de capital, a cidade pôde ser vista enquanto uma aglomeração, na qual se produzem e se concentram riquezas. Como também destacou Gottdiener: "*As mudanças sócio-espaciais na cidade*

são reguladas pela lógica da acumulação de capital e o resultado desse processo numa sociedade capitalista é o desenvolvimento desigual e injustiças sociais que são distribuídas tanto espacialmente quanto demograficamente". (1993:29)

Dessa maneira, a Economia Política Marxista, em que pesem suas limitações, contribuiu para o estudo da produção do espaço urbano. Isto veio remediar as lacunas deixadas pela ecologia urbana e, ainda, permitiu a abertura para o debate acerca das dinâmicas urbanas.

Uma vez traçado este rápido panorama dos paradigmas da Teoria Ecológica e da Economia Política Marxista, abordaremos no próximo item a pesquisa urbana no Brasil, traçando seu perfil geral a partir de suas bases paradigmáticas, na tentativa de entender e refletir sobre a orientação que vem tomando o estudo da investigação urbana brasileira.

3 A PESQUISA URBANA BRASILEIRA E O ESTUDO DA CIDADE

A geografia urbana brasileira foi fortemente influenciada pela produção francesa e, de certa forma, tem acompanhado com ritmos diferentes e, às vezes, com defasagens temporais, o debate realizado pelos pesquisadores deste país.

Christian Topalov tem trabalhado com a idéia da crise da pesquisa, ou nas próprias palavras do autor, a "*crise dos nossos conhecimentos*", quando considera que: o objeto da pesquisa urbana se dissipa, as instituições se esfacelam e os conceitos se esgotam (1988:5).

O quadro atual da pesquisa urbana francesa, traçado pelo autor, não é nada animador. Vê-se desaparecerem os objetos de estudos da pesquisa urbana, com a recessão das metrópoles, das regiões industriais, dos projetos planejadores, dos movimentos sociais, dos financiamentos do planejamento e da pesquisa urbana, dos modelos teóricos, ainda que se verifique um retorno ao positivismo. Assim, observa-se uma deflagrada crise dos objetos de estudo, e portanto, dos "saberes sobre a cidade".

Para Topalov (1991) há uma "crise urbana" porque também existe uma "crise econômica", uma "crise de desenvolvimento", e por isso, o próprio conhecimento está em crise. É fundamental para dar início aos nossos saberes admitir a dupla ilusão da "*ciência livre de amarras e a de uma política científica*" (Topalov, 1991)

Nesta perspectiva, a análise da pesquisa urbana deve continuar a ser realizada e repensada. Para a análise dos nossos saberes, abordaremos a produção geográfica brasileira sobre a cidade para fazer a reflexão da qual nos sugere Topalov.

A geografia tem produzido importantes trabalhos que têm contribuído para o estudo da cidade e do urbano³. Rica e vasta, assim podemos definir tal produção, e por essa razão parece-nos difícil a tarefa de resgatar e agrupar em uma única obra, toda a produção realizada pela geografia urbana brasileira. Tal proeza foi realizada por Abreu (1991), no texto intitulado *O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação*, no qual apresenta uma análise de grande parte da produção geográfica sobre a cidade. Utilizaremos tal obra para resgatar a produção geográfica brasileira.

Nos "primórdios" da geografia brasileira (início do século), a Escola Francesa (representante da Geografia Tradicional) influenciou notadamente nossa produção geográfica. Nomes como Pierre Monbeig, Pierre Deffontaines e Carlos Delgado de Carvalho tiveram um papel importante na construção de novas teorias e metodologias geográficas, ao romperem com os métodos enciclopédicos.

Monbeig, por exemplo, empregou o método das monografias urbanas, ao fazer a "síntese urbana", integrando dados físicos e humanos - sítio, posição, evolução histórica, fisionomia e estrutura, as funções urbanas e o raio de ação da cidade - uma nova forma de estudar as cidades.

De acordo com Abreu (1994), a Teoria Ecológica tentou penetrar no país com Donald Pierson, mas sem muito sucesso, pois concorreu na época (década de 40) com os métodos já difundidos por Monbeig, cuja base era predominantemente ideográfica. Pierson, por sua vez, tentava propor uma nova abordagem de caráter processual, como todo trabalho de origem ecológica. Tais propostas mostraram-se antagônicas, visto que, enquanto Monbeig buscava representar o peculiar e o único, Pierson buscava o geral e o uniforme.

Embora a proposta do sociólogo Pierson fosse tentadora, era contrária ao modelo de geografia que se implantara no Brasil no final da década de 30, e que se manteve até meados da década de 60.

A criação da AGB teve um papel de destaque na produção do conhecimento geográfico devido a suas práticas inovadoras. As periódicas assembléias permitiam a troca de experiências entre os geógrafos e os trabalhos de campo permitiam o desligamento com a geografia de gabinete.

Em 1956, com o XVIII Congresso Internacional de Geografia, renovou-se o ponto de vista e os métodos da geografia. Gradualmente, a atenção dos geógrafos

³ Para ilustrar melhor a produção da ciência urbana, construímos um quadro que reúne o perfil da pesquisa urbana desde a década de 1940, que pode ser encontrado ao final deste artigo.

deslocou-se para o estudo da organização interna das cidades (suas relações de fixos e fluxos) e da dinâmica de estruturação do espaço metropolitano.

Contribuíram para essa mudança a transferência da capital brasileira em 1960 para Brasília, a transformação da base econômica do país, indicando a necessidade de estudar as novas relações entre fixos e fluxos, bem como as novas formas de organização interna das cidades. Essas novas determinações, impostas pelas mudanças mais amplas, permitiram à geografia urbana brasileira deixar de realizar estudos do tipo padrão, o que representou um amadurecimento da geografia.

A geografia tradicional presente até 1960, com a Escola Francesa, deixou um legado extenso sobre o conhecimento das cidades brasileiras. A renovação do pensamento geográfico, a partir de 1960, gerou posturas niilistas, ainda que minoritárias, em relação à geografia tradicional, que pretenderam reduzir a zero o trabalho de mais de quarenta anos.

Assim, os anos 60 representaram um período de transição na produção geográfica brasileira, que até então, tinha um cunho descritivo, pois se limitava à aparência de casos individuais.

A proposta empirista-naturalista contribuiu para o avanço teórico e conceitual na geografia. Categorias como a paisagem, região, território e espaço voltaram a ser estudadas com trabalhos de qualidade.

A retomada da Teoria Ecológica, principalmente do seu enfoque geral e uniforme, tomou o lugar do particular e único da Escola Tradicional de Geografia. E deste modo, a Teoria Ecológica foi resgatada pelos pesquisadores dos anos 70.

Este período representou também a recuperação de elementos conceituais da Ecologia Urbana, embora se destaque muito mais o uso dos procedimentos metodológicos atinentes a esse paradigma.

Nesta fase de produção geográfica alguns nomes destacam-se na Geografia Quantitativa, como lembra Vasconcelos (1994): Speridião Faissol, Sylvio B. M. Silva, Christine N. Silva e Sônia O. Leão. Esta fase geográfica foi acompanhada de perto pelo IBGE, que encomendava muitos trabalhos de interesse para as políticas estatais de planejamento.

A partir de 1960, a revolução quantitativa apregou a preocupação da aplicabilidade da geografia, dando "linguagem científica", a fim de lhe oferecer o status científico. A produção geográfica sobre a cidade, realizada sob esse prisma, tinha uma preocupação com o planejamento urbano. Alguns temas trabalhados, já na década de 1970, foram: hinterlândias e redes urbanas, pólos de crescimento,

centralidade urbana, fluxos interurbanos e inter-regionais, regionalização, geralmente apoiados nos censos de 1970. Havia a busca por padrões espaciais de distribuição de fenômenos no espaço urbano.

A Revolução Neopositivista na geografia urbana brasileira esteve ligada ao planejamento estatal e ao estado autoritário, quando este entra em crise (regime militar), leva junto a "geografia quantitativa". O início dos anos 70 vive a crise da geografia.

A opção pelo paradigma teórico-quantitativo, de influência anglo-saxônica, resultou num certo abandono do estudo das cidades de forma particular, voltando-se para a análise urbano-regional dos estudos sistêmicos das cidades, utilizando-se para isto métodos estatísticos.

Após o período de crise, os novos tempos da geografia urbana são marcados pela chamada geografia crítica ou geografia de denúncia. Esse novo período contempla trabalhos que visam relacionar o processo social com as formas espaciais, de modo a tornar a geografia mais analítica do que descritiva. O espaço é encarado como produto resultado do trabalho do homem, portanto, um produto material-social.

Na entrada da década de 80, a geografia dá maior ênfase aos estudos dos conflitos de classes, interessa-se pela discussão das condições sócio-espaciais que permitem o direito à cidade e se preocupa com as relações de produção que os homens estabelecem em cada momento.

O caráter eminentemente economicista da abordagem Econômica Política Marxista, do qual Gottdiener critica, também está presente nas obras brasileiras na fase que Abreu assim como outros autores classificam de Geografia Crítica. Além desse aspecto, a pesquisa teórica em geografia, ao buscar a teorização e, principalmente, a essência "está perdendo muitas vezes o caminho de volta à aparência, negando-se então a relação dialética que se estabelece entre as duas". (Abreu, 1994: 279)

Pelo que foi descrito da produção urbana brasileira, podemos dizer que esta tem se caracterizado por uma evolução de sua base teórico-metodológica. E a história tem mostrado que são nos períodos de crises que a ciência se fortalece e dá grandes avanços em suas metodologias e análises, pois novos horizontes se formam. Como o próprio Topalov reconhece sempre *resta a crença*.

O perfil aqui esboçado procurou situar a pesquisa e o pensamento urbano geográfico brasileiro a partir de suas muitas influências externas. A história da geografia urbana apresenta-se dividida em três fases: Geografia Tradicional ou Clássica, Geografia Neopositivista ou Quantitativa e Geografia Crítica, cujas influências sofridas

orientaram cada postura paradigmática adotada. Se de um lado cada fase contribuiu para a compreensão da cidade e sociedade, de outro deixou lacunas que aguardam ser preenchidas por uma análise geográfica menos reducionista.

SÍNTESE DAS PRINCIPAIS TENDÊNCIAS DA PESQUISA URBANA*

PERÍODO	BASE PARADIGMÁTICA	PRÁTICAS METODOLÓGICAS PREDOMINANTES	OUTRAS CORRENTES (OU) DOCTRINAS	PRINCIPAIS TEMAS DE PESQUISAS	AUTORES REFERENCIAIS
1940-60	Positivismo	- Empirismo - Metodologia Monbegiana (Monografia Urbana) - Reuniões Científicas - Trabalho de Campo	- Determinismo - Funcionalismo - Naturalismo - Possibilismo	- Abastecimento Urbano - Centro e Subúrbio - Fluxos - História e Estrutura da cidade (Estudo do Núcleo Urbano) - Metropolição - Organização Interna da Cidade	- Aroldo de Azevedo - Pierre Deffontaines - Delgado de Carvalho - José R. de Araújo Filho - Vidal de La Blache - Nice Lecocq Müller
1960-70	Neopositivismo	- Caráter linear e Determinista - Empirismo-Naturalista - Fetichização do Espaço - Método Hipotético Dedutivo - Quantitativa	- Ecologia Humana Neoclássica - Neoliberalismo - Marxismo - Positivismo	- Aglomerados metropolitanos - Centralidade Urbana - Fluxos Interurbanos e Inter-Regionais - Hinterlândia - Industrialização - Pólo de Crescimento - Questões Sociais - Redes Urbanas - Regionalização e Mobilidade Espacial - Shopping Centers	- David Harvey - Jean Lojkin - Manuel Castells - Milton Santos - Pedro Pinches Geiger - Roberto Lobato Corrêa
1983-89	Materialismos Histórico e Dialético	- Percepção Comportamental - Ênfase Teórica - Epistemologia Analítica (Monografia Urbana) - Reuniões Científicas - Trabalho de Campo	- Marxismo Estruturalista - Neoliberalismo - Semiologia Urbana - Neoliberalismo	- Agentes da Produção do Espaço Urbano - Degradação Ambiental - Dinâmica do Espaço Urbano - Direito à Cidade - Expansão Territorial - Movimentos Sociais Urbanos - Shopping Centers	- Amelia Damiani - Ana Fani A. Carlos - Arlete M. Rodrigues - Ariovaldo U. de Oliveira - David Harvey - Henri Lefebvre - Jean Lojkin - Manuel Castells - Maria E. Beltrão Sposito - Mauricio De Abreu - Milton Santos - Odete Seabra - Roberto Lobato Corrêa - Silvana Pintaudi

Com base em:

ABREU, M. A. O Estudo Geográfico da Cidade no Brasil: evolução e avaliação - contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). *Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano*. São Paulo: EDUSP, 1994. p. 199 - 322.

CORAGGIO, J.L. Dilemas da Investigação Urbana a partir de uma Perspectiva Popular na América Latina. In: *Espaço & Debates*, nº 23, p. 50-67, 1988.

TOPALOV, C. Fazer a História da Pesquisa Urbana: a experiência francesa desde 1965. In: *Espaço & Debates*, nº 23, p 5-30, 1988

Organizadores: Aparecida Simoni Alves de Carvalho, Eduardo Augusto Wernek Ribeiro e Tânia Bovolato.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Mauricio de Almeida. O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação - contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: Edusp, 1994, p. 199-322.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. Trad.: Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Edusp, 1993. 310p.

TOPALOV, Christian. Fazer a história da pesquisa urbana: a experiência francesa desde 1965. In: **Espaço & Debates**, n. 23, p. 5-30, 1988.

_____. Os saberes sobre a cidade: tempos de crise?. In: **Espaço & Debates**, n.34, 1991.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. A cidade da geografia no Brasil. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: Edusp, 1994, p. 63-78.

POR UMA HISTÓRIA ECOLÓGICA DA PAISAGEM

Messias Modesto dos PASSOS¹

Resumo: Abrir a história das paisagens rurais por um quadro geográfico é supor o problema ecológico resolvido. É mumificar um espaço artificialmente estabilizado no tempo e delimitar no espaço; senão falsificar, ao menos embaraçar de pressupostos a análise das relações históricas entre as comunidades do campo e os meios físicos, é finalmente congelar o movimento da natureza e da história, quando o que se precisa é colocá-lo em evidência. A evolução histórica das paisagens, regra geral, é negligenciada pelos ecologistas – pouco familiarizados com os fatos e os documentos históricos –; pelos historiadores que, com raríssimas exceções, não interpretam os documentos relativos ao meio “natural”, e pelos geomorfólogos, que enfatizam mais o conhecimento dos meios quaternários em detrimento da dinâmica atual das paisagens, ou seja, ignoram o período histórico. O espaço rural é uma criação humana permanente, que depende não somente das populações camponesas que o cultivam e que nele vivem, mas também de uma parte da burguesia urbana que detém o domínio político e imobiliário. Mas o espaço rural não existe fora das condições naturais. Ele é uma realidade ecológica.

Palavras-chave: Eco-história, paisagem rural, determinismo, possibilismo, sociedade, natureza.

1 INTRODUÇÃO

A paisagem ocupou e ocupa um lugar todo particular no campo da geografia. No entanto, o seu conceito dividiu e divide os geógrafos. Ele opõe os que têm a geografia como ciência da paisagem àqueles para os quais a paisagem é uma noção vazia, negativa...

A paisagem considerada como objeto central da geografia data dos anos 1920, após a concepção de uma geografia centrada sobre as relações entre as sociedades

¹ Professor do Departamento de Geografia da FCT/UNESP/Presidente Prudente; Coordenador, junto à UNESP, do Projeto GEOIDE (Geografia Investigação para o Desenvolvimento) apoiado pelo Programa ALFA (América Latina Formação Acadêmica) da Comunidade Européia; Atualmente, coordena também, o Projeto “Mato Grosso: do Atlântico ao Pacífico”, com auxílio do CNPq. Endereço para Correspondência: Departamento de Geografia, Caixa Postal: 957. Presidente Prudente (SP). CEP. 19060-900. Tel. (018) 221-5388; FAX (018) 223-2227. E-Mail: passos@stetnet.com.br

CORAGGIO, J.L. Dilemas da Investigação Urbana a partir de uma Perspectiva Popular na América Latina. In: *Espaço & Debates*, nº 23, p. 50-67, 1988.

TOPALOV, C. Fazer a História da Pesquisa Urbana: a experiência francesa desde 1965. In: *Espaço & Debates*, nº 23, p 5-30, 1988

Organizadores: Aparecida Simoni Alves de Carvalho, Eduardo Augusto Wernek Ribeiro e Tânia Bovolato .

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Mauricio de Almeida. O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação - contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: Edusp, 1994, p. 199-322.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. Trad.: Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Edusp, 1993. 310p.

TOPALOV, Christian. Fazer a história da pesquisa urbana: a experiência francesa desde 1965. In: **Espaço & Debates**, n. 23, p. 5-30, 1988.

_____. Os saberes sobre a cidade: tempos de crise?. In: **Espaço & Debates**, n.34, 1991.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. A cidade da geografia no Brasil. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: Edusp, 1994, p. 63-78.

POR UMA HISTÓRIA ECOLÓGICA DA PAISAGEM

Messias Modesto dos PASSOS¹

Resumo: Abrir a história das paisagens rurais por um quadro geográfico é supor o problema ecológico resolvido. É mumificar um espaço artificialmente estabilizado no tempo e delimitar no espaço; senão falsificar, ao menos embaraçar de pressupostos a análise das relações históricas entre as comunidades do campo e os meios físicos, é finalmente congelar o movimento da natureza e da história, quando o que se precisa é colocá-lo em evidência. A evolução histórica das paisagens, regra geral, é negligenciada pelos ecologistas – pouco familiarizados com os fatos e os documentos históricos –; pelos historiadores que, com raríssimas exceções, não interpretam os documentos relativos ao meio “natural”, e pelos geomorfólogos, que enfatizam mais o conhecimento dos meios quaternários em detrimento da dinâmica atual das paisagens, ou seja, ignoram o período histórico. O espaço rural é uma criação humana permanente, que depende não somente das populações campesinas que o cultivam e que nele vivem, mas também de uma parte da burguesia urbana que detém o domínio político e imobiliário. Mas o espaço rural não existe fora das condições naturais. Ele é uma realidade ecológica.

Palavras-chave: Eco-história, paisagem rural, determinismo, possibilismo, sociedade, natureza.

1 INTRODUÇÃO

A paisagem ocupou e ocupa um lugar todo particular no campo da geografia. No entanto, o seu conceito dividiu e divide os geógrafos. Ele opõe os que têm a geografia como ciência da paisagem àqueles para os quais a paisagem é uma noção vazia, negativa...

A paisagem considerada como objeto central da geografia data dos anos 1920, após a concepção de uma geografia centrada sobre as relações entre as sociedades

¹ Professor do Departamento de Geografia da FCT/UNESP/Presidente Prudente; Coordenador, junto à UNESP, do Projeto GEOIDE (Geografia Investigação para o Desenvolvimento) apoiado pelo Programa ALFA (América Latina Formação Acadêmica) da Comunidade Européia; Atualmente, coordena também o Projeto “Mato Grosso: do Atlântico ao Pacífico”, com auxílio do CNPq. Endereço para Correspondência: Departamento de Geografia. Caixa Postal: 957. Presidente Prudente (SP). CEP. 19060-900. Tel. (018) 221-5388; FAX (018) 223-2227. E-Mail: passos@stetnet.com.br

e seu meio ambiente natural. Em 1913, Max Sorre escrevia: "Nós diríamos com prazer que toda a geografia está na análise das paisagens". Em 1928, KARL TROLL, geógrafo físico alemão, afirmava: "o conteúdo visível da paisagem determina o conteúdo da geografia moderna".

Entre as duas Grandes Guerras e até os anos 1960, a paisagem estava presente nas publicações dos geógrafos. No entanto, com o desenvolvimento da geografia da percepção, a ciência da paisagem foi exposta a muitas críticas. O olhar colocado sobre as paisagens é às vezes subjetivo e plural. A realidade paisagística é percebida por observadores de um lugar, de um tempo, de uma cultura e ela é objeto de uma apresentação que é uma representação. Se aceitamos a frase de ROGER BRUNET: "não há olhar "objetivo" sobre um objeto tão complexo como a paisagem", então a paisagem não pode ser objeto de análise geográfica. A paisagem não existe em si, ela é um olhar particular sobre um fragmento da realidade geográfica, uma "invenção" histórica e cultural.

O conceito de paisagem conhece uma reabilitação a partir dos anos 1970, graças a novas sensibilidades, novas curiosidades e a contextos particularmente favoráveis.

A paisagem é considerada como um conceito global, do qual tem necessidade uma geografia física "desvalorizada", que julga o conceito de "meio natural" envelhecido. Os arquitetos, os urbanistas têm igualmente renovado o olhar sobre as paisagens urbanas da qual eles foram os criadores. A revolução das fontes de dados contribuiu para revalorizar as paisagens, principalmente a generalização das fotografias aéreas e sobretudo as imagens transmitidas pelos satélites.

A tomada de consciência das agressões cujas paisagens são vítimas suscitou uma literatura destinada a mexer e a alertar um grande público: se evocou a "morte das paisagens". Em alguns anos, a literatura sobre a paisagem explodiu. Beneficiando-se das modas da nossa época, a paisagem tornou-se um conceito interdisciplinar. Ampliado ao conjunto das ciências humanas, ela adquiriu novas dimensões, novos significados. Mas esta utilização "polifônica" não contribuiu para uma definição mais precisa do seu conteúdo.

2 A HERANÇA VIDALIANA

Desde Paul Vidal de la Blache e seu minucioso historiador L. Febvre, que tudo parece já ter sido dito a respeito dos caracteres geográficos das paisagens rurais francesas e sobre as relações históricas existentes entre os camponeses e o espaço

cultivado por eles. Todavia, devemos recusar a atitude clássica e cômoda que consiste em folhear, sob forma de um quadro², uma introdução geográfica a uma obra histórica. Na verdade, o quadro geográfico foi ao mesmo tempo a consequência e a causa de uma concepção bloqueada das relações entre o homem e o meio.

Abrir a história das paisagens rurais por um quadro geográfico é supor o problema ecológico resolvido. É mumificar um espaço artificialmente estabilizado no tempo e delimitar no espaço; senão falsificar, ao menos embaraçar de pressupostos a análise das relações históricas entre as comunidades do campo e os meios físicos, é finalmente congelar o movimento da natureza e da história quando o que se precisa é colocá-lo em evidência. O quadro também supõe, implicitamente a escolha de uma escala espacial de estudo. Os geógrafos clássicos tomaram como base as "regiões naturais" ou "as regiões geográficas". Mas existem outros níveis espaciais, nos quais a função econômica e social variou ao longo da história (parcela cadastral, exploração e propriedade agrícola, território, comuna, etc.). Enfim, os progressos recentes, mas separados, obtidos pelas ciências naturais e históricas levantaram a questão das relações entre os feitos humanos e os feitos ecológicos, às vezes mais abertos, outras mais exatos, de qualquer forma menos simples que há meio século atrás.

A interpretação histórica do fator natural nas relações com a sociedade e a estrutura agrária fica, pois, o problema mais mal elucidado, o mais raramente abordado e sobretudo o mais mal colocado de toda a história rural. Falta curiosamente uma "dimensão ecológica" a esta história que aliás é largamente aberta sobre outras disciplinas tais como a economia, etnologia, antropologia, etc. A pesquisa histórica sobre as florestas, as pastagens, os agrossistemas, fica, salvo exceções, presa à finalidade econômica e jurídica. A floresta só interessa ao historiador quando a mesma é eliminada ou preservada. Mas a maioria dos historiadores fica indiferente a estes problemas, cegos diante das informações ecológicas, é um verdadeiro disparate e difícil de interpretar, o que contém os documentos dos antigos³.

² A escola geográfica francesa-vidaliana usou e abusou da descrição, para ressaltar os traços singulares da paisagem, no intuito de delimitar e caracterizar a região geográfica. Na abordagem vidaliana, o estudo da paisagem repousa sobre um quadro rigoroso à base de análises históricas, de referências geológicas e climáticas, de pesquisas pessoais sobre os relevos, enfim, sobre pesquisas e cálculos estatísticos.

³ ALENCASTRE J.M.PEREIRA DE, relata os desastres ambientais ocorridos na capitania de Goiás durante o século XVIII, chamando atenção, por exemplo, para o período de 1776 a 1782 quando observase "três anos de secas seguidos de três anos de chuvas diluviais" cujos impactos foram catastróficos para a sobrevivência dos garimpos de ouro da província.

Esta lacuna não é fortuita. Ela está ligada diretamente ao espírito da escola histórica e da escola geográfica francesa. Existe uma inibição tradicional da história face aos problemas naturais que ela considera como domínio dos geógrafos. Trata-se de uma atitude que vai além de uma simples questão de divisão do saber. É uma posição de princípio que emerge da lógica interna de um sistema de pensamento. Uma vez que o homem domina a natureza - é o primeiro sentido do "possibilismo" que se difundiu entre os historiadores - o meio natural não constitui um fator determinante da evolução humana. Assim, "*a grande maioria dos historiadores se isolou na alternativa brilhante e confortável, mas pouco científica de L. Febvre que, esquematizando o pensamento de P. Vidal de La Blache, colocou em oposição o possibilismo humano ao determinismo natural. Dramatizando as relações do homem e da natureza, esclerosou-se a reflexão e a pesquisa neste domínio*", como observa BERTRAND, G, 1975, p. 38.

Dessa forma, as ligações privilegiadas entre a história e a geografia, tão fecundas há meio século, perderam progressivamente seu interesse e estão normalmente distendidas: é um efeito de evolução própria da geografia física que foi submergida pelas pesquisas geomorfológicas e que, desta maneira, ficou muito desequilibrada e sobretudo muito setorial, perdendo contato com os problemas humanos. Falta à geografia moderna esta visão global e diretamente explicativa dos fenômenos naturais e de suas interações, assim como uma orientação francamente biológica. Ora, estas características constituem mesmo os fundamentos da ecologia moderna. O nosso objetivo é chamar a atenção para as perspectivas que a Ecologia pode oferecer para os estudos históricos das paisagens. Ou seja, o encontro da Ecologia com a História, oferece uma nova abordagem à qual se dá o nome de Eco-História. As transformações históricas e a dinâmica atual da paisagem devem ser abordadas a partir de uma análise integrada, com ênfase às relações existentes entre os elementos, isto é, com ênfase aos processos determinantes da construção paisagística.

3 A ECO-HISTÓRIA

A evolução histórica das paisagens, regra geral, é negligenciada pelos ecologistas - pouco familiarizados com os fatos e os documentos históricos -; pelos historiadores que, com raríssimas exceções, não interpretam os documentos relativos ao meio "natural", e pelos geomorfólogos, que enfatizam mais o conhecimento dos meios quaternários em detrimento da dinâmica atual das paisagens, ou seja, ignoram o período histórico.

Nesse sentido, lembramos que a paisagem é produzida historicamente pelos homens, segundo a sua organização social, o seu grau de cultura, o seu aparato tecnológico...

A paisagem integra, pois, o homem, ou mais precisamente, a sociedade considerada como agente natural. A ciência da paisagem ignora a ruptura entre Geografia Física e Geografia Humana. A paisagem é reflexo da organização social e de condições "naturais" particulares. A paisagem é, portanto, um espaço em três dimensões: "natural", social e histórica.

É bom lembrar que os teóricos da Ciência da Paisagem, ao proporem a análise da **ação antrópica**, como um elemento da síntese paisagística, empregaram esse conceito para expressar as transformações da paisagem resultante da ação do homem como coletivo social. Com o passar do tempo, mercê da divulgação da mídia (e do "esforço de conscientização" da opinião pública) e dos desastres ecológicos ocasionados pela atividade humana, o termo "ação antrópica" adquiriu um sentido pejorativo. Assim, quando em um texto de Geografia ou de Ecologia, fala-se de "ação antrópica", se dá uma conotação negativa generalizada a todas as mudanças ambientais. Por outro lado, é verdade que no conceito de "ação antrópica", não se contemplam, regra geral, as mudanças paisagísticas introduzidas pela "desumanização", isto é, pelo relaxamento das atividades humanas ou por seu total desaparecimento.

Com esta reflexão, não estamos propondo que o geógrafo, como profissional do conhecimento espacial, reprima sua capacidade de crítica e de avaliação das atividades desenvolvidas pelo coletivo social. O que pensamos a respeito é que, para julgar a intervenção do homem sobre o meio, é necessário se conhecer bem todas as circunstâncias que promoveram essa intervenção, sobretudo, com uma perspectiva temporal, isto é **HISTÓRICA**.

Um estudo ecológico com finalidade histórica parece, ainda em nossos dias, apostar mais nos ecologistas que nos historiadores. Certamente existe o exemplo radiante de Max Sorre ou de E. Le. Roy Ladurie, etc. Mas não se trata de experiência sem amanhã? Todavia o problema do meio natural foi colocado, e sente-se agora, por toda parte, a necessidade de uma explicação, mesmo incompleta e imperfeita. É preciso reunir a documentação disponível que é pouco abundante, heteróclita (singular, excêntrica) e muito dispersa. Antes de tudo é preciso persuadir os historiadores, os ecologistas e os geógrafos que se deve abrir um novo campo de reflexão e de investigação interdisciplinar.

A tentativa exige, senão a elaboração de um método específico, pelo menos substituir um certo número de princípios. No estudo sobre o "clima desde o

ano mil” E. Le Roy Ladurie estabeleceu uma ruptura epistemológica entre, de uma parte, o “estudo climático do tipo histórico, de outra parte o “estudo humano do clima”. Este cuidado com a finalidade é essencial. BERTRAND, G, (1973), propõe 4 níveis de resolução para a abordagem da problemática histórico ecológica:

1. **estudo dos meios naturais tal como se apresentam atualmente, isto é, profundamente modificados pelas sociedades humanas.** Esse estudo não coloca problemas particulares na medida em que se apóia sobre métodos geográficos e ecológicos habituais. Apesar de se interessar diretamente só pela história rural mais contemporânea, constitui a única base de saída segura;
2. **estudo das flutuações naturais de certos elementos do meio natural tomado isoladamente.** É o exemplo do estudo da história do clima realizado por Ladurie, ou de pesquisas muito localizadas sobre certas espécies ou formações vegetais (análise de pólen ou de carvão de bosque). Este estudo fornece informações preciosas, mas muito dispersas e que nem sempre estão em concordância entre si;
3. **estudo das flutuações dos meios naturais decorrentes das intervenções humanas** (roçada, equipamentos hidráulicos, erosão dos solos, reflorestamento, etc.). Esses aspectos são geralmente evocados pelos historiadores. Analisam em detalhe os aspectos econômicos, sociais e jurídicos, mas não sabem geralmente tirar partido dos dados ecológicos propriamente ditos por falta de formação naturalista. Uma fonte muito rica de informações históricas relativas às mudanças ambientais resultantes das relações sociedade-natureza encontra-se na coleção “Reconquista do Brasil”, elaborada a partir da contribuição dos viajantes que percorreram parte significativa do território brasileiro no início do século XIX (Martius, St. Hillaire, Spix, Langsdorff...). Por outro lado, um ecologista dificilmente poderá utilizar o trabalho de um historiador porque a documentação ecológica não foi nem reunida, nem elaborada, nem, sobretudo, criticada no plano histórico⁴. De seu lado, os ecologistas freqüentemente negligenciam, sem entretanto o ignorar, o aspecto histórico de suas pesquisas;
4. **estudo das relações dialéticas entre a evolução das sociedades rurais e a evolução dos meios aparece, então, dentro de toda sua complexidade.** Em suma, trata-se de premiar um edifício do qual partes inteiras ainda não estão construídas. A principal dificuldade é ter que debater a todo momento problemas que tratam

⁴ PASCAL ACOT, *História da Ecologia*, Editora Campus, 1990, preenche de certa forma essa lacuna e, sobretudo, revela a importância e a pertinência de estudos sobre a história das ciências, no caso a Ecologia.

domínios diferentes (ecológicos, agrônômicos, físicos, sociológicos) e que, ficam sem resposta dentro de suas respectivas categorias.

Adotaremos uma atitude mais clássica, limitando esta reflexão a uma tentativa de apreender mais globalmente a paisagem na sua dimensão “sócio-ecológica”. O termo “ecológico” sendo compreendido numa perspectiva histórica que é aquele do estudo das relações entre as sociedades sucessivas e os espaços geográficos que elas transformaram para produzir, habitar e sonhar. Não temos a pretensão de elaborar, nesse momento, uma eco-história do Sudoeste Paulista. No entanto, a exposição teórica se sustentará em exemplos tirados do processo de ocupação dessa parcela do território paulista.

4 A PAISAGEM: UM PROCESSO. PRODUTO DA HISTÓRIA SOCIAL

O espaço rural, no sentido amplo, é o meio natural organizado para a produção agrícola, animal ou vegetal, pelos grupos humanos que fundam sobre sua totalidade, ou parcela, sua vida econômica e social.

Em primeira análise, o espaço rural é, pois, uma criação humana permanente, que depende não somente das populações camponesas que o cultivam e que nele vivem, mas também de uma parte da burguesia urbana que detém o domínio político e imobiliário.

Mas o espaço rural não existe fora das condições naturais. Ele é uma realidade ecológica. Por definição ele comporta uma parte maior de elementos naturais ou diretamente derivados do meio natural: relevo, clima, solo, águas, vegetais, animais. Todavia, seus componentes naturais não podem ser impostos como uma dádiva prévia, mas como uma realidade vivida, às vezes dominante às vezes dominada, combatida e utilizada do interior de uma organização social e econômica. A análise ecológica situa-se obrigatoriamente à jusante do fato humano. É por tê-lo esquecido, ou pelo menos negligenciado, que muitos estudos ecológicos ou geográficos não apresentam mais que um pequeno interesse pela história ou pela geografia rural.

O espaço rural só pode ser apreendido globalmente. É um conjunto, onde os elementos naturais se combinam dialeticamente com os elementos humanos. De um lado, ele forma uma “estrutura” na qual a parte aparente é a “paisagem rural” no sentido banal do termo (parcela agrícola, terra, represa, floresta...); de outro lado, constitui um “sistema” que evolui sob a ação combinada dos agentes e dos processos físicos e humanos. Desta forma, quando analisamos a ecologia do espaço rural, é preciso ter consciência de que não examinamos uma parte de um todo. A ecologia por

sua vez deve, pois, ser tratada no seu ambiente sócio-econômico e na sua perspectiva histórica.

Todavia, não se pode abordar o estudo ecológico propriamente dito sem ter a precaução de assegurar suas bases, ou seja, discutir, criticar e exorcizar, um certo número de idéias pré concebidas, de noções confusas, de pseudo conceitos de ordem geográfica ou ecológica que encobrem os trabalhos dos historiadores e paralisam o seu espírito de análise. Entre as heranças particularmente nefastas, tomou-se primeiramente o conceito de meio natural, seguido do problema do possibilismo e do determinismo.

5 NÃO EXISTE MAIS MEIO NATURAL

O “meio natural” ou “espaço físico” deixa para o historiador uma noção confusa e muito genérica carregada de forças misteriosas e terríveis, onde o geógrafo seria um intercessor obrigatório, mas do qual se desconfia, apesar de tudo. Os exorcismos de L. Febvre contribuíram, no seu tempo e à sua maneira, para esclarecer a situação, mas eles também reforçaram, como já vimos, a separação do saber tão prejudicial aos estudos rurais. Mais recentemente, F. Braudel e E. Le Roy Ladurie, desordenaram algumas idéias formadas e, por exemplo, inserindo as sociedades e os problemas mediterrâneos no seu ambiente natural. Eles reclamaram da parte dos historiadores mais iniciativa e mais rigor na análise do fator ecológico. Com efeito, toda evolução neste domínio passa pela aquisição de um certo número de conceitos da ecologia moderna.

Para o ecologista, o “meio”⁵ é o ambiente físico-químico de um ser vivo ou de uma comunidade de seres vivos com o qual os últimos estabelecem trocas permanentes de matéria e de energia. Como o indica de outra parte a etimologia, o meio natural se define com relação a um objeto, vegetal ou animal. Na maior parte dos trabalhos clássicos de ecologia, trata-se de uma planta ou de uma comunidade de plantas (floresta, cerrado). Com efeito, a ecologia moderna é essencialmente uma fitogeografia: as plantas são mais cômodas a manipular, mais bem conhecidas, estreitamente dependentes de um meio homogêneo, enquanto que os animais são mais diversificados, menos bem repartidos e ainda mais móveis. Esta orientação estritamente

⁵ O meio é, etimologicamente, o que se encontra no centro do espaço. Todavia o termo designa a noção inversa, isto é, o entorno, o que circunda o centro. É neste sentido que o geógrafo o emprega, subentendendo geralmente que é o homem que ocupa o centro do “meio geográfico”. *Les milieux “naturels” du globe*. J. DEMANGEOT. Masson, p. 10.

vegetal da ecologia “naturalista”, por mais cômoda que ela seja, é muito restrita para nosso propósito. Sobretudo ela coloca um problema de finalidade.

Do ponto de vista das comunidades rurais, o “meio natural” é, numa primeira aproximação, o conjunto dos elementos “naturais”: relevo, clima, águas, solo, vegetação, fauna, que concorrem para a estruturação do espaço rural.

A existência do “meio” está ligada ao equilíbrio entre todos os elementos que o compõem. Mas só se pode falar de um equilíbrio instável, evolutivo. Quando o equilíbrio atinge seu mais alto nível, ou seja quando o “potencial” abiótico está inteiramente saturado pela exploração biológica (não existe mais lugar para se tomar para os seres vivos exteriores à combinação), diz-se que o meio está em estado de “clímax” (em grego: o mais alto nível da escala). O conceito de clímax, ou de equilíbrio climático, é a base de toda a interpretação ecológica quando se trata de caracterizar a dinâmica dos meios naturais. Ao menos em teoria, o clímax é assimilado ao ponto de partida da evolução dos meios. Dessa forma, ele representa para nosso meio natural no sentido mais estreito do termo, o ambiente ecológico “primário” não modificado pelo homem. O clímax é pois um postulado cômodo para a análise histórica do espaço natural.

O espaço rural não dever estar em oposição ao meio natural. Um sucede o outro. Mas se o meio natural não existe mais, o espaço rural comporta importantes elementos naturais. Estes últimos não formam uma estrutura da evolução autônoma, mas participam da dinâmica do conjunto do espaço rural. Todavia, em uma primeira aproximação, é preciso distinguir vários tipos de combinações.

Se não há mais meio natural no que diz respeito a estrutura e sistema independente, os elementos naturais e seus mecanismos próprios participam sempre na formação e no dinamismo do espaço rural (exceto o caso limitado de cultura inteiramente artificial, sob estufa por exemplo). Esta realidade ecológica não tem, pois, existência fora do espaço rural e das organizações humanas. O problema essencial é saber qual lugar ela ocupa na combinação rural. Aqui se tropeça, obrigatoriamente, sobre a questão do determinismo.

6 UMA FALSA ALTERNATIVA: POSSIBILISMO OU DETERMINISMO?

No final do século XIX, o problema do possibilismo foi colocado no centro do debate geográfico, e parece ter ficado para muitos historiadores. Ora, o humanismo vidaliano intervindo em nome da “liberdade” humana só pode ser compreendido no ambiente científico e político da época. Trata-se de reagir contra a

ecologia alemã nascente, ainda simplista sobre o plano científico e sobretudo carregado de subentendido ético e políticos (de onde vêm certas bases “científicas” do racismo nazista). **Se Vidal de la Blache combateu o determinismo ecológico de Haeckel, ele jamais lançou as bases de uma teoria contraditória.** Ele simplesmente, com a ajuda de exemplos precisos, mostrou que grandes civilizações, passadas ou atuais, desenvolveram-se independentemente dos meios naturais, onde elas desabrocham, mas utilizando os elementos naturais. O esquema possibilista foi vulgarizado por L. Febvre, eco amplificador, mas também deformador, do pensamento vidaliano. Certamente, durante meio século, o “possibilismo” (pelo menos a atitude que aqui corresponde) parece ter feito suas provas na medida onde ele constitui uma das pedras angulares da interpretação histórica e também geográfica. Nas grandes teses de geografia regional da primeira metade do século XX, a análise das relações entre as sociedades humanas e as condições naturais é conduzida com muita lógica no interior desse sistema de pensamento que permite várias interpretações.

São justamente essas interpretações que marcam os limites científicos do possibilismo. Trata-se com efeito da aplicação “literária” de um princípio filosófico vago, tipo de atitude de espírito no qual o humanismo *a priori* serve em qualquer tipo de caução moral. Da tomada de posição, não formalizada de Vidal de la Blache, contra uma teoria débil e perigosa, os historiadores passaram para um tipo de posição a princípio pouco refletida e pesadamente cunhada do que se pode considerar, com certo cuidado, como uma “fuga” elegante diante das responsabilidades. O possibilismo tal qual se pratica não é mais para o historiador ou para o geógrafo que uma forma de evitar o problema das relações entre as sociedades humanas e os meios naturais, os inconvenientes são de uma excepcional gravidade.

Do possibilismo filosófico ao determinismo científico. O possibilismo não é outra coisa se não a forma “científica” do laxismo. Por exemplo, afirma-se de um lado, que a “policultura aquitana é uma garantia contra as incertezas do clima”, de outro, que as culturas frutíferas do vale do Rhône só puderam desenvolver-se graças à implantação da rede ferroviária. Estas afirmações contraditórias no seu princípio não são falsas, mas elas não são mais exatas: elas são indiferentes, porque elas colocam cada problema ecológico a um nível diferente, o que permite tomar a hipótese que se deseja, conscientemente ou não. Levar em conta o fator ecológico, por sua falta de rigor, veio como facultativo e marginal: confiamo-la ao geógrafo que geralmente não é melhor armado para decidir o debate.

Sobretudo, o erro fundamental foi o de confundir os níveis de resolução e de aplicar, diretamente, um princípio quase metafísico à análise de um caso histórico, limitado pela definição no tempo e no espaço: Não se discute o “possibilismo” da mesma maneira, à escala da espécie humana e à escala de uma comunidade rural do século XI!. O que demonstra bem, que ninguém jamais considerou o “possibilismo” como teoria científica. O mesmo não ocorre com o determinismo natural.

7 UM DETERMINISMO “RELATIVISADO” PELOS AVANÇOS AGROTÉCNICOS

O debate determinista deve ser decomposto em vários níveis de resolução, em função da escala dos fenômenos estudados, quer sejam eles espaciais, temporais ou sociais. Mas, é preciso primeiro se desembaraçar do discurso maniqueísta sobre as relações do Homem e da Natureza que só tem sentido no plano metafísico e que levanta novamente teorias filosóficas que não concernem, pelo menos diretamente à nossa concepção das transformações históricas da paisagem. **É preciso termos consciência de que o determinismo natural está sempre no interior de uma dada estrutura sócio-econômica.**

Em relação ao Sudoeste do Estado de São Paulo, temos ótimos estudos históricos ou geográficos, regra geral compartimentados... É preciso realizarmos o esforço para a compreensão das relações sociedade-natureza desenvolvidas em diferentes escalas: temporal, espacial e cultural. Esta região sofreu uma série de mudanças na sua economia e no meio ambiente depois do povoamento que começou no início desse século. O desmatamento, a agricultura e a pastagem extensiva, numa região de solos arenosos, transformaram profundamente a paisagem, através do processo: erosão-assoreamento e desperenização dos cursos d'água. A consequência imediata do uso dos recursos naturais, de forma extensiva e pouco atenta à necessidade de acumulação, foi o desmonte do sistema agrícola (agravado pelas oscilações do mercado). O êxodo rural e a pecuarização foi a resposta mais didática a essa realidade. Contudo, as mudanças políticas e os planos econômicos implantados no Brasil - desde o II Delfinato (1979-1982) ao Brasil do Real, passando pela virada financeira -, desmontaram a base de sustentação da economia regional. É triste, por exemplo, observar que o retorno à agricultura no município de Mirante do Paranapanema - tanto pelos trabalhadores sem terra como pelos pequenos e médios proprietários - está acontecendo num contexto sócio-econômico muito difícil, agravado pela perda de fertilidade do solo. Como esses “agricultores” não têm recursos financeiros e, ainda,

como não há um produto agrícola suficientemente valorizado⁶ no mercado interno, e que possa reverter essa situação, ficam os mesmos à mercê da dupla adversidade: do mercado desfavorável e da baixa produtividade! Essa política que contribui para a desagregação de economias regionais em processo de consolidação se mantém atualizada no Brasil do Real, conforme explicitado por BETING (1996) "...em 1995, já nas águas quentes da "rationale" econômica do Real, submetemos a vida dos nossos 5 milhões de com-terra, de todos os portes e em todas as partes, a um calvário de cinco cruzeiros: (1) o preço nunca esteve tão baixo; (2) o crédito nunca esteve tão curto e tão caro; (3) a carga fiscal nunca esteve tão pesada; (4) o câmbio nunca esteve tão defasado; (5) o mercado nunca esteve tão aberto à invasão do similar importado". (In: Jornal o IMPARCIAL/"Secos e Molhados" - Pres. Prudente, 10/11/96).

O estudo global do meio ecológico está ainda no nível da investigação. É objeto de esforços convergentes de várias áreas do saber científico. Estamos desenvolvendo uma concepção, ainda não suficientemente elaborada.

Portanto, impõe-se um melhor conhecimento desse meio geográfico e ecológico. O progresso técnico e a explosão demográfica multiplicam seus efeitos, conferindo ao problema uma gravidade cada vez maior. "Em alguma medida, quanto falsa é a posição de alguns geógrafos que afirmam, no excesso da inconsciência, que o progresso técnico suprime os condicionantes físicos... Assim, não os importa acantonar-se em uns estudos baseados unicamente em aspectos históricos, sociológicos e econômicos desdenhando o estudo do meio físico. Adotando esta atitude, perdem sua razão de ser. Desde o ponto de vista científico, tendem a converter-se em sociólogos ou economistas de segunda ordem". (TRICART, 1981, p. 6).

Isto implica, para nós, que a Geografia não se desvirtue, que seja fiel a seu papel de relação entre o estudo dos problemas humanos e os do meio no qual se inserem. Em uma palavra, que se adira a uma concepção ecológica como a proposta por Max Sorre. O meio físico impõe sérias limitações biológicas ao homem enquanto ser vivo. Apesar de que a técnica possa vencer os obstáculos que se opõem, o meio físico continua inferindo limitações: pelos custos!

⁶ A título de exemplificação, chamo a atenção para os preços - de alguns produtos agrícolas - praticados em Mirante do Paranapanema: (1) a saca de 60 kg de feijão está sendo vendida a R\$ 22,00 (quando há comprador). A saca de 60 kg do mesmo feijão custava R\$ 50,00 na época do plantio!; (2) o quilo de tomate está sendo vendido a R\$ 0,01! (um centavo). Pior do que tudo isso foi a saída encontrada por alguns pequenos-médios proprietários para a crise financeira: vendem "torrão de terra" que são misturados com sementes de pastagens, com grãos de soja, etc. Uma melancólica garimpagem!

Seria mais correto falarmos em "determinismo ecológico relativizado" se essa expressão não trouxesse confusão. Estendendo a análise mais adiante e invertendo os dados do problema, deveríamos afirmar que são os determinismos econômicos e sociais que bloqueiam a exploração do meio. O fato essencial é que o conjunto dos elementos econômicos que entram na composição do espaço rural, não somente, não são percebidos da mesma maneira pelas diferentes categorias de agricultores, mas ainda, seu conteúdo objetivo não é o mesmo.

Um dos aspectos fundamentais da vida agrícola através dos tempos é o problema do ritmo das mudanças sazonais, da fenologia da produção e da vida agrícola com seu cortejo de trabalho e de festas. Não se pode tratar, a partir de grupos humanos dotados de rigidez econômicas e sociais diferentes, de problemas tão complexos de estabilidade e instabilidade, de continuidade e descontinuidade, de permanência e excepcionalidade.

Os efeitos das chuvas, das baixas temperaturas, etc. não afetam igualmente o conjunto de agricultores de uma mesma região. As vicissitudes do mercado idem. O conceito de catástrofe aplicado à evolução do meio natural é cunhada de antropomorfismo e não deve ser diretamente transportada sobre o plano da história rural.

8 O ESPAÇO RURAL: UM ECOSISTEMA

O espaço rural é, ao mesmo tempo, uma realidade ecológica e uma criação humana. É o primeiro aspecto que vamos tratar prioritariamente, utilizando mais os conceitos e métodos da ecologia que da geografia.

O espaço rural não é mais que um aspecto particular, mas banal, da epiderme terrestre. É uma superfície de contato e de instabilidade, uma interface no sentido dos físicos, onde se encontram e se combinam os elementos da litosfera, da atmosfera, da hidrosfera e da biosfera. Podemos distinguir 3 subconjuntos:

- potencial abiótico que agrupa todos os componentes inertes: o substrato geológico e o relevo que lhe é associado, o clima, as águas;
- a exploração biológica que compreende o conjunto das comunidades vivas, vegetais e animais;
- a utilização antrópica que está ligada a um certo tipo sócio-econômico de exploração do espaço e que interfere com os dois subconjuntos precedentes.

Mas o espaço rural não é somente uma estrutura espacial autônoma, é também um sistema integrado e funcional no qual todos os elementos são dinamicamente solidários uns com os outros, portanto indissociáveis. O espaço rural, é portanto, um ecossistema, ou seja uma entidade ou uma unidade natural que inclui as partes vivas para produzir um sistema estável no qual as trocas entre as duas partes se inscrevem em caminhos circulares. (E. P. ODUM, 1958). "Qualquer que seja o ecossistema estudado, trata-se sempre, de um problema de elaboração, de circulação, de acumulação e de transformação (energia potencial) para a ação dos seres vivos e de seu metabolismo". (P. DUVIGNEAUD). O ecossistema é a representação global e energética, de uma parte de redes de seres vivos entre si, de outra parte das relações entre estes seres vivos e seu ambiente material. Ele é construído sobre a análise das transformações da matéria e sobre os balanços energéticos que unem os diferentes elementos da biosfera.

Esta comunidade de seres vivos (biocenose) está fundada sobre os mecanismos bioquímicos da fotossíntese e da assimilação clorofiliana que constituem o ponto de partida do metabolismo. Este último corresponde ao conjunto de reações químicas e biológicas que asseguram o equilíbrio dos organismos vivos. O interesse se coloca sobre as ligações alimentares, ou cadeias tróficas, que unem os seres vivos:

- a) a base da pirâmide dos seres vivos, os produtores ou autótrofos são os únicos organismos capazes de elaborar diretamente a matéria viva a partir das matérias minerais do solo e dos gases da atmosfera (azoto, carbono). Trata-se dos vegetais clorofilados e de certos microorganismos; b)
- b) os consumidores ou heterótrofos primários se nutrem unicamente a partir de substâncias já elaboradas pelos produtores. São os herbívoros;
- c) os consumidores ou heterótrofos secundários comem os herbívoros. São os carnívoros ou predadores;
- d) os decompositores (bactérias, cogumelos) se alimentam de restos orgânicos, de cadáveres. Eles asseguram o retorno da matéria viva ao estado mineral.

A destruição de um único nó repercute sobre o equilíbrio do conjunto. Ora, a agricultura não é somente uma ruptura do ecossistema natural, mas é também uma subtração da produção natural para fins exteriores ao funcionamento do ecossistema. Ela coloca em evidência um ecossistema de tipo particular que podemos qualificar de agrossistema.

Do ponto de vista biocenótico, o espaço rural não aparece como o simples suporte físico das atividades agrícolas. Ele não é redutível às "estruturas agrárias"

assim como as definem tradicionalmente os geógrafos e historiadores. A oposição entre minifúndio e latifúndio não é mais que a metrologia agrária, não é o centro do debate ecológico. Não se trata mais de descrever uma "paisagem" agrária, mas de compreender o funcionamento de um "sistema".

O agrossistema é um ecossistema mutilado (M. Delpoux), organizado pelo homem para produzir uma certa qualidade e uma certa quantidade de matéria viva, vegetal ou animal.

Qualquer que seja o grau de transformação sofrida para a organização da produção agrícola, o funcionamento do agrossistema fica, salvo algumas raras exceções, tributário dos mecanismos naturais da fotossíntese e da assimilação clorofiliana. O mesmo ocorre com a pecuária bovina e as culturas agrícolas, assim como com o crescimento de árvores de uma floresta ou de ervas de uma pastagem.

A produção do agrossistema é orientada pelos grupos humanos sucessivos, em função de suas necessidades, levando em conta as potencialidades naturais que determinam um certo registro de possibilidades biológicas. O último é mais ou menos "aberto" ou "fechado" de acordo com os meios.

A produção agrícola é acompanhada de uma perda de elementos do meio, materializada pela colheita no sentido amplo. Ela corresponde a uma exportação de matéria viva ou morta. O agrossistema é um ecossistema exportador (E. P. Odum). A colheita empobrece o ecossistema e o desequilibra. Ele deve, obrigatoriamente, ser compensado pela entrada de matéria viva ou morta (estrumeação, adubo químico ou verde, calagem) e por manejos culturais destinados a favorecer e acelerar certos processos biológicos (irrigação, por exemplo). O equilíbrio ecológico de uma agricultura, de uma parcela cultivada por exemplo é recolocado permanentemente sobre a relação saída-entrada. Aumentar a fertilidade de um campo, é melhorar o rendimento de uma cultura, é, portanto, fornecer os elementos minerais e, acessoriamente, a matéria orgânica superior em quantidade e em qualidade a simples taxa de compensação. É, também, para corrigir certas características desfavoráveis do meio (calagem de terras ácidas, drenagem de áreas inundadas, etc.).

Um dos problemas fundamentais da agricultura no Sudoeste Paulista está justamente na dificuldade, e às vezes na impossibilidade prática, de assegurar este balanço ecológico, restituindo ao meio o equivalente químico dos elementos retirados com a colheita.

O agrossistema não é somente uma estrutura e um sistema de produção. É também um meio de vida, um ambiente em grande parte herdado das sociedades

rurais anteriores; mas sempre dinâmico, ele intervém sobre os comportamentos físico-sociológicos e contribui para formar a mentalidade camponesa.

O agrossistema corresponde, portanto, por definição, à destruição dos equilíbrios naturais e a sua substituição pelos equilíbrios secundários, instáveis, diretamente ligados ao tipo e ao ritmo da exploração. O sistema de cultura é a base de todo o complexo ecológico. Uma mutação agrícola é uma mutação ecológica. O abandono da agricultura remete em favor do conjunto do agrossistema, portanto, de suas estruturas ecológicas. Além disso, o êxodo rural e o abandono dos cultivos não são, na maioria dos casos, a origem da reconquista pela natureza, destruída, a grosso modo, de forma irreversível e, os estados pós agrícolas são, de fato novas combinações ecológicas.

9 Os ELEMENTOS DO AGROSSISTEMA

O agrossistema é composto de duas séries de elementos ecológicos com os quais as sociedades rurais não estabeleceram o mesmo tipo de relação:

- a) a terra, o clima e a água constituem o fundamento permanente do espaço organizado e a base da produção agrícola;
- b) com os organismos vivos selvagens, animais e vegetais, as relações são mais complexas e sobretudo muito menos diretas, já que eles passam essencialmente pela distância intermediária da domesticação e da exploração agrícola.

A destruição da "cobertura viva" é o primeiro ato da vida agrícola. O espaço rural nasce do desmatamento. As espécies e as formações vegetais, assim como a fauna, são destruídas "in situ". Elas são sucedidas por outras plantas, cultivadas ou as que surgem após o desmatamento e por outros animais domésticos ou parasitas. Duas variáveis essenciais caracterizam o desenvolvimento do agrossistema:

- A estrutura e a dinâmica dos ecossistemas naturais são remexidas de forma irreversível. Essa evolução é às vezes, rápida e radical. Ela iniciou no neolítico e atingiu o seu apogeu no século XII e XIII quando os desmatamentos quase atingiram o seu máximo. Na escala dos tempos biogeográficos, trata-se de uma verdadeira mutação a partir da qual as estruturas e os dinamismos biológicos naturais não serão jamais como antes.

A introdução e a seleção das plantas cultivadas são um fenômeno muito mais amplo no espaço e no tempo, emprestados de outros meios geográficos e de numerosas tentativas (introdução das plantas tropicais em regiões temperadas, por

exemplo). A domesticação no sentido amplo ultrapassa o quadro dessa advertência. Em compensação, é interessante conhecer a natureza da cobertura vegetal que foi progressivamente eliminada pelos desmatamentos.

10 A BASE ECOLÓGICA DO AGROSSISTEMA: A TERRA, O CLIMA, A ÁGUA.

A sociedade rural é fundada sobre a apropriação e exploração da terra. No sentido amplo, a "terra" é uma noção complexa, mas muito clara para o homem do campo. Ela é uma realidade econômica e jurídica, portanto social, consagrada pelo cadastro. Carregada de afetividade e paixão, ela é um objeto constante de cobiça. No sentido de propriedade, ela às vezes se confunde com a família. O valor da terra não é somente o de fertilidade. Todavia, a terra é antes de tudo, uma realidade ecológica e biológica. Ela corresponde ao "solo" ou seja a parte da epiderme terrestre modificada pelas ações meteóricas e transformada pela atividade biológica (micro-organismos, minhocas e outros animais escavadores, raízes e grãos). É, portanto, uma combinação viva, em perpétua evolução, onde a dinâmica é determinada por um conjunto de agentes e de processos bioquímicos naturais (óxido-redução, umidificação e mineralização da matéria viva, fixação do azoto, etc.) É ao nível do solo que se efetua a passagem da matéria mineral para a matéria viva e reciprocamente. As culturas desviam esses mecanismos. Elas lhes aceleram, os abrandam ou os bloqueiam. Mas elas não podem desenvolver-se independentes das águas (exceto no caso muito recente e muito excepcional da cultura sem solo). Um solo se forma num dado momento e pode desaparecer em função da evolução de seu ambiente natural e humano. É um complexo muito frágil.

A partir de uma combinação físico-química natural, o solo cultivado é uma criação permanente do trabalho agrícola. Os agrônomos falam de "perfil cultural". É o conjunto constituído pela sucessão de leitos de terra, individualizados pela intervenção dos instrumentos de cultura, de raízes dos vegetais e dos fatores naturais reagindo a estas ações.

A fertilidade natural deve ser definida do ponto de vista agrícola e não do ponto de vista da vegetação natural, cujas exigências biológicas são bem diferentes.

A fertilidade adquirida está ligada a uma exploração regular e cuidadosa. É ela que determina a produção agrícola. As práticas culturais têm um papel essencial. A escavação profunda por muito tempo efetuada pela enxada segue geralmente ao desmatamento. É dessa forma que nasce o solo de cultura.

O empobrecimento e a perda de fertilidade dos solos, no simples fato das colheitas sazonais/anuais, é sem nenhuma dúvida, um dos principais fatores limitantes da produção agrícola até a aparição das plantas ditas “enriquecedoras” (leguminosas), dos adubos químicos e verdes. Até o século XIX, os solos cultivados apresentavam, geralmente, graves carências em matéria orgânica. A tendência à acidificação e à lixiviação foi acentuada nas terras areno-siltosas. A perda de fertilidade não foi inteiramente compensada pela multiplicação dos manejos culturais pouco atentos a essa variável.

O pousio foi, durante séculos, a única verdadeira solução à recuperação bioquímica do solo. Durante o pousio, o solo “descansa”, não se semeia nem se retira nenhuma colheita, a vida microbiana “natural” se reconstitui.

11 NÃO EXISTE “VOCAÇÃO DAS TERRAS”

Os estudos sucessivos de fertilidade mostram, de uma parte, que a terra de cultura é em grande parte uma criação humana que evoluiu com a história agrária, de outra parte, que a destinação de uso do solo a tal e tal cultura, é antes de tudo, um problema de decisão sócio-econômica. A pretendida “vocação das terras” tomada no absoluto por certos historiadores ou certos tecnocratas não tem sentido e faz perder de vista a sutil dialética entre o complexo ecológico e o complexo histórico-econômico.

Em contrapartida, o processo de erosão-assoreamento-desperenização desempenha um papel negativo, interferindo na desagregação das economias regionais do Sudoeste Paulista, sobretudo.

A agricultura é uma biologia. Como todo fenômeno vivo, ela comporta um “ciclo biológico”, uma fenologia, isto é, um movimento periódico fundado sobre o ritmo cósmico das estações. Não há agricultura sem calendário. O calendário agrícola é a sabedoria do tempo, o conhecimento e a utilização do balanceamento das estações. O clima é, às vezes, o ritmo da vida agrária (dos trabalhos e das festas; a excepcionalidade do clima, a catástrofe ameaça a colheita e algumas vezes, a vida. O tempo que faz e que fará é a interrogação constante do camponês. Ele só tem a sutileza das observações climáticas registradas pela sabedoria popular nos ditados e provérbios.

A distribuição geográfica dos bioclimas deve ser examinada em função da escala sobre a qual se desenrolam as principais atividades da vida agrícola. Pode-se distinguir bioclimas dominantes e bioclimas dominados.

Por bioclimas dominantes entende-se o conjunto de manifestações climáticas nas escalas regional e local que são determinadas pela circulação das massa

de ar e das modificações que elas suportam dos efeitos do relevo. Os fenômenos meteóricos resultantes são diretamente suportados pelas comunidades camponesas que aí adaptam seu sistema de exploração em função de seu nível agrotécnico. É o caso de todos os climas regionais (mediterrâneo, oceânico, semi-continental, montanhoso) e de suas variáveis.

Os bioclimas dominados reagrupam todos os climas de escala reduzida que são, voluntariamente ou involuntariamente, influenciados pelas organizações agrárias.

A intervenção humana se manifesta, e é mais freqüente voluntária, à escala microclimática. Os exemplos são bem conhecidos: cerca-viva que atua como “quebra-vento; culturas de leguminosas instaladas sob a cobertura de árvores frutíferas em regiões mediterrâneas, etc.

A maior parte das “calamidades agrícolas” são de origem climática (verão chuvoso, seca, interrupção do frio, suavização precoce das temperaturas de primavera, inundações, etc.) A noção de “catástrofe” não tem muito sentido no plano da estrita análise ecológica. Com efeito, a calamidade agrícola só pode se definir a partir de um certo contexto agrotécnico e econômico. O calendário agrícola é a adaptação do sistema de cultura a um ciclo climático médio. Todos os fenômenos que não entram exatamente dentro do ritmo climático médio são mais ou menos considerados pelos agricultores como catástrofes. Quanto mais primitivo é o sistema agrícola ou ao contrário muito especializado, mais ele é rígido e mais se eleva a probabilidade de catástrofe. A calamidade não somente é perigosa por sua violência mas, também porque ela escapa ao ciclo climático considerado pelos agricultores como “normal”, sendo portanto imprevisível.

A previsão agrícola, condensada nos almanaques vendidos pelos vendedores ambulantes e nas feiras, não pode ultrapassar o ritmo anual médio do clima ao qual ela está estreitamente adaptada. A noção de calamidade agrícola real só pode ser definida com relação a este calendário que representa a rigidez estrutural do sistema agrícola. Por outro lado, pode-se perguntar em que medida a “sabedoria agrícola” soube registrar e adaptar-se às variações históricas do clima. As grandes modificações climáticas deixaram numerosos traços na memória coletiva das populações camponesas. Entretanto, algumas análises dispersas parecem confirmar um choque violento generalizado das lembranças climáticas.

Sabe-se que uma variação, não somente não tem a mesma amplitude segundo as regiões geográficas, mas ainda que suas manifestações são diferentes⁷ (uma oscilação úmida pode dar um tempo ameno e chuvoso em pleno oceano e precipitações nevosas nas montanhas). Enfim, as repercussões não são as mesmas segundo os sistemas de cultura, que podem variar no interior de uma mesma região agrícola. A interpretação dos documentos relativos aos climas dos períodos históricos pede muita prudência.

Pode-se apenas formular uma hipótese de trabalho. Do ponto de vista da história agrária, é preciso analisar as variações climáticas seculares na sua relação com duas outras séries de elementos móveis:

- a) de uma parte, *as modificações climáticas de origem antrópica*, certamente menores do ponto de vista dos grandes mecanismos meteorológicos, mas que apresentam uma importância capital sobre a produção agrícola;
- b) de outra parte, *a evolução dos sistemas de cultura* que modificam as relações entre as espécies cultivadas e o clima. O estudo do bioclima agrícola só pode ser eficaz na medida que ele leva em conta as estruturas sócio-econômicas e os níveis técnicos.

12 O DOMÍNIO DA ÁGUA

Se deixamos de lado o primário “determinismo da água” na localização e no modo de agrupamento do habitat, assim como o vago “possibilismo” que lhe sucedeu, é preciso sublinhar que não existe no Sudoeste Paulista um sistema agrícola fundado de modo imperativo sobre a água. No entanto, nos últimos anos, o período seco (maio a setembro) tem-se revelado muito negativo para as unidades domésticas, acarretando impactos consideráveis sobre a economia regional. A água não é um bem mais precioso que a terra e sua propriedade não é jamais dissociada. Assim, o domínio da água é um dos elementos preponderantes da conquista e utilização do espaço agrícola.

⁷ Mesmo que algumas classificações do clima repousem sobre uma ou duas variáveis, o clima age a todo momento sobre o homem, o animal, as plantas ou as rochas, pelo conjunto das variáveis que o compõe (uma temperatura de 0 grau é percebida diferentemente segundo o ar seja seja ou úmido, o vento sopra ou não, o sol brilha ou não...). DANIEL JOLY - *Le paysage climatique. Pour une formulation systématique du climat*. Bull. Assoc. Géogr. Français, Paris, 1987 - 2, p. 175-84.

13 AS TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICAS DA PAISAGEM NO SUDOESTE PAULISTA

O Sudoeste do Estado de São Paulo foi povoado no começo do século XX e teve uma importante produção de café e algodão, numerosos sítiantes e pequenos produtores. O desmatamento, a agricultura e a pastagem extensiva, numa região de solos arenosos, transformaram profundamente a paisagem, através da erosão, especialmente da formação de bossorocas e do assoreamento dos cursos d'água.

Essas transformações paisagísticas, associadas às condições de mercado, determinaram a desvalorização dos terrenos agrícolas que, por sua vez, causou problemas econômicos para os pequenos produtores, provocando a venda das terras e a migração para as cidades ou para regiões mais distantes.

Atualmente, de forma simplificada, pode-se dizer que a região apresenta um uso do solo dividido em duas zonas: uma de latossolos, em terrenos pouco acidentados, com produção de cana-de-açúcar, soja e trigo; e outra, mais acidentada, de solos podzólicos, com pastagens e uma limitada produção agrícola.

As novas relações sociedade-natureza, estabelecidas a partir das últimas duas décadas, provocaram o êxodo rural e o fenômeno do bóia-fria, agravando a questão agrária na região.

Entendemos que as frentes pioneiras e, mesmo, a “vida rural” no Sudoeste Paulista permaneceram pouco tempo ligados à terra, quer como atividade econômica, quer como local de morada ou de afinidades. Essa contemporaneidade se manifesta no padrão de paisagem edificada e predominante na atualidade sobre essa parcela do território paulista: (1) pastagens de pecuária extensiva com manejos atrasados e pouco produtivos; (2) habitat rural disperso e de baixo Índice de Desenvolvimento Humano - materializado na ausência de serviços públicos essenciais (escola e saúde); na inexistência de culturas alimentares. É comum o morador rural se abastecer de produtos “banais” (verduras, frutas, etc) na cidade; (3) o desenho rural foi elaborado a partir das rupturas entre o campo e a cidade e, assim, o primeiro foi deixado em plano bastante inferiorizado no que diz respeito à sua construção.

Nesse sentido, é preciso desenvolvermos estudos dentro do contexto econômico e social predominante ao longo da história de ocupação desse território e, sobretudo, termos em consideração as “sucessivas sociedades” e suas relações com o meio, ou seja, a (1) degradação do meio ambiente a partir de uma análise integrada: desmatamento, erosão, assoreamento, desperenização...; (2) da história do uso e da propriedade da terra; (3) da história oral das idéias e interpretações das mudanças sociais e ambientais desde o início da ocupação regional até os dias atuais.

Com a chegada da fronteira agrícola (1940), na área do atual município de Mirante do Paranapanema, teve início o processo de desmatamento e ocupação agrícola - baseada essencialmente na cultura do algodão e amendoim -. Nesse momento, a fronteira agrícola não ultrapassou os ribeirões do Engano e das Anhumas, que passaram assim a limitar duas porções de ocupação bem diferenciadas: a leste, uma ocupação agrícola que provocou uma morfogênese muito agressiva, resultando num rápido exaurimento do solo, com erosão e assoreamento dos córregos e, a oeste desses ribeirões, a mata tropical semidecídua, que somente mais tarde passa a ser substituída pelas pastagens (1945-1964), com uma evolução dinâmica característica diferenciada da anterior.

Nessa fase, o Pontal viveu - segundo a mentalidade imediatista dos "progressistas" - os seus sonhos, sobretudo através da "chegada" da ferrovia (Ramal de Dourados) e da "fundação" dos patrimônios, e ficou na triste realidade da agonia e morte da mata, consubstanciando o impacto ambiental negativo - pela eliminação das reservas florestais - e um quadro de injustiça social muito grave - pela instalação dos latifúndios e da pecuária, com expulsão daqueles que foram usados como mão-de-obra -.

Os novos projetos que chegaram ao Pontal do Paranapanema (1976-1982): Destilaria de Álcool Alcídia S.A.; as hidrelétricas da CESP (UHEs de Taquaraçu e Rosana/Rio Paranapanema e Porto Primavera/Rio Paraná); os reassentamentos dos pequenos proprietários desalojados pelas obras da CESP; além do "Projeto de Valorização Agrícola do Pontal" através da reforma agrária implantado na Gleba XV de Novembro, não foram suficientes para compensarem o quadro de crise social detonado a partir das mudanças ocorridas na agricultura do norte do estado do Paraná (substituição da cultura de café pela de soja/mecanizada); expansão das pastagens em prejuízo das áreas de agricultura (algodão, amendoim...) e pelas novas relações trabalhistas entre proprietários e trabalhadores rurais, estabelecidas a partir do Estatuto da Terra (1966).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACOT, Pascal. **História da ecologia**. Rio de Janeiro, Campus, 1990.
- BERTRAND, G. Pour une histoire écologique de la France rurale. In DUBY, G. et WALLON, A. **Histoire écologique de la France**. Paris: Le Seuil, 1975, t. I, p. 35-113.
- DEMANGEOT, J. **Les milieux "naturels" du globe**. Paris: Masson, 1990.
- JOLY, Daniel. Le paysage climatique. Pour une formulation systémique du climat. **L'espace géographique**. Paris, n.2, p. 175-184, 1987.

- LA BLACHE, Vidal P. **Tableau de la Géographie de la France. Histoire de la France de Lavisse**. Paris: Hachette, 1903. Tome I, 1ere. Partie, , 395 p. **Essai sur la formation du paysage rural français**. Neuilly-sur-Seine: G. Durier. Paris: R. Dion (réédition) 181 p.
- MIRES, F. La nueva ecológica. El sentido político de la ecología en América Latina. **América Latina Hoy**, n. 7, p. 49-65, jan. 1994.
- PASSOS, M. M. dos. O Pontal do Paranapanema: um estudo de Geografia Física Global. **São Paulo, 1988. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo**.
- TRICART, J. **Écogéographie des espaces ruraux. Contribution méthodologique au programme international Géosphère-Biosphère**. Paris: Nathan, 1994.

A CONSTRUÇÃO DE EXPERIÊNCIAS DE UM PROFESSOR PESQUISADOR COM O MST¹

Bernardo Mançano FERNANDES²

Resumo: A construção de um projeto de pesquisa requer um processo precedente que á a definição do objeto. São distintas as possibilidades de escolha do objeto de pesquisa: o interesse, o encantamento, a curiosidade etc. Evidente que essas qualidades não surgem em separado, quando do princípio da construção do projeto de pesquisa. Por essa razão, nosso objetivo com este texto é relatar para os iniciantes no labor e no trabalho da pesquisa, como vivemos esse processo. Dessa forma, apresentamos as nossas experiências a respeito dos diferentes projetos de pesquisa que realizamos ou estamos a realizar. Mostramos que a pesquisa sempre é um trabalho coletivo, uma relação social que envolve professores e alunos numa interação de aprender - ensinar - aprender.

Neste texto, como que mostramos os bastidores de nossas experiências, justificando assim a questão de que um projeto de pesquisa, de qualquer modo, é uma oportunidade que surge com a nossa práxis. E mais, defendemos aqui o compromisso com o objeto - que sempre é sujeito - da pesquisa. A possibilidade de se iniciar uma pesquisa existe a todo momento. Com recursos ou sem recursos a pesquisa é, afinal, o modo mais importante de compreendermos e transformarmos a realidade.

Palavras chave: pesquisa, práxis, MST, Sem-terra, Geografia, assentamento.

INTRODUÇÃO

Neste artigo apresento um pequeno relato sobre os diferentes trabalhos que venho coordenando e outros em que venho participando junto às famílias assentadas em sua trajetória de luta pela terra e pela reforma agrária.

Trago para o debate um pouco do meu trabalho como geógrafo, pesquisador e professor universitário que tem se preocupado com a compreensão de

¹ Este artigo é uma versão modificada da exposição realizada em 25 de outubro de 1996, a convite do Grupo de Estudo sobre Movimentos Sociais, Demandas Educativas e Cidadania - GEMDEC, na Faculdade de Educação - UNICAMP, com o título - A Razão da Paixão: relato de experiências de um professor e pesquisador com o MST.

² Geógrafo, pesquisador e professor assistente do Departamento de Geografia - FCT/Unesp. Rua Roberto Simonsen, 305 - Fone 018 - 221-5388 / Fax 018 - 2232227. E-Mail bernardo@prudenet.com.br.

uma realidade tão dinâmica que é a luta pela terra. Essa preocupação implica em querer contribuir, de diversas formas, para a superação das situações estudadas. E neste contexto, a relação universidade e assentamentos rurais se coloca como os dois lados de minha vida profissional.

Digo dois lados, porque desde minha graduação, venho trabalhando na universidade e nos assentamentos rurais. Meus estudos são resultados dessa interação de distintos espaços, onde me encontro e vivo a espacialidade das relações sociais. Essa espacialidade pode ser compreendida pelo trabalho que desenvolvo junto a universidade e junto ao MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, especialmente como membro do Setor de Educação.

É sobre essa questão que vou fazer a minha exposição, que terá como conteúdo um pouco da memória de minha práxis, em que está contida a teorização que venho fazendo sobre o meu objeto de estudo: os assentamentos rurais.

É sobre essa práxis que quero compartilhar com os colegas presentes nesse encontro, especialmente com os membros dessa mesa: a Maria Antonia, de quem tive a felicidade de ser professor, e da Roseli Caldart, com quem venho vivendo felizes momentos de grandes experiências no desenvolvimento de nossos trabalhos no Setor de Educação do MST.

Dessa forma, a minha contribuição para essa mesa é a breve reflexão que faço sobre os diferentes trabalhos de que participei e venho participando com o objetivo de compreender e contribuir para a luta de um povo que (parodiando Chico Buarque) "mesmo sem ter com o que contar, vai em frente", construindo a sua própria história.

1 TRAJETÓRIA DO COMPROMISSO.

Foi trabalhando na universidade com os assentamentos rurais que aprendi o que aqui eu vou expor. Foi assim que aprendi a ser pesquisador e professor. Foi essa realidade que me ensinou a compreendê-la. Evidente que contei com o apoio de muita gente, aliás muitas delas estão presentes nesse evento. São pessoas das universidades e dos assentamentos rurais. Peço permissão aos presentes para, na minha exposição, trabalhar com a relação sujeito/objeto, ou seja, vou falar de mim e de meu trabalho. Embora tenha tentado, não consegui separar essas coisas, como é de praxe na academia.

Vou enumerar aqui uma série de trabalhos que venho desenvolvendo e outros que já estão prontos, para poder refletir sobre o tema desse evento.

Antes é importante dizer que a minha participação nessas atividades se deve a minha postura de professor militante, como sou chamado no MST, ou de pesquisador militante como sou denominado na universidade, ou ainda de financiador intelectual, cognome que recebi recentemente da UDR - União Democrática Ruralista.

Essa postura de compromisso com a população estudada, nasceu a partir do aprendizado que tive na minha graduação, junto ao meu orientador professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, do Departamento de Geografia da USP. Por outro lado, nas leituras dos trabalhos do geógrafo francês Yves Lacoste, principalmente em seu artigo: "A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos"³. E ainda, com o mestre Carlos Rodrigues Brandão, quando fui seu aluno na pós-graduação, discutindo a pesquisa participante. A minha participação em diferentes gestões da AGB - Associação de Geógrafos Brasileiros também foi determinante na construção de minha práxis, pois essa entidade tem o compromisso com a sociedade como princípio.

Foi assim que aprendi a cooperar com a população estudada, procurando retribuir, em forma de um trabalho concreto, parte de toda a contribuição que deram a minha formação e a minha carreira.

Dessa forma estão associados os trabalhos teóricos, como a minha dissertação de mestrado⁴, e trabalhos práticos como os cursos de capacitação de professores das escolas rurais do Pontal do Paranapanema. Ou mesmo o meu trabalho de pesquisa e de docência junto ao Setor de Educação do MST.

2 UNIVERSIDADE/ASSENTAMENTOS RURAIS: ESPAÇOS DE CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO E DE TRANSFORMAÇÃO DAS REALIDADES

Além dos exemplos citados, são diversos os projetos que venho coordenando ou participando. Classifiquei esses trabalhos em 5 modalidades:

- A - Pesquisas coordenadas;
- B - Orientação de pesquisas realizadas por alunos da universidade;
- C - Orientação de pesquisas realizadas por alunos dos assentamentos rurais;

³ LACOSTE, Y. A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos. *Seleção de Textos*. São Paulo, n. 11, 1985. (AGB - Associação dos Geógrafos Brasileiros)

⁴ FERNANDES, B. M. (1994). *Espacialização e Territorialização da Luta pela Terra: A Formação do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo*. São Paulo, 1995. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 218 p.

D - Materiais didáticos

E - Cursos de formação, cursos de capacitação e oficinas pedagógicas.

Na primeira modalidade, uma pesquisa que estou coordenando e que está em desenvolvimento é a Pesquisa Nacional por Amostra sobre a Situação da Educação em Assentamentos e Acampamentos de Reforma Agrária, solicitada pelo Setor de Educação do MST em 1994. Para a sua realização foi firmado o convênio entre o Setor de Educação do MST (SE/MST) e o Laboratório de Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (LAGHU/DG/FCT/UNESP), Câmpus de Presidente Prudente.

Esse projeto iniciou-se no primeiro semestre de 1994. Nesse período, elaboramos as questões para a formulação do questionário. Essa elaboração contou com a contribuição do Coletivo Nacional do Setor de Educação do MST e de colegas do Departamento de Geografia da FCT/UNESP.

A pesquisa primária - aplicação dos questionários - envolveu 268 pessoas - coordenadores do Setor de Educação do MST, professores das escolas de acampamentos e de assentamentos, alunos do curso de magistério, pais e mães etc. Foram visitadas 2.979 famílias em 14 estados, num total de 75 assentamentos e 20 acampamentos. Essa fase da pesquisa foi realizada entre julho de 1994 e julho de 1995.

O trabalho de digitação dos dados foi realizado por 4 alunos do curso de Geografia da FCT/UNESP e 1 aluno de curso de Pedagogia da FCT/UNESP, todos estagiários do LAGHU/DG/FCT/UNESP. A duração desse trabalho foi de 8 meses. Os dados foram digitados no *software* SGDB - DBASE III - Plus e sistematizados em um programa desenvolvido no SAS - *software* estatísticos para cálculos de frequências e porcentagens. Para a realização desse trabalho contamos com a assessoria do Polo Computacional da Unidade de Processamento de Dados da FCT/UNESP⁵.

Dos dados sistematizados estamos elaborando tabelas e gráficos sobre a situação educacional dos assentamentos rurais. Esse trabalho está sendo realizado por estagiários do LAGHU/DG/FCT/UNESP. A etapa seguinte será a interpretação desses dados e a sua publicação⁶.

Outro trabalho de pesquisa coordenada de que venho participando é o levantamento da produção agropecuária nos assentamentos ligados a CONCRAB -

⁵ Participaram desse projeto, os alunos: Antônio Cláudio M. Costa, Gleice A. Fernandes, Alexandre D. Ribas, Cristiane B. Ramalho e Luciana M. de Souza.

⁶ Esta pesquisa foi concluída em março de 1997.

Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil. Essa pesquisa está sendo realizada pelo LAGHU/DG/FCT/UNESP, Câmpus de Presidente Prudente e Departamento de Economia Rural da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinária da UNESP, Câmpus de Jaboticabal em convênio com a CONCRAB. Outro estudo que está sendo elaborado por esse convênio é o projeto "Avaliação do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária - PROCERA - 1986-1995".

Participamos também do Projeto "Análise e Avaliação dos Projetos de Reforma Agrária e Assentamentos do Estado de São Paulo". Desse projeto a FCT/UNESP publicou em convênio com o Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva" - ITESP, o Censo dos Assentamentos do Pontal do Paranapanema.

A participação nessas pesquisas levaram a minha indicação pelo MST para realizar o levantamento do memorial descritivo e localização das fazendas Paquetá-Jurity e Três Ilhas, nos municípios de Sandovalina, Mirante do Paranapanema, Teodoro Sampaio e Euclides da Cunha Paulista, pleiteadas pelo físico Rogério César de Cerqueira Leite. Essa pesquisa está em andamento e as terras estão sendo reivindicadas pelo MST para o assentamento das famílias acampadas no Pontal do Paranapanema⁷.

Na modalidade "orientação de pesquisas realizadas por alunos da universidade", tive a oportunidade de orientar monografias de bacharelado, estágios supervisionados e projetos referentes a iniciação científica. Essas pesquisas abordaram diferentes temas: formas de organização do espaço, luta pela terra, educação nos assentamentos etc. Todas essas pesquisas foram realizadas em assentamentos e acampamentos e seus resultados foram apresentados para as comunidades pesquisadas.

Na modalidade "orientação de pesquisas realizadas por alunos dos assentamentos rurais", orientei 5 alunos, no ano de 1996, durante a Oficina Organizacional de Capacitação do Setor de Educação do MST para a formação de professores de 1º Grau. 2 alunos de assentamentos de São Paulo, 1 do Mato Grosso do Sul e dois de Rondônia. As pesquisas foram realizadas sobre os seguintes temas: Formação do Professor, Relação escola/comunidade e Avaliação escolar.

Na modalidade "Materiais didáticos" tenho realizado diferentes trabalhos em equipe com colegas da UNESP, da USP e da Universidade Federal de São Carlos, e orientado alunos na pesquisa e na produção de materiais didáticos.

Um projeto já executado é o Mapa "A Geografia dos Assentamentos Rurais" (São Paulo: AGB, 1995), produzido pelo convênio entre o Laboratório de

⁷ Pesquisa concluída em abril de 1997.

Geografia Política e Planejamento Territorial, o Laboratório de Cartografia, ambos do Departamento de Geografia da USP e o LAGHU/FCT/UNESP⁸.

Um projeto em andamento e a elaboração do vídeo: "Toda criança na escola... aprendendo". O vídeo está sendo editado pelos alunos estagiários do curso de Cinema da Universidade Federal de São Carlos. Esse projeto também é resultado de um convênio entre o Setor de Educação do MST e o LAGHU/FCT/UNESP. Já produzimos outros vídeos como por exemplo: "Os caminhos da Terra" (1988), "Tem Grilo no Pontal" (1991) e "Paulo Freire: educação e reforma agrária" (1997).

Outros projetos em andamento referem-se à produção de dois livros: o primeiro é um livro didático de Geografia e História para as séries iniciais. Esse projeto deverá atender especificamente as escolas de acampamentos e de assentamentos. O nome do livro é "Na Terra de Natalino" e desenvolve os conteúdos programáticos de geografia e história a partir de um texto ficcional sobre a luta pela terra. Este livro está sendo produzido por 2 professores da FCT/UNESP⁹.

O segundo é um livro de caráter biográfico sobre o geógrafo Josué de Castro. A produção desse livro foi sugerida pela direção nacional do MST. Em julho de 1995, no seu Terceiro Congresso Nacional, o MST criou o prêmio Josué de Castro para premiar cidadãos que lutam em favor da reforma agrária e contra a fome. Em 1996, o MST batizou o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária - ITERRA de Instituto Josué de Castro. O objetivo desse livro é divulgar entre os membros do MST quem foi o geógrafo Josué de Castro e qual o sentido de sua luta contra a fome.

Ainda nesta modalidade está sendo produzido o livro de história em quadrinhos "Nossa Terra", em avaliação pelos membros do Coletivo Nacional do Setor de Educação do MST. Nessa modalidade também tenho orientado alunos do curso de Geografia da USP¹⁰, por meio de um convênio entre os departamentos de Geografia da USP e da UNESP. Outros materiais didáticos foram produzidos, como por exemplo: "Terra não ganha, Terra se conquista - Sumaré II", "Terra não se ganha, Terra se conquista - Sumaré III" e o livro paradidático "Reforma Agrária" publicado pela Editora Ática.

Na modalidade: Cursos de formação, cursos de capacitação e oficinas pedagógicas, estamos realizando desde 1992, o "Curso de capacitação de professores

⁸ Participou desse projeto, o aluno Carlos Alberto Feliciano.

⁹ Participam desse projeto, os professores: Raul Borges Guimarães e Mônica Decanini.

¹⁰ São os alunos Carlos Alberto Feliciano e Andreia Mendes.

das escolas rurais do Pontal do Paranapanema. Os objetivos desse curso são: a - promover a melhoria da qualidade de ensino nas escolas rurais; b - oferecer cursos de aperfeiçoamento aos professores; c - promover eventos para transformar a escola rural em um espaço interativo entre os professores e a comunidade. Com relação a este último objetivo, obtivemos sucesso somente em alguns assentamentos rurais. Nas fazendas não encontramos condições para a realização de nosso trabalho, devido as dificuldades colocadas pelos fazendeiros.

O objetivo desses eventos era fortalecer a forma de organização da comunidade para que alunos, pais e professores participassem do curso na tentativa de transformar a escola em uma escola de qualidade, acreditar na escola como espaço político fundamental para o desenvolvimento social do assentamento rural.

Nesse contexto, nossa preocupação tem sido a de fortalecer o Setor de Educação do assentamento. As atividades são desenvolvidas em oficinas pedagógicas com a participação de toda a comunidade escolar. Para a realização desses trabalhos contamos com o apoio financeiro da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, por meio do convênio entre a FDE/CARH-FUNDUNESP/FCT/UNESP, durante os anos de 1992 a 1994.

Em cinco anos de realização desse projeto, conseguimos diminuir o índice de repetência para 9%, enquanto a média nas escolas rurais paulistas é de 25%. A participação e o compromisso das comunidades contribuíram para que a evasão escolar diminuísse para 5%. Por outro lado, tivemos alguns impasses com os professores. Alguns, porque não aceitaram a proposta do projeto de melhoria da qualidade da escola, porque implicava na intensificação de seu trabalho: participação de reuniões com a comunidade, acompanhamento dos alunos com dificuldade no processo de aprendizagem etc. Alguns professores que se envolveram com os trabalhos, qualificando-se para melhorar a sua formação, acabaram por abandonar a escola do assentamento para trabalhar em escolas particulares. Todavia, aproximadamente 50% dos professores permanecem participando do projeto.

Ainda, dentro desse projeto, em 1992, realizamos o Primeiro Encontro Nacional de Professores de Escolas de Assentamentos Rurais, organizado pelo Setor de Educação do MST e pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP.

Em 1995, esse projeto recebeu o apoio da Coordenadoria de Ensino do Interior da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo e da FCT//UNESP. Em

1996, enviamos a Secretaria de Educação um projeto de Educação Continuada para a continuidade desse trabalho¹¹.

Além dessas atividades temos contribuído com os encontros nacionais, regionais e estaduais do Setor de Educação do MST, participando e ministrando cursos em oficinas pedagógicas em vários estados etc.

3 ASSENTAMENTOS RURAIS: ESPAÇO DE PESQUISA E DE SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA

Após viver essas experiências, a breve reflexão que faço como profissional da universidade que tem trabalhado intensamente com os assentamentos rurais é, por um lado, a enorme carência que essa população em transição de espaço e tempo possui. O papel da universidade neste sentido é de procurar contribuir com o processo de ressocialização vivido por essa população.

Por outro lado, o assentamento rural é mais um espaço rico em questões de interesse dos pesquisadores de todas as áreas do conhecimento. Neste momento de transformações políticas em que lutamos por um outro modelo de desenvolvimento da agropecuária, o assentamento rural é um laboratório essencial para os pesquisadores.

Todavia, acredito que também é fundamental o trabalho concreto com essa população, ajudando no resgate da cidadania. São diversas as experiências das universidades nos trabalhos com os assentamentos rurais em diversos estados. São contribuições fundamentais que certamente promoverão o desenvolvimento social dessa luta histórica pelo direito à terra.

Em virtude dessa experiência, construímos um projeto para a elaboração de um livro a respeito da geografia e da história do MST no Brasil. Estamos realizando as pesquisas memorial e documental. Será o primeiro material de pesquisa da realidade do MST em todo o Brasil¹².

Este breve relato é mais uma mostra do papel da pesquisa e da universidade na compreensão e transformação da realidade.

¹¹ Em tempo: o projeto foi recusado pela Delegacia de Ensino de Mirante do Paranapanema.

¹² Participam desse projeto os alunos Cristiane B. Ramalho, Alexandre D. Ribas, Júlio C. Ribeiro e Flávia A. Ikuta.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

PUBLICAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

1. *Geografia em Atos*, revista do Departamento de Geografia da FCT/UNESP/Presidente Prudente, publica artigos, resenhas e comunicações de pesquisa de todas as áreas do conhecimento geográfico, em português. São priorizados textos de Professores do respectivo Departamento em co-autoria com alunos do curso de graduação em Geografia da FCT/UNESP, assim como textos individuais. Caso haja espaço disponível, estará aberta aos demais profissionais em Geografia e áreas afins que desejarem veicular seus textos.
1.1. Os textos devem representar trabalhos originais e de preferência inéditos. 1.2. Serão aceitas traduções de artigos publicados recentemente no exterior. 1.3. Serão acolhidas, também, resenhas de obras de recente publicação no Brasil e no exterior.
2. Textos publicados em outros periódicos somente serão aceitos após análise e parecer do conselho editorial, que deverá considerar sua relevância e pertinência.
3. Os artigos deverão ter em torno de 25 laudas, incluindo tabelas, mapas, figuras etc: as comunicações de pesquisa, 8 laudas e as resenhas, 5 laudas. Obs.: Cada lauda numerada deve conter cerca de 30 linhas digitadas em espaço duplo e, na primeira folha, não numerada, deve constar título, nome do(s) autor(es), endereço completo, telefone, fax, e-mail e breve referência acadêmica e profissional.
4. Os originais devem ser entregues em 2 cópias impressas em papel A-4, espaço 2 e também em versão eletrônica ou disquete de 1,44 Mg, necessariamente no programa *word for windows* da Microsoft Corporation. Obs.: O disquete não será devolvido.
5. O(s) autor(es) deverá(ão) enviar um resumo do trabalho com, no máximo 15 linhas, em espaço duplo e, também, indicar até 5 palavras-chave.
6. Cabe ao conselho editorial a decisão final de publicar o texto.
7. As referências bibliográficas devem obedecer às normas da ABNT. OBS.: 1. As notas explicativas devem-se restringir ao mínimo necessário e constar do pé de página. 2. As referências bibliográficas deverão estar em ordem alfabética e no final do texto.
8. Ilustrações, gráficos, desenhos, figuras, fotografias, mapas, quadros e tabelas deverão limitar-se ao espaço de diagramação da revista e ser de boa qualidade gráfica.
9. Os textos encaminhados serão analisados pelo conselho editorial. Caso haja parecer recomendando modificações, os autores serão notificados para que tomem as providências cabíveis. Aso autores serão destinados 4 exemplares do número da revista em que constar seu texto.

Conta Universidade

Uma conta que é a sua cara.

Abra uma conta que tem tudo a ver com você. Basta apresentar o comprovante de matrícula da faculdade.

ISENTO DE TARIFAS* POR UM ANO E COM TODAS AS VANTAGENS:

(*) Para a modalidade 3 da Conta Combinada - Promoção por tempo limitado.

Cartão magnético, talão de cheques, Limite de crédito sem comprovação de renda e acesso a serviços especiais, como NetBanking Banespa, Telebanespa, Cheque Eletrônico, Auto-Atendimento, e Bancos Estaduais no Brasil inteiro.

Informe-se na Agência sobre os limites de crédito da Conta Universidade.

Agência Presidente Prudente.


banespa
Em linha com o futuro.